



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS



PROCESSO
23091.005110/2024-45



Cadastrado em 12/04/2024



Processo disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES	[REDACTED]	[REDACTED]
Tipo do Processo: AFASTAMENTO		
Assunto do Processo: 023.4 - CONCESSÃO DE DIREITOS E VANTAGENS: AFASTAMENTOS		
Assunto Detalhado: SOLICITA AFASTAMENTO PARA O DOUTORADO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.		
Unidade de Origem: DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)		
Criado Por: JANECELY SILVEIRA DE LIMA		
Observação: ---		

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
12/04/2024	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)	24/10/2025	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
29/04/2024	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (11.01.00.09.03)	03/11/2025	SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (11.01.04.04.02)
24/05/2024	CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS (11.01.00.09)	06/11/2025	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
12/06/2024	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)	18/11/2025	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
30/08/2024	SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (11.01.04.04.02)	01/12/2025	SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (11.01.04.04.02)
09/09/2024	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)	20/01/2026	SETOR DE CADASTRO (11.01.04.05.02)
19/09/2024	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)	04/02/2026	SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (11.01.04.04.02)
04/10/2024	SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (11.01.04.04.02)	05/02/2026	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (11.01.00.09.03)
30/12/2024	SETOR DE CADASTRO (11.01.04.05.02)	03/09/2026	CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS (11.01.00.09)
06/01/2025	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)	16/09/2026	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
14/01/2025	SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (11.01.04.04.02)	17/09/2026	SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (11.01.04.04.02)
19/08/2025	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (11.01.00.09.03)	22/09/2026	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
12/09/2025	CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS (11.01.00.09)	25/09/2026	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2026 - UFRN - sigs-prd-sipac.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em <https://sipac.ufersa.edu.br/public> e acesse a Consulta de Processos.

[Visualizar no Portal Público](#)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024

O VICE-REITOR NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações; a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e suas alterações; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, e suas alterações; o Regimento da Ufersa; a Resolução Consuni/Ufersa nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo nº 23091.005110/2024-45; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 7ª Reunião Ordinária de 2024, realizada no dia 24 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar o afastamento da servidora docente Sara Cristina dos Santos Freires, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotada no Departamento de Ciências Humanas – DCHU, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH, com finalidade de realizar Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, na cidade de Pau dos Ferros/RN, a partir da data autorizada pela portaria, com base no art. 16 da Resolução Consuni/Ufersa nº 003, de 25 de junho de 2018, com duração de 4 (quatro) anos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

NILDO DA SILVA DIAS



RESOLUÇÃO Nº 73/2024 - SOC (11.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/10/2024 14:12)

THICIANE DE ARAUJO RODRIGUES

TERCEIRIZADO

CPF: ###.###.064-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/> informando seu número: 73, ano: 2024,
tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **04/10/2024** e o código de verificação: **497938262c**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 1.991, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 7 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 152, de 8 de agosto de 2024, seção 2, pág. 1, e tendo em vista o que estabelecem os incisos VI e XIX do art. 44 do Estatuto da universidade; o art. 58 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações; a Resolução nº 66, de 24 de setembro de 2024, do Consuni da Ufersa; o que consta no Processo nº 23091.005110/2024-45, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento da servidora docente Sara Cristina dos Santos Freires, matrícula Siape nº [REDACTED], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotada no Departamento de Ciências Humanas – DCHU, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH, com a finalidade de realizar Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em Pau dos Ferros/RN, com início em 13 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 13 de novembro de 2024.

RODRIGO NOGUEIRA DE CODES



PORTARIA DE AFASTAMENTO Nº 8/2024 - SCA (11.01.04.04.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/01/2025 21:26)

MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DDP (11.01.04.04)

Matrícula: ###650#8

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2024**,
tipo: **PORTARIA DE AFASTAMENTO**, data de emissão: **30/12/2024** e o código de verificação: **36161f2d41**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 90, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelecem as Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; o Regimento da Ufersa; a Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, de 25 de junho de 2018; o Processo nº 23091.005110/2024-45; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 11ª Reunião Ordinária de 2025, realizada no dia 25 de novembro de 2025, resolve:

Art. 1º Aprovar a renovação do afastamento da servidora docente Sara Cristina dos Santos Freires, lotada no Departamento de Ciências Humanas — DCH, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH, com a finalidade de dar continuidade ao Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras — PPGL, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte — Uern, em Pau dos Ferros/RN, no período de 13 de novembro de 2025 a 12 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

RODRIGO NOGUEIRA DE CODES



RESOLUÇÃO Nº 119/2025 - SOC (11.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/12/2025 16:55)

LUIZ DJALMA DIAS FILHO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
GAB (11.03)
Matrícula: ###038#8

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/> informando seu número: **119**, ano: **2025**,
tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **01/12/2025** e o código de verificação: **98d48f7370**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 51, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1.437, de 9 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 10 de setembro de 2024, seção 2, pág. 37, e tendo em vista o que estabelecem os incisos VI e XIX do art. 44 do Estatuto da universidade; o artigo 58 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, considerando o que consta no Processo nº 23091.005110/2024-45; a Resolução nº 90, de 25 de novembro de 2025, do Consuni da Ufersa, resolve:

Art. 1º Autorizar a renovação de afastamento da servidora docente Sara Cristina dos Santos Freires, lotada no Departamento de Ciências Humanas – DCHU, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH, com a finalidade de dar continuidade ao Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em Pau dos Ferros/RN, no período de 13 de novembro de 2025 a 12 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 13 de novembro de 2025.

NILDO DA SILVA DIAS



RENOVAÇÃO DE PORTARIA Nº 1/2026 - SCA (11.01.04.04.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/01/2026 19:01)

PRISCCILA SOUZA DE MENEZES

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SCA (11.01.04.04.02)

Matrícula: ###182#6

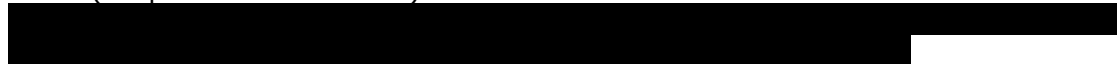
Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**,
tipo: **RENOVAÇÃO DE PORTARIA**, data de emissão: **20/01/2026** e o código de verificação: **e17d8bff44**



REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Sara Cristina dos Santos Freires



Departamento/Setor: DCH

Tipo de Afastamento: Integral: (x) Parcial: ()

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: () Anos

Início de Exercício no Cargo: 04/11/2015 **Total:** 10 ano(s) 9 mês(es) (Anexar Declaração do PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Letras

Nível: () Mestrado () Doutorado (x)

Área de concentração: Letras

Liberação inicial: Início 25/11/2024 **Término:**

Período solicitado para (renovação): Início 13/11/2026 **Término:** 12/11/2027

Previsão para término do curso: Início **Término:** 04/04/2028

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); (**Anexo I**)

II – Justificativa de seu requerimento; (**Anexo II**)

III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese**)

IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV)

V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)

VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG)

VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; (**Anexo VII**)

VIII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; (**Anexo VIII**)

IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); (**Anexo IX**)

X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. (**Anexo X**).

XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (<https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/>);

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos (<https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/>);

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (<https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/>).

Obs. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu* dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em **até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento**. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, de 25/06/2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

Data: 20/08/2026
(obrigatória)

Documento assinado digitalmente
 SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES
Data: 20/08/2026 22:56:02-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do requerente
(obrigatória)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, de 25 de junho de 2018.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

(Anexo I)

Check-List – Renovação de Afastamento para qualificação
(obrigatório)

Nome do solicitante: Sara Cristina dos Santos Freires	
Local da Qualificação: Pau dos Ferros-RN	
☒ No País ☐ No exterior	
Período solicitado para renovação do afastamento: 26/11/26 a 25/11/27	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (Check-List); (Anexo I)	
II. Justificativa de seu requerimento; (Anexo II)	
III. Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III)	
IV. Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo orientador (Anexo IV)	
V. Declaração de Matrícula (Anexo V)	
VI. Histórico Escolar – Atualizado (Anexo VI)	
VII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; (Anexo VIII)	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: (Anexo VIII) ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); (Anexo IX)	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. (Anexo X).	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos (https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

(Obrigatório)

Estou cursando o segundo ano e meio do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) na cidade de Pau dos Ferros-RN. Cursei com êxito as disciplinas obrigatórias de Seminário de Tese I, Linguagem e Discurso e as optativas Tópicos em Estudos do Texto e do Discurso: a pesquisa nos estudos da linguagem (GEM) referentes ao semestre 2024.1, bem como Estudos Orientados I. No semestre 2024.2 cursei as disciplinas Estudos do Texto e Argumentação e Tópicos Avançados em Estudo do Texto: Representação da Loucura no Texto literário: uma abordagem foucaultiana concluídas com êxito. Nos semestres 2025.1 e 2025.2 foram concluídas as disciplinas optativas Tópicos Avançados em Estudos do Texto e do Discurso: Introdução aos sistemas semânticos discursivos e Discursos midiáticos, assim também como Estudos Orientados II e III, respectivamente. No semestre 2026.1, continuo desenvolvendo leituras e escrita dos capítulos teóricos e metodológicos da pesquisa, afunilando os objetivos e realizando a seleção do corpus para análise, tendo integralizado todos os créditos de disciplinas optativas, restando a última disciplina obrigatória Seminário de Tese II ofertada para o semestre 2026.2, que antecede a qualificação para que eu possa dedicar-me integralmente à escrita, motivo pelo qual me dirijo a esta instância, para a petição de renovação do afastamento.

Data: 20 de agosto de 2026

Documento assinado digitalmente
gov.br SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES
Data: 20/08/2026 23:07:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do requerente
(Obrigatória)

Dúvidas: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

(Anexo III)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS **(Realizadas nos últimos 2 semestres de afastamento)**

Quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese**
(Obrigatória)

Semestre 2024.1: As atividades realizadas no semestre supracitado foram o cumprimento das disciplinas obrigatórias e optativas, tais como: - Seminário de Tese I (obrigatória): onde apresentei um esboço do projeto de tese com considerações iniciais da pesquisa; - Tópicos em Estudos do Texto e do Discurso: a pesquisa nos Estudos da Língua(gem) (optativa): disciplina interdisciplinar que fomentou as discussões acerca das questões metodológicas de algumas áreas da linguagem como discurso, estudo do texto e literatura. Durante o semestre também foi apresentado no Simpósio Nacional de Língua, Literatura e Ensino – SINALLEN na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o artigo cujo título “VOCÊ SABE O QUE É O ‘P’ DE PCD?”: Estratégias biopolíticas em discurso midiático no acontecimento do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência” que também foi publicado em e book com registro ISBN. O artigo é um recorte da pesquisa que propôs discutir a emergência do discurso midiático de inclusão na sociedade atual. Tal pesquisa apresenta ainda as produções discursivas e os seus efeitos de sentidos na ressignificação dos conceitos em suas caracterizações e classificações.

Semestre 2024.2: As atividades realizadas neste semestre iniciam-se com o cumprimento das seguintes disciplinas cursadas: - Ensino do Texto e Argumentação (optativa): disciplina de grande valia para entendermos a composição textual nos discursos e outros enunciados que se apresentam, por exemplo, no campo midiático. - Língua e Discurso (obrigatória): disciplina que trouxe as vertentes dos principais pensadores do discurso como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, além de Pêcheux e suas contribuições para a análise do discurso. A disciplina tomada como exitosa resultou na elaboração de um artigo científico cujo trabalho fora publicado no semestre seguinte. Tópicos Avançados em Estudo do Texto: Representações da Loucura no texto literário: uma abordagem foucaultiana (optativa): disciplina proveitosa que abordou diversos textos literários relacionando-os com a obra clássica de Foucault “A história da Loucura” publicada em 1978. Como trabalho final, apresentei um ensaio acadêmico abordando a pessoa com deficiência visibilidade pela interpretação do louco no filme “E seu nome é Jonas”. - Estudos Orientados I (com o orientador/a): Foi realizado leituras do capítulo primeiro do livro “Arqueologia do Saber” de Michel Foucault, com o objetivo de relacionar os conceitos ali abordados com os conceitos do meu objeto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

de estudo. Feita esta atividade, outras leituras estão sendo realizadas, a destacar o livro de Gustavo Martins Piccolo que aborda a história da deficiência e o seu lugar no discurso da inclusão. Tal leitura, está sendo mais bem aproveitada na escrita da tese no capítulo que apresenta o arcabouço histórico desde a Antiguidade.

Semestre 2025.1: Foram concluídas neste semestre, as seguintes disciplinas: Tópicos Avançados em Estudo do Texto e do discurso: introdução ao sistemas semânticos-discursivos (optativa) disciplina que contribuiu para somar o saber das diversas abordagens ao estudo da língua e sua aplicabilidade no discurso do texto; Estudos Orientados II (com o/a orientador/a): Nesse semestre, foi realizada leitura do texto “Estudos Discursivos Foucaultianos: questões de método para a análise de discursos” do Pedro Navarro. Outrossim, com as leituras em curso, iniciei a escrita do primeiro capítulo que é o introdutório definindo os objetivos e a problemática a ser defendida da tese e o segundo capítulo histórico da deficiência.”. Concomitante a escrita da tese, publiquei um artigo em periódico cujo título “Morador de rua ou pessoa em situação de rua: deslocamentos de sentidos e sensibilidades em discursos midiáticos que se encontra no ambiente eletrônico da Revista Saridh em sua edição “Discursos, sensações e sentimentos”.

Semestre 2025.2: Foram concluídas neste semestre, as seguintes disciplinas: - Discursos Midiáticos (optativa), disciplina que coaduna com o aporte teórico da produção da produção da tese em andamento, por ter apresentado conceitos importantes a serem aplicados ao objeto de estudo; Estudos Orientados III (com o/a orientador/a): Tivemos a leitura do livro “História da Sexualidade” de Michel Foucault discutida juntamente com os demais orientandos do programa. Nesse semestre também, já foram escritos dois capitulos (introdução e primeiro capítulo teórico) do objeto de estudo, estando atualmente com o terceiro capítulo em andamento que versa sobre os conceitos teóricos e metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Concomitante, cursei uma disciplina de caráter especial na modalidade à distância na UNESP (Universidade do Estado de São Paulo) Campus de Araraquara, com a professora Maria do Rosário Gregolin, a qual encontra-se em fase de finalização das notas para conclusão da disciplina. Em novembro, submeti um resumo de trabalho para o 14º INTERAB – Encontro Internacional da Abralín, realizado em Recife-PE na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em março de 2026. O resumo tem como título: A SURDEZ E A LOUCURA EM “E SEU NOME É JONAS” COMO CONSTITUIÇÃO DO SABER DA DEFICIÊNCIA OCULTA.

Semestre 2026.1: Neste semestre foram concluídas as seguintes disciplinas: - Tópicos em Estudos do Texto e do Discurso: discurso, enunciado e formação discursiva em foco (optativa), importante discussão sobre o conceito de Formação Discursiva na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, teoria na qual será abordada e aprofundada no meu trabalho de tese para que possamos alcançar os objetivos propostos no projeto. - Estudos Orientados IV com a professora orientada que teve como atividade acadêmica a leitura, debate e estudo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

do livro A ordem do Discurso, de Michel Foucault, edição 1999, onde foi possível estabelecer relações teóricas com nosso objeto de trabalho sobre os procedimentos de controle do discurso e demais conceitos contidos na obra.

Também foi publicado um capítulo no livro “Leituras do presente: estudos em mídias, literatura e educação” sob organização do prof. Dr. Izaías Serafim, fruto do curso de extensão “Leituras em Foucault” cujo título é: “A loucura e condição feminina no conto “Sorôco, sua mãe e sua filha” de Guimarães Rosa”.

Semestre 2026.2: O semestre em questão se encontra com matrículas abertas. Serão cursadas a disciplina obrigatória Seminário de Tese II e Pesquisa e Escrita de Tese I. Esta última diz respeito ao período de dedicação à leitura e escrita efetiva do trabalho.

Data: 17 de agosto de 2026



Documento assinado digitalmente
SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES
Data: 18/08/2026 14:00:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do requerente
(Obrigatória)



Documento assinado digitalmente
MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO
Data: 18/08/2026 09:47:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Orientador
(Obrigatória)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA

(Anexo IV)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
(Feito pelo/a orientador/a)
(Obrigatório)

Prezados (as),

A discente Sara Cristina dos Santos Freires, é aluna regularmente matriculada no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) campus Pau dos Ferros, sob minha orientação, professora Dra. Maria Eliza Freitas do Nascimento. Tenho acompanhado a discente nos encontros de orientação acadêmica em grupo e individual, nos quais ela cumpre assiduamente as atividades propostas, com o objetivo da escrita do trabalho de tese. A doutoranda também realizou pesquisas como publicações de trabalho sob minha orientação e outros resultados das disciplinas cursadas.

Dito isto, a discente permanece cumprindo a carga horária obrigatória de disciplinas, bem como, a escrita da tese em curso, requerendo, pois, a necessidade de renovação do seu afastamento.

Data: 17 de agosto de 2026



Documento assinado digitalmente
MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO
Data: 18/08/2026 09:43:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) orientador (a)
(Obrigatória)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEG
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – CAPF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL
Doutorado Acadêmico em Letras
Área de concentração: Estudos do Discurso e do Texto
Linha de Pesquisa: Discurso, Memória e Identidade

**A BIOPOLÍTICA DOS CORPOS COM DEFICIÊNCIA: O USO DO
CORDÃO ‘GIRASSOL’ COMO MECANISMO DE CONTROLE E
MARCAÇÃO DA DEFICIÊNCIA OCULTA**
**O DISPOSITIVO DA DEFICIÊNCIA: A MARCAÇÃO NO CORPO
COMO CONSTITUIÇÃO DO SABER DA DEFICIÊNCIA OCULTA**

SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES

Pau dos Ferros-RN

SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES

**A BIOPOLÍTICA DOS CORPOS COM DEFICIÊNCIA: O USO DO
CORDÃO ‘GIRASSOL’ COMO MECANISMO DE CONTROLE E
MARCAÇÃO DA DEFICIÊNCIA OCULTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF) como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor (a) em Letras.

Linha de Pesquisa: Discurso, memória e identidade.

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Eliza Freitas do Nascimento

Pau dos Ferros-RN

Catálogo da publicação na Fonte.

SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES

A BIOPOLÍTICA DOS CORPOS COM DEFICIÊNCIA: O USO DO CORDÃO
'GIRASSOL' COMO MECANISMO DE CONTROLE E MARCAÇÃO DA
DEFICIÊNCIA OCULTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras – PPGL, do *Campus* Avançado de Pau
dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte, como requisito parcial para
obtenção do título de doutor (a) em Letras.

BANCA EXAMINADORA:

DEDICATÓRIA

*Às pessoas com deficiência que
existem e existirão pelas
diferenças, jamais pela falta.*

*À minha irmã Tatiana, surda,
pedagoga e minha borboleta
inspiradora que transformou a
minha vida em um grande estado
de luta e resistência pela
comunidade surda.*

*“Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. **É a sociedade que me torna excepcional.**”*

*[...]A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas. Olho do mesmo modo com que poderia escutar. Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas mãos são bilíngües. **Ofereço-lhes minha diferença.***

(O voo da gaivota – Emanuelle Labourrit)

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: “Posse do Presidente Lula”

Figura 02: “Símbolos de deficiências e doenças raras”

Figura 03: “Ilustrações dos degenerados”

Figura 04: “Escravos deficientes”

Figura 05: “Campanha da Fraternidade 2006”

Figura 06: “Campanha da Fraternidade 2024”

Figura 07: “Enunciado sobre a internação”

Figura 08: “Postagem sobre a Deficiência Oculta”

Figura 09: “Transição do símbolo da Deficiência”

Figura 10: “Propaganda da Globo “Você sabe o que é o P de PCD?”

Figura 11: “Postagem do perfil @ivanbaron”

Figura 12: “Tirinha sobre deficiência”

Figura 13: “Fluxograma da CIF”

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. “Cartazes da campanha da Fraternidade – anos 2006 e 2024

Quadro 02. “Trabalhos encontrados – Plataforma CAPES”

Quadro 03. “Trabalhos encontrados – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações”

SUMÁRIO

1. Introdução (justificativa)

1.1 Problematização

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.3 Metodologia (qual é o tipo de pesquisa qualitativa, bibliográfica, qual a teoria que fundamenta a pesquisa, qual é o método utilizado – arqueogenealógico (comentar o que é o método, que ele vem das três fases de Foucault)). IMPORTANTE: apresentar o corpus, justificar as escolhas, quais e quantos são...etc

Capítulo 2 – Genealogia da deficiência: regimes de saber e práticas de exclusão

2.1 Corpos apartados: a produção da deficiência na antiguidade trazer a noção de corpo

2.2 Entre a salvação da alma e a razão iluminista

2.3 A razão que isola: deficiência e loucura como figuras de desvio

2.4 Governar a deficiência: os modelos médico e social sob a óptica dos dispositivos de poder

2.5 A deficiência oculta e seus deslocamentos em práticas de normatização

Capítulo 3 – Caminhos pelos Estudos Foucaultianos

3.1 Análise do discurso como jogo estratégico à luz de Foucault de onde vem essa teoria?

3.2 O discurso e a formação discursiva como ferramenta de investigação da deficiência

3.3 O enunciado e o arquivo na esteira da vontade de saber como sistemas de dominação a noção de sujeito

Capítulo 4 -As relações de força: atravessamentos da Lei e a Norma no papel das instituições

4.1 Relações de poder na constituição da deficiência comentar o que é o poder em Foucault, falar das relações de poder (soberano, biopoder – disciplinar (individual) e biopolítica (populacional))

4.2 Biopolítica e governamentalidade como estratégias da verdade no discurso da inclusão noção de verdade

4.3 A noção de dispositivo colocar os conceitos que vai ser mobilizado no corpus

Conclusão

1. INTRODUÇÃO

Por muitos anos, tornou-se uma marca de cortesia e rigor intelectual notar ocasiões em que o racismo, o sexismo, o preconceito de classe ou a fluência no discurso se dão. No entanto, há um silêncio estranho e realmente inexplicável quando a questão da deficiência é levantada: o silêncio é surpreendente, uma vez que grande parte das críticas sociais se dedicou à questão do corpo, da construção social da sexualidade e gênero. Corpos alternativos, pessoas, discursos: gay, lésbica, hermafrodita, criminal, médico, e assim por diante. Mas à espreita por trás dessas imagens de transgressão e desvio há uma figura muito mais transgressora e desviante: o corpo com deficiência.
(Lennard J. Davis, 2006, p. 5)

O debate proposto pela epígrafe tem como ponto de partida a forma transgressora com que a deficiência foi historicamente tratada, especialmente em sua inscrição no corpo. As primeiras percepções sobre sujeitos com deficiências físicas — como paraplégicos, tetraplégicos, pessoas mancas ou cegas — estiveram, por muito tempo, envoltas da parte que faltava no corpo e, portanto, seguiu-se a lógica da anormalidade.

Nesse sentido, a dicotomia anormal/normal agrega uma ampla discussão acerca do corpo deficiente, cabendo a determinadas ciências como a medicina, por exemplo, dizer quais anomalias precisavam ser readaptadas, corrigidas e/ou curadas em meados do século XVI. Assim, em (Canguilhem, 2022) quando diz “nem toda anomalia é patológica”, e mais ainda “o anormal não é patológico” podemos observar uma certa semelhança ao nos referimos à deficiência, que impera aos sujeitos a sua objetificação perante a sociedade.

Portanto, o que Canguilhem propõe é a compreensão dos aspectos de anormalidade estarem sendo interpretadas pelo jogo da patologização dos corpos desviantes. Até o século XIX, especialmente nos anos que antecederam as décadas de 1870 e 1880, eram escassos os relatos científicos ou classificações sistematizadas que oferecessem explicações claras sobre a deficiência. As primeiras formas de compreensão e assistência emergiram, em grande parte, de organizações filantrópicas ligadas à instituições religiosas e iniciativas de caridade, que assumiram um papel central na gestão social desses corpos considerados anormais.

Contudo, a visibilidade da deficiência teve sua hegemonia atravessada pelos discursos de dois principais marcadores históricos: o saber médico e o saber social; destacamos o saber médico que na história, trataram os sujeitos com deficiência tidos como loucos, doentes mentais

e anormais (Foucault, 2019). Tais conceituações de normalidade levaram o conceito de deficiência sofrer modificações e, portanto, apresentam-se reverberados nos discursos das ciências sociais como a educação, direito e no campo das linguagens no propósito de fazer compreender a história de lutas, reabilitações e segregações não apenas pelo dito, mas pelas práticas de controle.

Isso nos lembra nos estudos de Michel Foucault, autor que será retomado com maior profundidade nas páginas seguintes, a *História da Loucura* (1979) em que a loucura não era o problema para a sociedade, mas as formas, as lacunas, as intersecções no qual os poderes e micropoderes compreendiam o louco e o lugar que ele ocupava em relação aos não-loucos. Essa lógica de exclusão e delimitação dos corpos considerados 'outros' atravessa também a história da deficiência. Nesse sentido, o enunciado “Nada sobre nós sem nós” conhecido por seu protagonismo no presente ecoado pelas pessoas com deficiência, reconhece o trajeto temático do objeto da deficiência na história e por isso há as nomenclaturas, definições, conceitos e regras que se movem constantemente implicando em uma leitura de enunciados que retornam, se repetem e que são ressignificados pelos dispositivos do saber/poder no qual aparecem nas práticas do biopoder interpelado pelas ações de lutas e resistência.

Portanto, apresentar o enunciado “Nada sobre nós sem nós” como um exemplo de movência é mostrar que por trás de toda a descontinuidade do discurso da ex/inclusão há um sujeito que se revela frente as práticas de poder quando este se encontrou entre os percalços de invisibilidade e silenciamento. O acontecimento que resultou na produção de sentidos deste enunciado como um grito de guerra ocorreu pela primeira vez em 1990, por James Charlton, ativista americano pelos direitos das pessoas com deficiência. Charlton, teve seu primeiro livro publicado em 1998, cujo título o nomeou “*Nothing About Us without Us*”.

Desde então, esse lema passou a apresentar-se em todas as formas de comunicação e expressão pela participação dos sujeitos com deficiência sejam em dispositivos jurídicos e/ou normas educativas carregam um grande significado de resistência e luta por equidade e qualidade de vida social sem preconceitos e segregações.

Assim, ao indagarmos sobre como a ciência repercutiu sobre a deficiência, percebemos que o discurso da inclusão e o próprio conceito de deficiência passou por mudanças, debates políticos e passou contar a participação de profissionais, educadores, pesquisadores e os próprios sujeitos com deficiência. Como exemplo, a Declaração de Salamanca de 1994 propôs 83 princípios e políticas dedicadas à Educação Especial e Inclusiva, destacando pontos de como atender o aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula.

Apesar de não ser o foco do nosso trabalho a investigação isolada do “Nada sobre nós sem nós”, o enunciado repercute na

relação do objeto da deficiência com as práticas de inclusão no âmbito educacional importa para levantarmos a problemática do atendimento ser priorizado a partir de um diagnóstico, o que vem sendo aplicado atualmente.

(Sassaki, 2007) explica cada vocábulo do enunciado “Nada sobre nós sem nós”, onde o *nada* representando as políticas públicas, os saberes das leis, as estratégias e os caminhos nas áreas da educação, saúde, direito e ciências sociais não gerem qualquer produto sem antes conhecer ativamente os grupos que pertencem a expressão *sobre nós*, pois estão aí os negros, pretos e pardos, indígenas e todas as deficiências classificadas intelectual, física, visual, auditiva e o autismo, finalizando com *sem nós*, isto é, a participação dada à visibilidade marcada pela diferença, em um discurso histórico e presente nos dias atuais.

Todavia, nas palavras de (Foucault, 2016) “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” nos inquietamos igualmente com os enunciados que determinam as condições de emergência do discurso da deficiência e suas variadas formas enunciativas que que a marcam, delimitam e conceituam.

No século XX, com o avanço das lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, sobretudo a partir do modelo social da deficiência, novas perspectivas emergiram, deslocando o foco do corpo deficiente para as barreiras sociais e ambientais que restringem a participação desses indivíduos em sociedade (Oliver, 1990). No entanto, essa mudança paradigmática não se deu de maneira uniforme. A noção de deficiência ainda é amplamente atravessada por mecanismos normativos que operam a partir de uma matriz visual: o corpo deficiente tende a ser reconhecido como tal quando há marcadores perceptíveis da deficiência, como o uso de cadeiras de rodas, bengalas, próteses ou outras características físicas que indicam uma alteração no padrão corporal esperado.

Nessa teia reflexiva, reconhecemos o processo histórico do enunciado bramante “nada sobre nós sem nós” que na história permite que na ordem do discurso apareça no curso das lutas e das resistências como pauta permanente no interdiscurso da inclusão e suas camadas emergenciais das vozes silenciadas no corpo com deficiência.

Ainda munidos desse reconhecimento como um pedido concreto e perene dos sujeitos com deficiência, a máxima da inclusão por assim dizer, ocupou-se de uma nova roupagem discursiva nos últimos anos e podemos refleti-la a partir do exemplo de dois acontecimentos que apresentamos a seguir: o primeiro acontecimento ocorrido na tradicional posse do

presidente da república no ano de 2023, rememorou o enunciado “nada sobre nós sem nós” com a presença de representantes dos grupos de minorias brasileiros.

Figura 01. Posse do Presidente Lula



Fonte: autoria própria. Disponível em: <https://acesse.one/Cpuew>

Na figura 01 podemos descrever em primeiro momento, uma imagem emblemática de protagonistas na luta pela causa por mais inclusão, representatividade e **visibilidade** (grifo nosso) que hastearam a bandeira da diversidade. Temos ainda na imagem uma pessoa com deficiência e por ser um dos nossos propósitos de pesquisa, cabe enfatizar o quanto sua participação (re)produziu nas redes sociais a partir dos noticiários da posse do presidente Lula, uma materialidade rica de discursos que construindo efeitos outros de sentido, também contribuíram com a preconização dos movimentos sociais de lutas e em especial às pessoas com deficiência saltando maior alcance das políticas públicas de inclusão em todo o país.

Considerando essa construção discursiva na política e o contexto da campanha eleitoral “União e Reconstrução” do presidente da República, algumas medidas parlamentares passaram a ser divulgadas sob a reivindicação de políticas inclusivas que contemplassem a realidade desses sujeitos ou até mesmo a revisão legal de medidas jurídicas já existentes. É relevante indagar os enunciados emergentes proferidos no dia da posse pelo influenciador digital Ivan Baron. Sua fala, marcada por um tom de apelo, mobilizou sentidos em torno da inclusão e da acessibilidade, reforçando a urgência dessas pautas no discurso político.

Outrossim, passamos muitas décadas utilizando a palavra ‘exclusão’ para designar a falta de conhecimento e aproximação com as pautas relacionadas ao corpo com deficiência e, portanto, as formas de tratamento foram sofrendo alterações, sendo classificadas como infantilizadas quando dirigidas ao indivíduo.

Por isso, a palavra “anticapacitismo” escrita na roupa do influenciador Ivan Baron esteve no pico de buscas logo após ser divulgada em sua página do Instagram (@ivanbaron). Apesar de ser um termo novo na literatura da inclusão, seu significado não é tão novo assim, pois trata-se de um preconceito maquiado por eufemismos verbalizados que contém o objetivo de diminuir a capacidade do sujeito com deficiência, causando constrangimento social e intimidação, atitudes estas muito praticadas no passado e que agora estão sendo publicizadas com o auxílio das redes sociais.

Outrossim, o assistencialismo como formas de caridade, por exemplo, deu a esses sujeitos a falsa ideia de lugar na sociedade dando margem ao discurso religioso e às vezes a negação de oportunidades geram o amortecimento das lutas, deixando para a sociedade, apenas o coitadismo e a conformidade pela suposta invalidez do corpo. Portanto, a emergência dos enunciados presentes revela um outro sujeito que já foi segregado e teme após tantas lutas perderem o pouco de espaço conquistado, conforme afirma (Skliar, 2003):

Existe um outro que antes, durante e depois de tantas guerras, prisões, exércitos, escolas comuns e especiais, hospitais, religiões, fábricas, manicômios etc, foi e ainda é pensado, percebido e sentido como uma espécie de corpo amorfo e incontrolável, uma espécie de mente obscura e selvagem, um movimento desigual e perigoso, uma atenção para outro lugar, um comportamento que espreita, um tipo de linguagem de ausências, arritmias e sem-sentidos. (Skliar, 2003, p. 152)

Ao concordar com o autor, reconhecemos que o processo de transformação da deficiência em um signo político do corpo reverbera sentidos que incitam uma reflexão sobre a visibilização desse corpo. Essa visibilidade emerge das lutas contra as práticas de controle e poder, desestabilizando estratégias políticas de dominação. No entanto, ao mesmo tempo em que resistem, esses sujeitos também se percebem reféns de um discurso constante que combate o preconceito, mas que, paradoxalmente, pode reforçar sua posição dentro de uma lógica de tutela e normatização.

Contudo, os discursos que circulam hoje com bastante rapidez devido ao advento das redes sociais, como *Instagram* e *tiktok*, se tornaram ferramentas centrais para o compartilhamento de diversas pautas de interesses dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que ampliam o alcance das vozes e das narrativas, essas plataformas também regulam o que pode ser dito, quem pode falar, quando e onde. Nesse contexto, desempenham um papel ambíguo, tanto impulsionando as lutas por inclusão e diversidade quanto delimitando os espaços de enunciação. Assim, ainda corroborando com (Skliar, 2003):

[...] é a ambição do texto da mesmidade que tenta alcançar o outro, capturar o outro, domesticar o outro, dar-lhe voz para que diga sempre o mesmo, exigir sua inclusão, negar a própria produção de sua exclusão e sua expulsão, nomeá-lo, confeccioná-lo, dar-lhe um currículo *colorido*, oferecer-lhe um amplo lugar vazio, escolarizá-lo cada vez mais para que, cada vez mais, possa parecer-se ao mesmo e *seja o mesmo*. (Skliar 2003, p. 202-203)

Não podemos negar que o discurso da inclusão é uma temática sensível e carece de esclarecer as lacunas provocadas por suas movências, pelas instâncias de delimitação nas quais buscam definir, nomear e categorizar. Ao tempo que enxergamos avanços na inclusão somos quase sempre interpelados pelas práticas sociais de exclusão, sobretudo pelos deslocamentos ocorridos na história do passado e do presente.

Dito isto, lançamos um olhar cuidadoso e questionador sobre os discursos midiáticos que constroem a visibilidade do corpo com deficiência como um modo de subjetivação, especialmente quando essa marcação é invisível. Há um interesse particular em analisar como os discursos que pregam a visibilidade da deficiência, paradoxalmente, também nomeiam e reforçam sua invisibilidade. Esse movimento revela um novo paradigma, atravessado pela história da segregação e, ao mesmo tempo, pela docilização dos corpos por meio das formas de poder. Assim, investigamos como a deficiência invisível é discursivamente produzida, regulada e controlada, evidenciando os mecanismos que legitimam quem pode ou não ser reconhecido como sujeito da deficiência.

Em julho de 2023, foi sancionada no Congresso Nacional, a Lei nº 14.624/13 onde altera a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) instituindo o uso do cordão de fita com o símbolo de girassol para identificação das deficiências ocultas. – aquelas que não apresentam sinais físicos evidentes, como transtornos neurodivergentes (autismo, TDAH, dislexia), deficiências auditivas não aparentes como a surdez, doenças crônicas e transtornos psicossociais – enfrentam desafios específicos, pois a ausência de um marcador visível frequentemente resulta na negação ou deslegitimação da deficiência (Shakespeare, 2006). Essa marcação no corpo ficou mais evidente desde a elaboração e estudo na construção da Lei Brasileira de Inclusão 13.146/15, doravante LBI, considerada então o Estatuto da Pessoa com Deficiência baseada na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2008.

O deslocamento do conceito de deficiência que subscreve as classificações tendo o campo jurídico um grande aliado na contribuição de garantia dos direitos da pessoa com deficiência em sociedade, são atravessadas pelo poder com o desejo pela verdade, a verdade que é definir o sujeito e como este participará ativamente como cidadão nas instituições. Assim, no Art. 2º da LBI apresenta a seguinte definição de deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A definição de pessoa com deficiência apresentada no Art. 2º da LBI orienta o reconhecimento legal desse sujeito, reforçando o direito à participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Entretanto, essa formulação legal também produz efeitos de sentido que ultrapassam o campo jurídico, especialmente no que diz respeito à visibilidade da deficiência no corpo. Ainda que o texto da lei reconheça tanto os impedimentos visíveis quanto os invisíveis, na prática social, observa-se que os marcadores corporais visíveis tendem a ser mais facilmente associados à condição de deficiência.

Assim, a interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais não é apenas uma questão de diagnóstico clínico, mas envolve também processos sociais de visibilidade, reconhecimento e validação da deficiência no espaço público e nesse caso, é importante ressaltar a complexidade desse conceito e como este vem a construir o discurso da deficiência. Conforme Coelho (2024) temos que:

Deficiente derivado do latim *deficiens*, é uma declinação do verbo “deficere”, que significa “faltar” ou “falhar”. Com a ascensão de expressões consideradas politicamente corretas, diversos eufemismos foram criados para substituir termos como “aleijado” e “deficiente”. Essas mudanças linguísticas visam reduzir o estigma e promover uma comunicação mais respeitosa e inclusiva. (Coelho, 2024, p. 12)

Nesse contexto, reiteramos que a discursividade em volta do conceito de deficiência sofreu muitas mudanças tornando complexa a missão de decifrar as lacunas com as quais a sociedade precisou adaptar-se ou lutar seja na condição de acolhimento dos sujeitos seja na criação de instituições que adotam estratégias de governamentalidade na condição de categorizar e classificar a deficiência. Por isso, (Piccolo, 2022, p. 29) assume que “escrever uma história da deficiência com base na análise de diversos contextos e interações é, sem sombra de dúvidas, um empreendimento desafiador e trabalhoso.” Concordando com o autor, a literatura ainda é tímida quando faz referência à busca de uma só verdade da deficiência.

Em face dessa descontinuidade do discurso da deficiência na história pertencente a uma rede de saberes fortalecida com o advento das redes sociais estiveram/estão na ordem do saber social como um disparato, vítima do diagnóstico para prover a separação, nomeando quem tem deficiência marcada pelo corpo ou que não esteja visível, definindo qual parte dela perpetua para as práticas de subjetivação nas relações sociais.

Dito isto, pesquisar sobre as práticas biopolíticas e tudo que possa aferir à constituição do sujeito com deficiência na escola como aluno protagonista da diferença entre tantas outras condições neurodivergentes ou não, no trabalho como um sujeito que fez uso do seu direito legal em ocupar as vagas destinadas à promoção de equidade e valorização cidadã, na sociedade como um sujeito não qualquer ou que se aproxime da régua da normalidade, mas que sendo diferente possa ser, ter e fazer do seu espaço, um estado de luta e resistência.

Por essas razões iniciais, ainda que nós, enquanto pesquisadoras e pesquisadores implicados com o campo dos estudos discursivos, busquemos nos aproximar do objeto com a cautela necessária para não reproduzirmos apagamentos ou generalizações ao nos referirmos a sujeitos historicamente silenciados e que hoje, em sua resistência e bravura, reivindicam o direito à voz e à presença na política e no cotidiano, não podemos deixar de afirmar que a escolha por esta temática e pela problemática que a sustenta constitui, para nós, um gesto ético e político de tornar visível o que tantas vezes foi relegado ao não dizível.

Assim, justificamos que a pesquisadora participa ativamente dos movimentos sociais de inclusão destacando sua principal atividade como voluntária na Associação de Surdos de Mossoró-RN assumindo a função de tradutora/intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) aproximando-se assim da comunidade e cultura surda e apresentando reflexões de como a surdez, classificada como deficiência oculta constitui os sujeitos e os seus modos de subjetivação e por sua distinta forma de perceber o mundo através do ver e do sentir.

Por esta razão e inspiração pelo peculiar desenvolvimento social da pesquisadora, a sua trajetória acadêmica no curso de mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em oportuno contribuiu para o acervo bibliográfico do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPCL ao realizar uma pesquisa em torno do discurso de resistências dos sujeitos surdos nas redes sociais.

Ainda como incentivo à ciência, a atuação profissional como professora do Ensino Superior, apresentam lacunas de aprendizagem no que se refere a conceitos chave do discurso da deficiência que se manifestam nas dúvidas pertinentes dos alunos e alunas em suas experiências pessoais e acadêmicas, tais como: interrogações sobre sua origem, sobre a legitimidade do sujeito com deficiência a partir de um diagnóstico, de um laudo médico, de um parecer da assistência social ou mesmo da suposição de que se trata de uma invenção da família ou da comunidade na qual o sujeito está inserido.

No entanto, nosso interesse não é angariar respostas prontas até porque as perguntas que permeiam os corredores da Universidade são muito genéricas e nem mesmo com muito

afinco teremos respostas, como o próprio Foucault nos ensina, a intenção de analisar criticamente os discursos é para problematizar e não para concluir um pensamento.

Nesse sentido, compreendemos que o discurso midiático, especialmente com a ampliação das redes sociais digitais, isto é, não somente as plataformas interativas como *instagram*, *tiktok*, *X* e outras ferramentas de contato humano como o *whatsapp* mas também os blogs e sites de notícias que circulam nacional e internacionalmente, tem desempenhado um papel central na visibilização das experiências e identidades relacionadas à deficiência, o que reforça a relevância e a urgência da investigação que propomos.

É com esse mesmo compromisso investigativo e reflexivo que anunciamos este trabalho na pretensão de problematizar: como se dá a marcação da deficiência oculta na constituição da subjetividade dos sujeitos que fazem uso de dispositivos como o cordão girassol e outros dispositivos de marcação para as deficiências? Nossa inquietação se concentra na seguinte constatação: na ausência do cordão girassol e distintivos de marcação a deficiência permanece invisibilizada. E, quando esse marcador é acionado em nome de particularidades que escapam ao conceito normativo de deficiência, assistimos à emergência de novos saberes e à constituição de novos discursos que se articulam às *vontades de verdade* do nosso tempo. E nesse sentido, alinharemos os estudos foucaultianos como uma possibilidade de análise e assim poderemos concordar com as dispersões encontradas, onde Foucault ensina:

Não seria mais indicado buscá-los na dispersão dos pontos de escolha que ele deixa livres? Não seriam as diferentes possibilidades que ele abre no sentido de reanimar temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses inconciliáveis, de permitir, com um jogo de conceitos determinados, desempenhar papéis diferentes?
(Foucault, 2016, p. 45)

É nesse gesto de leitura, de 'reanimar temas já existentes', que vislumbramos uma contribuição efetiva para nossa atuação no Ensino Superior, tanto em cursos de licenciatura quanto de bacharelado, assumindo o compromisso ético e político de formar novos professores para uma educação mais sensível às diferenças. É também nesse viés formativo que se inscreve o *corpus* desta pesquisa: a discursividade em torno da deficiência oculta presente no dispositivo da deficiência, marcada por sua condição de invisibilidade, e a produção de subjetividades desses corpos que são atravessados pelas estratégias de saber, poder, biopoder e governamentalidade.

Por isso, arriscamos em escrever sobre a deficiência assumindo que haverá uma volta no passado, repetições e discussões novas ou velhas, mas não conhecidas, e assim far-se-á um

trabalho que não tem a pretensão de responder conforme frisamos em linhas anteriores, mas de questionar tal qual nos sugere os estudos foucaultianos em suas categorias analíticas para pôr em debate as verdades invisíveis do corpo que carrega uma diferença. É, de todo modo, um trabalho com olhar crítico e observador no sentido de tornar necessário a sua cientificidade e por constar como uma grande contribuição para os estudos da análise de discurso.

1.1 Problematicar com Foucault na teia do discurso da deficiência

Para início de nossas considerações em volta da problemática do conceito de deficiência e especificamente a prática de objetificação a partir da marcação da deficiência oculta no corpo sob o uso de um cordão com o símbolo de girassol e outras discursividades semiológicas que caracterizam o corpo e o constitui como sujeito, o presente trabalho investiga o uso do cordão girassol e a bandeira internacional da surdez como um elemento constitutivo da prática biopolítica e de resistência, respectivamente mas que também possibilita uma construção de sentidos da pessoa com deficiência na qual incide a visibilidade no, e/ou pelo corpo, analisando como essa marcação visual concerne sobre os modos de subjetivação das pessoas com deficiência.

Nossa inquietação consiste em entender, *a priori*, como o sujeito que possui deficiência é construído nas redes sociais a partir dos micropoderes que definem a deficiência oculta ou invisível ou não aparente no corpo. Presume-se que a aplicação do uso do cordão favorece a marcação da deficiência no corpo quando esta não está visível e problematiza-se em um artefato que funciona não apenas como um instrumento de identificação, mas também como um operador de visibilidade que agencia diferentes relações de poder, afetando as experiências e as narrativas daqueles que o utilizam como acontece também com os elementos de classificação da deficiência oculta ou doenças raras conforme a figura 03:

Figura 02: Símbolos de deficiências e doenças raras



Fonte: autoria própria. Disponível em: <https://www.inclusaoemacao.com.br>

Percebemos a quantidade de símbolos marcadores na atualidade onde somente a figura de uma cadeira de rodas representava todas as pessoas com deficiência, como também todas as doenças raras e suas especificidades de adaptação na sociedade. Até pouco tempo, essa discussão da simbologia das pessoas com deficiência entrou em pauta entre os sujeitos, visto que a cadeira de rodas não contempla a surdez, a cegueira, a paralisia cerebral e com a ajuda da internet pela visibilidade, tornou-se mais fácil definir um símbolo representativo para cada condição não visível. A tese parte da hipótese de que, ao inscrever a deficiência no visível por meio de um código simbólico reconhecível, o cordão girassol não apenas facilita o acesso a direitos e adaptações, mas também opera como um instrumento normativo que condiciona a percepção e o tratamento dos sujeitos por parte da sociedade.

Em virtude da construção discursiva que se toma a temática da deficiência, com um referencial pouco explorado de materialidades que tentam definir o termo ou até mesmo a pessoa, coadunamos estudar nosso trabalho no campo midiático, considerando as relações e práticas de poder em torno do sujeito com deficiência que se narram, se revelam e se constituem como uma nova forma de tornarem visíveis a subjetivação da deficiência através do cordão girassol e de outros dispositivos de marcação que serão discutidos em nossa pesquisa na tentativa de dar à ciência, a discussão emergente em torno da deficiência oculta, esta que a sociedade não ainda alcançou sendo necessário que outras estratégias de poder fossem necessárias para que o sujeito consiga interagir em sociedade.

Isto posto, entendemos que o tema desta tese circunscreve-se em uma análise do dispositivo da deficiência discursos e os construtos por ele atravessado pelas práticas da normatização do corpo a partir de uma marcação, invisibilizada e estrategicamente controlada pelo diagnóstico e especialmente mobilizadas no campo jurídico, bem como pelas forças dos

efeitos de sentidos que são naturalmente disseminados nas redes, a saber, em blogs institucionais, associações, plataformas de interação social como o *instagram* e *youtube* e reportagens na internet.

Nos propomos a estudar a não linearidade da história da deficiência atravessada pelos discursos complexos de sua definição, uma vez que não pretendemos até então submeter ao nosso trabalho uma teoria ou método aos pesquisadores e educadores que assim farão uso referencial da temática, mas sim angariar para a ciência, a importante reflexão sobre as lacunas que a história tomou-se após anos de segregação fomentado pela medicalização, reabilitação e normatização do sujeito com deficiência, dando a este, a visibilidade da falta, do anormal e da incapacidade pelas inúmeras barreiras de acesso principalmente nas áreas da educação e saúde, prejudicando seu ingresso ao mercado de trabalho.

O intento da materialidade discursiva presente na internet como blogs, notícias de jornais e plataformas das redes sociais dar-se-á pela discussão do dispositivo da deficiência no âmbito social, no qual nos ancoramos nos estudos foucaultianos e de Deleuze para buscar as formações discursivas, a formação dos objetos e conceitos, a formação das estratégias e como estas se apresentam nas curvas de visibilidade, de enunciação e nas linhas de forças e de fuga. Suas consequências quando se referenciam às deficiências não visíveis e que por elas são atravessadas pelo discurso do poder e da subjetividade alicerçada à base de um saber médico e social. Nas palavras de (Schipper; Witzel, 2015, p. 303), concordamos que:

Em uma marcha evolutiva na construção social do conceito de deficiência, surgem as teses da organicidade; deixam-se as ideias de vitimização e da ação das forças sobrenaturais para compreendê-las como consequência de uma patologia biológica, emergindo daí os discursos que promovem uma concepção médica-classificatória da deficiência.

No cerne da discursividade analisada pela instância de emergência do uso do cordão girassol e marcadores como sendo este acessório concebido como prática biopolítica e classificação da deficiência oculta, há uma produção de efeitos de sentidos outros sobre o visível e o não-visível, nomeando aquele sujeito a uma marcação e constituindo-se como modo de existir, criando assim formas de subjetivação.

Entretanto, atualmente existem identificadores de deficiências que não são aparentes no corpo, como é o caso do cordão girassol já mencionada nesta sessão. A primícia de seu uso ocorreu a partir de discussões ocorridas no Aeroporto de Gatwick, na Inglaterra, quando uma das diretoras da instituição considerou a possibilidade de utilizar um talabarte que pudesse beneficiar pessoas com deficiência. Foi nesse contexto que surgiu um acessório distintivo, com

um padrão de girassóis sobre fundo verde, simbolizando crescimento e força. A iniciativa rapidamente se expandiu, e o Reino Unido, seguido por diversos outros países, passou a adotar o cordão como um mecanismo de identificação para dar visibilidade às deficiências não aparentes, promovendo maior acessibilidade e conscientização social

Aqui no Brasil, o projeto de Lei nº 5486 tramitou no Planalto no de 2020 para que a oficialização do uso do cordão girassol chegasse na América Latina. Enquanto tramitava no âmbito jurídico, Flávia Callafange, mãe de uma criança autista, buscou a organização internacional Hidden Disabilities Sunflower (Girassol de Deficiências Ocultas, em tradução livre) levantou debates sobre a eficácia do uso do cordão para as deficiências ocultas no Brasil.

Destarte, o uso do cordão normatiza o corpo e promove a quebra de barreiras, isto é, são estas barreiras na maioria atitudinais que impedem o sujeito com deficiência de se desenvolver e estar incluído socialmente; todos os acessórios de marcação surgem para promover a inclusão e proporcionar a garantia de direitos previsto na Lei 14.624/2023. Por ora essa medida jurídica esclarece que o uso do cordão não é obrigatório e as prerrogativas dos documentos que legitimam a deficiência continuam sendo necessários para a garantia de direitos e benefícios sociais da pessoa com deficiência.

O cordão girassol repele a anormalidade e passa a conceber efeitos de sentidos ao que é invisível, corroborando que este sujeito apareça e protagonize a sua diferença seja em movimentos sociais de luta, seja como representantes políticos e/ou influenciadores digitais. Esse tipo de protagonismo orquestrado pelo ciberativismo, estabelece relações que expressam os regimes de verdade da deficiência, uma vez que a diferença entre o “anormal” e o “normal” passaram a ser amplamente discutidas pelos deslocamentos nos quais o termo ‘deficiente’ percorreu na história. O discurso da deficiência não aparece de qualquer forma e em qualquer lugar, é também história da ciência como afirma (Deleuze, 2005) inspirado em Foucault, o saber é definido por combinações do visível e enunciável próprias para cada formação histórica.

E, portanto, aproveitando a discursividade em torno de uma terminologia, o fenômeno do diagnóstico acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e do Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) por exemplo, ganhou nos últimos anos uma proporção significativa sobre a invenção do diagnóstico reverberando distintas explicações. Nessa teia discursiva, o saber social em evidência engendrara diversas interpretações sobre o sujeito com deficiência, dentre elas em como a visibilidade do corpo é uma bandeira de luta do anticapacitismo, como já comentamos anteriormente.

Por essa razão, uma pergunta que inaugura as inquietações deste trabalho se faz da seguinte maneira: Como os dispositivos visuais e interpretativos da deficiência marcada no

corpo estão relacionadas com as práticas do biopoder? E ainda, quais as relações de força são postas em jogo quando usa ou não usa? Nisso, inserimos nossa pesquisa em uma genealogia da deficiência com o objetivo de compreender o corpo biopolítico marcado e como o uso de um cordão e outros distintivos o ressignificam na sociedade.

Trataremos em suscitar o debate partindo do campo midiático e a governamentalidade atravessada pelos saberes sociais e também pelos próprios sujeitos que se narram e põe em questão a conduta com que é tratada a deficiência. Discutir os discursos sobre a biopolítica do corpo com deficiência, implica perscrutar as diferentes formas de subjetivação, uma vez que o cenário atual em destaque, as redes sociais, favorecem as definições, as explicações, as interdições do corpo saudável e aceito como é o caso do corpo gordo, do corpo preto, do corpo lésbico e/ou gay.

A biopolítica do cordão ‘girassol’ como marcação de uma deficiência que não se vê através do corpo problematiza o sujeito enquanto pessoa cidadã. Nesse fio condutor, alinhamos nossos objetivos com as seguintes inquietações: 1) Por que a emergência do uso do cordão ‘girassol’ e os símbolos de marcação da deficiência oculta no corpo, reverberam-se em outras condições denominadas atípicas do corpo produzindo efeitos outros de sentido no discurso da deficiência? 2) De que maneira, o uso do cordão ‘girassol’ e símbolos de marcação mobilizam a produção de subjetividade do sujeito com deficiência oculta? 3) Como as práticas biopolíticas perpetram na construção do discurso da deficiência no contexto das mídias digitais? E qual o regime de existência da deficiência oculta enquanto condição invisível?

1.2 Gestos de análise: caminhos pelos estudos da Arqueologia do Saber

Para responder às questões de pesquisa apresentadas no preâmbulo desta tese, delineiam-se os objetivos geral e específicos como forma de organizar o percurso analítico que orienta as seções subsequentes, nas quais se explicitam o arcabouço teórico e as escolhas metodológicas ancoradas nos Estudos Foucaultianos. Partindo da perspectiva da Arqueologia do Saber, compreende-se o método não como um conjunto de técnicas aplicáveis a um objeto previamente dado, mas como um gesto analítico que interroga as condições de possibilidade de emergência dos discursos.

Nesse sentido, estabelece-se como objetivo geral analisar na rede discursiva o dispositivo da deficiência, bem como a marcação da deficiência oculta e/ou não visível no corpo, enquanto estratégias biopolíticas de controle e regulamentação, a partir de instrumentos

de classificação como as leis que conceituam a deficiência, o diagnóstico que concretiza a deficiência e o cordão girassol assim como a bandeira da surdez como prática de poder e subjetivação da pessoa com deficiência e seus movimentos de resistência nas mídias digitais. Tal análise busca evidenciar como esses discursos se organizam, circulam e se estabilizam, produzindo efeitos de verdade que governam as formas contemporâneas de reconhecimento, visibilidade e controle da deficiência por meio das redes de comunicação como sites, blogs e plataformas digitais.

Com isso, delimitamos alguns objetivos específicos que nos ajudarão com a discussão dos resultados na análise do *corpus*: a) Discutir as estratégias de saber/poder que atravessam a concepção de deficiência na constituição da subjetividade e os seus deslocamentos na historicidade da pessoa com deficiência enquanto corpo com diagnóstico; b) Descrever a emergência dos dispositivos da deficiência a partir do corpo e sua visibilidade e as descontinuidades sobre a deficiência; c) Refletir pelas linhas de força, os jogos de verdades reverberados no campo jurídico em como a governamentalidade aparece como regulamentação da deficiência oculta; d) Problematizar os modos de vida dos sujeitos com deficiência e suas práticas discursivas frente à memória dos silenciamentos para a constituição ética do corpo com deficiência oculta; e) Analisar os enunciados de contraconduta que atravessam o corpo com deficiência oculta, problematizando as formas de resistência ao regime normativo de visibilidade e classificação nas mídias digitais a partir das linhas de fuga.

Isto posto, nossas questões partem das formações discursivas em torno do conceito de/da deficiência e seguem um trajeto genealógico passando pelas três fases de análise dos estudos foucaultianos. A nossa discussão se baseia nas construções discursivas do cordão girassol e de símbolos como a bandeira da surdez e sua emergência como classificação da deficiência oculta. Reiteramos que as movências dos discursos da deficiência e da inclusão em sua amplitude e reflexões escorregadias à projeção de formar teorias não serão nosso julgo nas materialidades escolhidas para publicação desta tese. Antes, os nossos objetivos que se alinham aos capítulos teóricos e metodológicos, permeiam o aporte bibliográfico de Michel Foucault provocando uma séria discussão do que se produz a respeito do corpo com deficiência, mas ainda para as deficiências que aqui se destacam como não visível.

A fabricação de alguns novos discursos sobre a deficiência, remete a uma observância complexa de subjetividade, uma vez que o poder no domínio das instâncias de delimitação sugeridas em *Arqueologia do Saber*, torna o sujeito flutuante de suas práticas de liberdade e cuidado de si, fazendo com que seja relevante identificar as incidências das interrupções desses discursos (Foucault, 2016). considerando a historicidade marcadamente por exclusão e suas

transformações nos movimentos de luta e redefinição dos conceitos no ensino, na saúde e no direito.

Considerando essa premissa dos nossos objetivos, e considerando ainda as reflexões dos estudos discursivos de Foucault, onde o filósofo nos chama a atenção para a necessidade em “descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam”. (Foucault, 2016, p. 67). Nesse sentido, como analista do discurso, apontaremos os conceitos emergentes sobre a deficiência oculta e como essas conceituações têm contribuído para que o sujeito com deficiência se posicione na sociedade como cidadão, como trabalhador, como mulher, mãe e autônomo, quebrando os rótulos de estigma e fortalecendo a torná-lo visível.

A biopolítica dos corpos com deficiência como alicerce dos jogos de verdade mantém o saber médico e o saber político como ineditismo, quando na verdade somos perpetrados pela história. (Martins, 2015) nos mostra que as práticas de separação heterogêneas e provocadas pelas movências de uma sociedade radical, distingue doença de saúde, a loucura da sanidade e a normalidade da deficiência. O que significa que a deficiência sofre constantemente com as mudanças de separação e classificação e sobre isto os nossos resultados se ancoram em uma organização metodológica de análise discursiva encontrada no antro da internet onde obedecem o direcionamento mais uma vez de *Arqueologia do Saber*: analisar discursivamente “as superfícies primeiras das emergências”, onde esse discurso da invisibilidade está emergido na ordem dos acontecimentos?

Por conseguinte, “as instâncias de delimitação que distingue, define e classifica” (Foucault, 2016, p. 68); nos ajudando a compreender como o enunciado do anticapacitismo é validado nas instâncias do acontecimento, nas quais se deduz o conceito da deficiência por diferentes saberes e como estes se desencadeiam por suas sucessões permitindo que os enunciados apareçam ou reapareçam.

E com o propósito de descrever a definição da deficiência e suas classificações como um reagrupamento discursivo, nos valem de analisar “as grades de especificação” investigadas por Foucault no objeto da loucura em que houve até o século XIX as diferentes “loucuras” nessa analogia, portanto, nos caberá a busca por apresentar as várias formas do objeto da deficiência na mídia, em específico, mas é legítimo que sua aparição caminhou muitos séculos em que a visibilidade da deficiência era uma recusa social acompanhada da invisibilidade intencional com que foi tratada por tanto tempo e por essa razão, carrega na constituição de subjetividade o uso do cordão de identificação da deficiência oculta, esta contemplando todas as barreiras da humanidade e que agora recebe um nome midiático.

Na esteira dessas discussões que se cruzam a um mesmo objeto de diversas maneiras no campo midiático, encontraremos de certo, enunciados e arquivos que conversam entre si ou que supõe uma nova teoria dos conceitos de inclusão, pessoa com deficiência, somados a uma série de materialidades discursivas, conforme Foucault (Foucault, 2016) orienta no trecho abaixo:

Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos: o sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição. (Foucault, 2016, p. 42)

Nos estudos foucaultianos, o foco está nos modos de funcionamento do discurso enquanto prática — ou seja, nos efeitos que ele produz e nos regimes de saber e poder que ele organiza. Quando Foucault fala do “sistema que rege sua repartição”, está se referindo ao conjunto de regras e condições que definem o que pode ser dito, por quem, em que momento e com que efeitos. Desse modo, compreendemos a formação discursiva como regularidade na dispersão dos enunciados que circulam nas mídias e as suas estratégias biopolíticas

Cabe ainda dizer que a menção ao “jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição” aponta para a dinamicidade dos discursos: eles não são estáticos, mas estão em constante movimento, sendo deslocados, reinterpretados, esquecidos ou retomados sob novas formas. Esse aspecto é especialmente relevante para estudos que investigam discursos sobre a deficiência, pois permite analisar como diferentes formas de nomeação (como “pessoa com deficiência”, “deficiente”, “portador”, entre outras) emergem, se sobrepõem ou desaparecem ao longo do tempo, revelando os regimes de visibilidade e de normatividade que moldam o modo como os corpos são reconhecidos ou apagados socialmente.

Todavia, nos parece salutar que a nossa pesquisa esteja entre as principais áreas de estudo que se aproximam da área de Letras, como psicologia, educação, sociologia e direito. Fazemos de modo a ilustrar a relevância do estudo sobre as práticas discursivas frente ao conceito de deficiência, consultamos o catálogo de teses da CAPES¹ e da aba do Google, obedecendo palavras-chaves como: deficiência oculta, conceito de deficiência, biopolítica da deficiência, corpo com deficiência. Feito essa delimitação de forma livre sobre a palavra chave de buscas “conceito de deficiência” onde das 231 teses de doutorado e 607 dissertações de mestrado, destacamos as que coadunam com o nosso trajeto temático:

¹ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Quadro 02. Trabalhos encontrados – Plataforma CAPES

Tipo	Autor	Ano	Título
Tese	Tamara França de Almeida Magalhães	2022	A luta anticapacitista na Universidade: Revendo conceitos de Deficiência
Tese	Igor dos Santos	2023	Experiências e estratégias de operadores no atendimento às necessidades de acessibilidade de passageiros com deficiência com deficiências ocultas em aeroportos e viagens aéreas
Tese	Alliny Kassia da Silva Alves	2022	“Nada sobre nós sem nós”: Análise discursiva da história de vida de um aluno cego em contexto de formação acadêmica
Dissertação	Suellen Fernanda de Quadros	2019	Discurso, Corpo e Poder: a objetivação/subjetivação do sujeito Hellen Keller sob a perspectiva dos Estudos Foucaultianos

Percebemos que os trabalhos elencados acima representam objetos de estudo que refletem a discursividade do termo deficiência e como essa construção é alocada na Universidade, a exemplo da tese de Tamara França de Almeida Magalhães cujo título “*A luta anticapacitista na Universidade: Revendo conceitos de Deficiência*” defendida no ano de 2022 sob orientação de Márcia Denise Pletsch da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, reverberando assim as movências desse estudo no campo teórico da educação como base para o conhecimento cultural que emerge da visibilidade das pessoas com deficiência no cenário diversos de condições específicas nas quais encontramos hoje nas salas de aulas e fora do âmbito educacional.

Usando o vocábulo de busca para “deficiência oculta”, o trabalho de Igor Santos conforme acima no quadro 02, apresenta uma temática que protagoniza a invisibilidade da deficiência em aeroportos, local onde surgiu a necessidade de identificação dos passageiros que possuem alguma necessidade de atendimento. Ressaltamos que este trabalho faz parte do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFscar), isto é, apesar da interdisciplinaridade proposta pelo autor, o estudo sobre a deficiência oculta padece de mais pesquisas oriundas nas ciências humanas.

Fizemos ainda uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)² onde fizemos a pesquisa colocando os algoritmos “deficiência” e “deficiência invisível”, este último que era pra ser a palavra “oculta” em lugar de “invisível”, não foi encontrado nenhum trabalho registrado com esse filtro de pesquisa no site. Supomos que o termo ainda é muito novo na literatura e, portanto, foram encontrados 33 trabalhos com o termo “invisível, dentre eles:

Quadro 03. Trabalhos encontrados – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Tipo	Autor	Ano	Título
Dissertação	Gabriella de Oliveira Ribeiro	2024	Transtorno do Espectro Autista: uma epidemia invisível ou uma doença psicossocial?
Dissertação	Danielle de Oliveira	2007	O estigma da marca corporal invisível: estudo sobre o mundo do trabalho das pessoas com estomia intestinal definitiva
Dissertação	José Carlos Mendes Moreira Xavier	2022	Silêncio e invisibilidade: iniquidades expressas na comunicação sobre deficiência em campanhas do Ministério da Saúde, entre 1988 e 2020
Tese	Davi Sampaio Marques	2025	Entre o silêncio que revela e a revelação que silencia: a gestão da identidade profissional de trabalhadores com deficiências invisíveis em uma universidade pública

É curioso que a temática sobre a deficiência oculta e/ou invisível ainda é muito recente e pouco discutida nas áreas comuns das ciências humanas e sociais, sendo protagonizada *a priori* nas áreas mais exatas que dialogam com resultados mais estatísticos considerando a conjuntura que a deficiência oculta foi inicialmente descoberta: na dificuldade de atendimento em aeroportos conforme citamos anteriormente a esta seção.

Afunilando ainda mais a busca por trabalhos de teses que dialoguem sobre a deficiência e/ou sujeito com deficiência, encontramos cinco (05) teses de doutorado no interstício de 2019 a 2024 no site do Programa de Pós Graduação em Letras (PPGL) da

² <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).³ Destes, um trabalho defendido em 2020 sob o título: *A representação da deficiência por meio de personagens de obras literárias do PNLD 2018* de autoria da Martha Milene Fontenelle Carvalho orientada pela professora Dra. Verônica Maria de Araújo Pontes, aproxima-se do nosso objeto de estudo quanto à visibilidade do corpo com deficiência em livros didáticos de literatura infantil.

Ao buscar teses em outros programas da área de Linguística e/ou Letras, encontramos a tese de doutorado de Eliza Maria Freitas do Nascimento, cujo título “*A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência*” sob orientação da professora Maria Regina Baracuhy Leite no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB) que tratou a discursividade do corpo em revista onde a temática de inclusão é ressignificada através do corpo com deficiência como produção discursiva e suas vontades de verdades reverberadas em cada capa da revista.

Ainda na busca virtual de trabalhos que dialoguem com nossa pesquisa, na plataforma Google e utilizando os mesmos algoritmos das pesquisas acima, encontramos uma tese de doutorado da Vivian Ferreira Dias intitulada “*Discursos sobre a deficiência: enunciados e práticas de in/exclusão*” de orientação da professora Sandra Caponi, defendida ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2018, cujo trabalho realizado com todo o aporte teórico foucaultiano, refletindo o percurso histórico no qual o objeto da deficiência percorreu até os dias atuais, analisando assim materialidades discursivas no campo midiático como reportagens, panfletos e discursos audiovisuais como filmes e propagandas.

Diante do exposto, consideramos que o nosso trabalho se torna relevante e ocupa de certa forma a posição do ineditismo uma vez que trará para a Linha de Pesquisa Discurso, Memória e Identidade no qual se insere, uma análise detalhada dos discursos sobre a deficiência e a constituição desse sujeito frente aos deslocamentos e desdobramentos dos dispositivos que classificam e interpretam as práticas de poder na história do presente.

Portanto, enveredamos a importância desta investigação ancorada nos Estudos Foucaultianos por compreender que os aportes teóricos e metodológicos darão conta de nosso corpus de pesquisa e assim conseguiremos abrir possibilidades pela contribuição e alcance nas Ciências Humanas e Sociais, como na Educação no ensino e formação de professores na

³ <https://sites.google.com/uern.br/programa-defendidos/in%C3%ADcio>

perspectiva da Inclusão, bem como nas Ciências da Saúde e no campo do direito como conhecimento prático dos dispositivos legais que protagonizam a pessoa com deficiência.

No que se refere à metodologia, nosso trabalho se insere no aporte teórico da *Arqueologia do Saber e Ordem do Discurso*, ambas as obras de Michel Foucault direcionam nosso corpus para a retomada dos conceitos discurso, enunciado, formação discursiva, poder e saber. Sabemos que Foucault teve/tem forte contribuição na psicologia, educação, direito e economia, áreas em que a deficiência pertenceu na história da humanidade conforme veremos em capítulos posteriores e disto isto, a metodologia do trabalho define-se no campo qualitativo documental e descritivo, com propósito interpretativo sob um olhar de analista de discurso princípio impreterível no método arqueogenealógico proposto por Michel Foucault.

Essa escolha, portanto, torna-se minuciosa para questionar os estratos, as séries enunciativas presentes nos discursos de saber e poder. Nessa direção, Sargentini (2019, p. 36) nos lembra: “o discurso é vulnerável, seja pela interdição do objeto, seja pela interdição do sujeito que o enuncia: não é qualquer discurso que pode emergir e não é qualquer sujeito que pode enunciá-lo.” e é com essa reflexão que debruça o discurso da deficiência através de uma política instaurada de reconhecimento das pessoas com deficiência não visível no corpo e as suas interdições do sujeito caindo na malha da segregação.

Dito isto, o percurso da pesquisa de Foucault quando se propôs a problematizar a loucura, os discursos emergentes e o porquê da produção de outros saberes que definiram o louco na história, faz parecer pertinente seguir esse caminho para também problematizarmos a formação do discurso da deficiência e em quais áreas do saber constituíram as vontades de verdade sobre o sujeito em sua diferença seja de língua, cultura e identidade social.

Por essa premissa, que se faz necessário utilizar o método arqueogenealógico posto que o discurso sozinho não dá conta das singularidades que estão espalhadas no campo midiático e é também por esta razão que se confirma a lógica foucaultiana em que a descoberta reflexiva de possíveis causas engendradas pelo poder e pelos micropoderes são encontradas nas peripécias, nas falésias do discurso outro e é este o nosso maior propósito sobre a pessoa com deficiência oculta: saber sobre as intersecções da deficiência. Como afirma Foucault:

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retornam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer.
(FOUCAULT, 2014, p. 21)

Foucault chama nossa atenção para a existência de uma hierarquização dos discursos que organiza aquilo que pode ser dito e reconhecido como verdade. Ao mobilizar essa perspectiva para o objeto deste estudo, torna-se fundamental compreender quem é o sujeito que fala a partir de uma deficiência que não se inscreve de modo evidente no corpo. Trata-se, portanto, de interrogar as condições de possibilidade desses dizeres e os lugares de enunciação que autorizam ou desautorizam tais falas.

Nesse movimento analítico para a fase arqueológica, voltamo-nos para os enunciados presentes nos documentos que definem legalmente a deficiência, entendendo-os como dispositivos de saber que produzem classificações, normatizações e efeitos de verdade. Esses enunciados não permanecem restritos ao campo jurídico ou institucional, mas passam a circular amplamente nas redes sociais, sendo retomados, ressignificados e disputados. É a partir dessa circulação que se tornam visíveis os jogos discursivos que atravessam o corpo com deficiência, seja ela oculta ou não, permitindo analisar como a visibilidade, longe de ser um dado natural, é produzida por práticas discursivas que articulam saber, poder e subjetivação.

Contudo, faz sentido na óptica foucaultiana haver uma denominação dos enunciados no qual foi interpretado como formação discursiva, conceito chave que se desdobra no escavamento das dispersões do discurso, falas já existentes e temas conhecidos (Foucault, 2016, p. 45). Por isso, as materialidades do nosso corpus muito presente no campo midiático mostrarão o aparecimento e desaparecimento de enunciados, fazendo-se salutar observar como esses enunciados aparecem? Dessa forma, Foucault continua:

Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens, e das opiniões através do tempo, mais do que retraçar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas?

(FOUCAULT, p; 45)

Este é um dos pontos principais do método arqueológico: a análise das dispersões, pois como afirmamos em muitas passagens desse trabalho, o discurso se repete, mas sua repetição não aparece à toa, há uma rarefação do discurso da deficiência. Isto significa, que o discurso é controlado e coage entre os seus micropoderes que tecem as classes de exclusão e classificação; excluem para determinar a gerência do poder sobre as ordens de conduta e classificam para impor organizar e delimitar por meio de medidas disciplinares, como o campo do modelo médico que funciona como instância legitimadora dessas operações.

Nessa direção, o trabalho de tese aqui segue alguns aspectos analíticos discutidos por Navarro (2020), o primeiro aspecto diz respeito à perspectiva histórica sugerida por Michel Foucault, em que a compreensão da análise arqueogenealógica não se faz por sua linearidade e sim por uma história com séries enunciativas, memórias e acontecimentos emergentes que possibilitam revelar as lacunas deixadas pelo dito e não-dito remetidos nos jogos de verdade.

Navarro (2020) apresenta, assim, uma compreensão fundamental acerca da relação do objeto de estudo com outros domínios sociais, “como a economia, as instituições, as religiões, as ciências e as literaturas” (p. 15), aspecto que se constitui como eixo central desta pesquisa. Tal perspectiva permite compreender que o discurso da deficiência se inscreve em um vasto arcabouço de formações discursivas responsáveis por produzir sentidos sobre o sujeito com deficiência. Esses sentidos são historicamente elaborados e legitimados no campo da medicina e das ciências humanas, onde esse sujeito é simultaneamente desmitificado e objetificado por práticas de saber-poder articuladas ao Estado, e nas literaturas, enquanto espaço de expressão cultural e de interação social. Desse modo, o nosso corpus compõe analisar materialidades que se manifestaram/manifestam nas áreas da medicina, ciências humanas e literaturas como intenção de problematizar as discontinuidades que operam como instâncias privilegiadas de constituição das subjetividades, nas quais o sujeito com deficiência é continuamente significado, regulado e narrado.

Num outro aspecto demonstrado por Navarro, temos a noção de descrever o objeto através da monumentalização sob a justificativa de percebê-lo em uma nova perspectiva histórica através dos acontecimentos que insurgem no interior do discurso. Dessa forma, Navarro (2020, p. 17) *apud* Foucault, orienta que “a tarefa é trabalhar o documento no interior dele próprio: recortar, distribuir, ordenar, repartir, enfim, organizar esse material, estabelecer suas séries e definir as relações entre elas. Transformam-se os documentos em monumentos”. Contudo, a história nos permite acessar documentos que nos lembram o percurso pelo qual determinado o objeto atravessou em suas transformações, mas o nosso papel enquanto analistas do discurso, se propõe a investigar a discontinuidade da história.

Aquilo que se enuncia sobre o que é tomado como concreto, como uma lei ou um dispositivo, remete ao ponto de chegada deste trabalho. Trata-se de problematizar a existência de uma discursividade em torno da deficiência cuja condição de reconhecimento social parece depender da validação “a olho nu”, isto é, da necessidade de o sujeito apoiar-se em um dispositivo de poder para tornar-se perceptível e inteligível na vida social. Ao voltarmos-nos para os enunciados que buscam responder quem é a pessoa com deficiência, deparamo-nos novamente com a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com

Deficiência (LBI). É a partir desse dispositivo jurídico que outros documentos passam a emergir, especialmente aqueles voltados à classificação da deficiência. Nessa chave analítica, a LBI é tomada não apenas como um documento normativo, mas como um monumento discursivo, na medida em que organiza, legitima e faz circular determinados modos de dizer e de governar a deficiência.

As leis e a invenção do diagnóstico permitem que a marcação do corpo apareça mesmo quando não é visível e isso dá margem para uma constituição da subjetividade em um barco flutuante de identidade. Outrossim, a Lei do Cordão Girassol (14624/23) que será retomada posteriormente, assim como a Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva elaborada em outubro do ano passado (2025) revelam a velocidade com que esta e outras normativas que regulam as práticas no atendimento à pessoa com deficiência trazendo novos desdobramentos sobre o conceito no âmbito da assistência social e educacional.

Implicamos com a necessidade de abrir reflexões para as muitas legislações nas quais as instituições e outras ciências se apoderam para estabelecer mecanismos de controle sob a prerrogativa de contribuir com a visibilidade da deficiência. As normas, cartilhas de conduta e abrem alas para que o discurso de inclusão sofra modificações imediatas, gerando cada vez mais lacunas no atendimento ao sujeito que necessita das políticas de acesso e garantia ao serviço público de direito.

Sobre esta questão, analisaremos na segunda fase de Foucault, a da genealogia em uma investigação do discurso pelo poder na produção de saberes e como ocorrem as relações dos dispositivos acima supracitados no discurso movente da inclusão que reforça a ideia do capacitismo e dos efeitos de sentido atravessados pelas técnicas de governo. Talvez, em achados jurídicos como os já mencionados, não encontremos de forma concreta as séries que enunciam os saberes e por isso, recorreremos aos dizeres outros expressos em matérias jornalísticas, postagens midiáticas e materialidades de cunho educacional nas áreas de saúde e educação, psicologia e sociologia. É com esse gesto, herdando ao que se dispôs Foucault sobre sua intrínseca pesquisa ao escrever *História da Loucura*, Machado (2007) reintera:

História da loucura analisa as características, as verdadeiras dimensões e a importância dessa ruptura de tal modo que, depois dela, não é mais possível falar rigorosamente de doença mental antes do final do século XVIII, momento em que se inicia o processo de patologização do louco. A partir da pesquisa de Foucault a história da loucura deixa de ser a história da psiquiatria.
(MACHADO, 2007, p. 65)

A analogia que podemos fazer da loucura é que sua análise é um tanto semelhante ao objeto da deficiência, uma vez que a exterminação de pessoas coxas, mancas e retardadas

estiveram muito próximas da objetificação do louco. No século XVIII, a patologização da loucura também estaria na mesma conta da deficiência, conforme veremos no primeiro capítulo da história da deficiência. E por se tratar de uma sumária objetificação, estamos nos referindo a todo arcabouço no qual o poder foi capaz de produzir na medicina, na psiquiatria e nas ciências humanas, então a deficiência e a materialidade nobre ocupam bastante espaço na sociedade.

No que diz respeito à produção de subjetividade dos sujeitos com deficiência mobilizados pelo saber e poder, acreditamos ser pertinente analisar quais os efeitos de sentidos das práticas discursivas manejadas pelos micropoderes provocam no seu processo de reconhecimento da própria deficiência marcada ou não no corpo. Todavia, há uma linha tênue entre o sujeito e o poder que fortalece o surgimento de estratégias biopolíticas e com isso a movência do discurso é atravessada pelas insurreições do acontecimento.

Não obstante, a regulação do corpo com deficiência intensifica-se na contemporaneidade a partir da circulação de enunciados que instituem padrões estéticos e normativos de aceitabilidade corporal. Esses enunciados, ao se articularem aos dispositivos de saber e poder, produzem efeitos de normalização que atravessam o campo jurídico, instaurando uma rede discursiva marcada por tensões e descontinuidades. A LBI, enquanto prática discursiva, opera simultaneamente pela nomeação da deficiência como “anormalidade” e pela negação dessa mesma fixação, ao afirmar que a condição é consequência das barreiras de acesso. Tal contradição não deve ser lida como falha, mas como efeito das formações discursivas que tornam possível dizer a deficiência de modos distintos em um mesmo regime de verdade. É nesse jogo de enunciados que o sujeito com deficiência emerge, não como essência prévia, mas como efeito histórico dessas práticas, produzindo modos de subjetivação que se constituem nas fissuras do discurso normativo. Assim, prescreve Dreyfus & Rabinow (2009):

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir na direção da nova economia relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida.

(DREYFUS&RABINOW, 2009, p. 04)

É com esta afirmação dos autores que apresentamos para além das práticas de poder que serão analisadas pelo olhar crítico, também as resistências pelas quais os sujeitos manifestam de modo a desvelar os poderes e descrevê-los. É pela resistência também como construção da identidade onde há o despertar das técnicas e do cuidado de si dos sujeitos. Sujeito

é definido por Foucault não como um conceito isolado e indeterminado, mas como um processo histórico que se perpetua nas práticas discursivas em diversas áreas e domínios da sociedade e, portanto, intervém no objeto da política e da sexualidade, temas centrais das obras *História da Sexualidade* especificamente os volumes I, III e IV, respectivamente.

Nesse sentido, Marcello & Fischer (2014) afirmam que os deslocamentos históricos pelo qual o sujeito é submetido, leva-os para as práticas de si, de maneira a se fazerem perceber no mundo e então reconhecer que o poder e o ambiente no qual está inserido o modificam e fortalecem as suas vivências enquanto ser humano, tomado pelo que Foucault nos diz: dizer a verdade, isto é, descortinar os jogos da falsa verdade do controle, da classificação, da ordem e normatização do corpo.

A respeito disso, o sujeito quando autor da verdade não-dita pelas práticas de vigilância e disciplina do corpo, entra no campo da sexualidade como possibilidade de conhecimento consigo, uma vez que o sexo para Foucault não fora investigado apenas como algo natural ou biológico, mas como efeito da articulação do saber/poder na produção de discursos, no qual o sujeito é incitado a falar de si, seus desejos e de suas condutas. Conforme Neto & Silva (2020):

Nesses processos de constituição, a sexualidade é um dos principais artifícios pelos quais o indivíduo torna-se sujeito. Os modos de constituição, segundo Foucault, são sempre históricos. Daí a necessidade de se produzir uma história da sexualidade, tanto no aspecto arqueológico, genealógico e arqueogenealógico.
(NETO & SILVA, 2020, p. 48)

A problemática da sexualidade esteve por muito tempo aliciada pelas repressões sociais em que o Estado segundo as análises foucaultianas interveio e intervém o sujeito como objeto político e não como objeto que pratica e deseja as suas vontades. E, portanto, ao direcionarmos essa temática para a pessoa com deficiência temos uma intersecção com a percepção da loucura, posto que o corpo com deficiência se mostra privado da sexualidade pela norma e isso tem forte imbricação com a subjetividade, fase do estudo arqueológico que fará parte do escopo analítico do nosso trabalho.

Desse modo, o sujeito começa a revelar-se, as técnicas e narrativas de si representam o processo de subjetivação provocado pelo poder, mesmo aqueles docilizados pela ordem neoliberal e nisso passam a representar o discurso da deficiência que se deslocam do sensacionalismo para a realidade, da romantização para a aceitação de si. Assim, as resistências não cumprem o papel de negação do dito, elas representam a circulação de um discurso mascarado pela docilização dos corpos, de um discurso que nomeia e objetifica através da religião, da educação especial segregatória e do atendimento médico especializado.

Assim, a subjetividade da pessoa com deficiência antes contada pelos outros e pelas instituições, reverberam-se atualmente de forma mais autônoma com a ajuda das redes sociais na internet, é possível observar o crescimento de perfis midiáticos pelos próprios sujeitos. O diagnóstico, como documento oficial que politiza a pessoa com deficiência é usada como marca de incentivo para a contraconduta desses sujeitos, problematizando assim os regimes de verdade e de visibilidade da deficiência. Retomamos com Marcello & Fischer (2014) em que:

o cuidado de si é marcado por um princípio de movimento, que envolve deslocamento e ação; transformação e trabalho. Ou seja, o cuidado de si designa um conjunto preciso (e austero) de práticas e exercícios – dizendo de outra forma, todo um conjunto de técnicas (tecnologias do eu) que se exerce sobre si mesmo com o fim último da transformação, da modificação, da transfiguração de si.
(MARCELLO & FISCHER, 2014, p. 165)

Há de se concordar que os modos de subjetivação a respeito dos grupos de minorias, surgiram da mobilização discursiva da inclusão como obrigatoriedade jurídica e isso de certa maneira, oferece visibilidade e constrói lugares de transformações pessoais e interpessoais. Nesse caso, há de se questionar sobre a posição sujeito em torno dos acontecimentos, pois na superfície deles podemos encontrar rupturas que a história por si só não contou, houve participação institucional e social, ambos intrinsecamente ligados às mudanças globais e tecnológicas.

Dessa forma, fundamentamos nosso trabalho para a análise e alcance de nossos objetivos, sobre o seguinte: a) onze (25) postagens no *instagram* de perfis de pessoas com deficiência e de perfil oficiais do Governo Federal; b) um (01) vídeo no canal *youtube*; c) quatro (04) matérias jornalísticas do portal G1; d) duas (02) cartilhas didáticas sobre o uso dos cordões girassol, quebra-cabeça e neurodiversidade; e) Os enunciados na internet como blogs, vídeos e postagens acerca do documento Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva (2025); f) O documento da Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 (LBI) (2015) e seus enunciados espalhados na internet, como também nas postagens das redes sociais *Instagram e Youtube*; e por fim g) O documento da Lei do Cordão Girassol 14.624/2023.

A justificativa de escolha para cada materialidade se dá conforme os itens acima, respectivamente:

a) as postagens do *instagram* tem maior interação e alcance midiático sendo mais compartilhável entre diversas páginas seguindo o algoritmo de acesso, no nosso caso o de discursos da deficiência, visibilidade, inclusão e dispositivos de marcação da deficiência;

b) o vídeo do *youtube* tem abrangência institucional e de caráter educativo, desvelando os saberes do conteúdo apresentado sobre o cordão girassol e outros dispositivos de marcação;

c) As matérias do Portal G1 apresenta dados em regiões brasileiras ou dados internacionais, acatando enunciados outros sobre discursividade da deficiência e sua descontinuidade na atualidade;

d) As cartilhas didáticas contêm enunciados pertinentes para a discussão na área da educação;

e) O documento da Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva, repercutiu nas redes sociais como negação à proposta do governo quanto à proposta de atendimento ao aluno com deficiência e principalmente pela diferenciação com os autistas e neurodivergentes, isso trata-se de classificação, um dos principais pontos de discussão do trabalho;

f) O documento da LBI considerado como Estatuto da Pessoa com Deficiência possui em seu texto, uma série enunciativa que remete a historicidade do conceito de deficiência, sua versão comentada e atualizada traz muitas questões que devem entrar na discussão do nosso *corpus* por se tratar de um documento que busca juridicamente definir o sujeito diferente em sociedade;

g) Por último e uns dos principais arquivos aqui discutidos, a Lei do Cordão Girassol, que apesar do documento ser de escrita breve, emerge sobre a visibilidade de marcação da deficiência oculta ou invisível no corpo.

Isto posto, o nosso trabalho mais adiante estará organizado em cinco capítulos, sendo o capítulo 1 introdutório e com a descrição metodológica da tese, o capítulo 2 sobre a história da deficiência desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea, o capítulo 3 dissertar-se-á no compêndio da teoria foucaultiana, relacionando os conceitos essenciais para nosso trabalho como arquivo, enunciado, formação discursiva, discurso, governamentalidade, biopolítica, poder e subjetividade. Nos capítulos 4 e 5, estarão estruturados para composição da teoria das categorias de análise como em destaque a noção de dispositivo e arquivo e a discussão das séries enunciativas encontradas no mesmo. O último capítulo dedicaremos às conclusões iniciais, pois entendemos que o método arqueológico não busca responder nenhuma pergunta, ao contrário, busca questionar o objeto em estudo para problematizar nas diversas áreas das ciências humanas e da linguagem.

2. GENEALOGIA DA DEFICIÊNCIA: REGIMES DE SABER, PRÁTICAS DE EXCLUSÃO E MODOS DE GOVERNAMENTO DOS CORPOS

“A deficiência não é eterna, nem universal. Ela é sempre localizada.”

(Henri-Jacques Stiker)

O presente capítulo propõe uma genealogia da deficiência, compreendida não como uma condição biológica estável ou naturalmente dada, mas como uma construção histórica e discursiva atravessada por regimes de saber, práticas de exclusão e dispositivos de poder. Inspirado na perspectiva foucaultiana, parte-se da ideia de que os corpos não são neutros, mas produzidos no interior de relações de força que definem o que é normal, anormal, curável ou abjeto. Assim, a deficiência é aqui tomada como um efeito de práticas discursivas e não-discursivas que operam sobre os corpos para governá-los, integrá-los, vigiá-los ou expulsá-los. Ao percorrer diferentes períodos históricos da Antiguidade ao contemporâneo buscamos compreender como a deficiência foi sendo significada, medicalizada, moralizada e, mais recentemente, reivindicada como identidade política.

Encerra-se a discussão com a deficiência oculta, no qual explanarmos como esse conceito permeia o discurso da inclusão e implica na produção de sentidos da pessoa com deficiência em sociedade.

2.1 Corpos apartados: a produção da deficiência na antiguidade

Compreender a história da deficiência é primeiramente conhecer as narrativas contadas pelos outros na história. Quando não se era possível haver notoriedade de capacidade em um corpo com defeito e resultado de muitas repulsas sociais, a deficiência percorreu a Antiguidade até chegar aos dias atuais com novas formas de enxergar o corpo pelas lentes da sociedade, outrora ousadamente capitalista e preconceituosa.

Nesses termos, temos que o sujeito⁴ atravessa o tempo errante da Antiguidade começando pelo que se conhecia em Atenas, Esparta e Roma uma longa devastação do corpo ferido em virtude da proliferação das enfermidades enfrentadas, nas quais não permitiam que pessoas com ameaças de contaminação pudessem estar entre os sadios. Contudo, as pessoas

⁴ Adotamos aqui esse termo ancorando-se na gramática dos estudos foucaultianos quando se usa o termo sujeito para referenciar as relações históricas de constituição do indivíduo.

que não tinham condições de sobrevivência eram submetidas à escolha por aqueles que tinham como escapar do tempo hostil da época.

Os sujeitos com deficiência, portanto, entrariam na conta da incapacidade e da pouca importância sem nenhum tratamento individualizado, favorecendo pois um sombrio período de óbitos em detrimento de uma higiene socialista que mantinha como plano a horrenda prática do infanticídio e feminicídio que de acordo com Piccolo (2022) eram crianças com corpos aleijados, comprometimentos físicos e geralmente pertencentes ao sexo masculino.

Entende-se grosso modo que o extermínio de crianças *a priori* realizado pelo físico e mais tarde pelo comprometimento mental, o lugar da pessoa com deficiência parece não estar aparente e, portanto, permanecia no jogo daquilo que era visível e palpável. Esta feita, a deficiência permaneceu na Antiguidade entregue aos saberes dos deuses gregos e sendo mortificados pelo que a literatura apresenta de: eliminação. Por isso, (Piccolo, 2022) conta que

A história que se desdobra na Antiguidade a partir do composto que sentenciava uma criança como não completamente humana e cuja integridade não é reconhecida culturalmente se adentra não no campo etimológico das doenças, enfermidades e correções, mas, sim, ao universo da teratologia do folclórico (Piccolo 2022, p. 62)

O estudo das anomalias citado pelo autor, deduz o surgimento dessa prática a partir das culturas primitivas em que a deficiência fora interpretada, por questões estritamente espirituais; pois o conhecimento médico não havia sido instalado nesse período, fortalecendo ainda mais a rejeição das pessoas com deficiência. Na compreensão de (Mendonça, 2020) as crianças eram selecionadas desde o seu nascimento, a presença de monstruosidade deu sentido à perversidade do corpo vivo amaldiçoado pela crença dos deuses e sendo condenadas sob a justificativa de preservar a normalidade e manter a ordem do corpo saudável.

No pensamento de Platão, cultuava-se o corpo belo, representando a riqueza e a alta corte na Grécia Antiga. Com isso, o corpo padrão vira símbolo de exposição em rituais e, portanto, aqueles corpos considerados “feios” “deformados” eram estigmatizados por invalidez e inutilidade, pois não se cumpria o padrão que era desejado e almejado pelos gregos. As pessoas com deficiência que não nasceram, mas perderam seus membros na guerra, estiveram na responsabilidade do Estado onde mais tarde o abandono já não seria assim do seu nascimento, mas o reconhecimento das condições nas quais nasciam indivíduos com

acometimentos congênitos. Pressupõe-se então que o abandono na Grécia fora motivado pela organização de civilização proposto por Platão em “*A república*” conforme nos diz Sócrates:

Por consequências, estabelecerás em nossa cidade médicos e juizes tais como os descrevemos, para tratarem os cidadãos que são bem constituídos de corpo e alma; quanto aos outros, **deixaremos morrer** os que têm o **corpo enfermiço**; os que têm a alma perversa por natureza e incorrigível serão condenados à morte. Grifo nosso (Platão, 2019, p.127)

É polêmico qualquer linha filosófica que visou unicamente enaltecer a beleza e pureza e com isso escolher o que está visível aos olhos nus dos grandes homens da Antiga Grécia. Na premissa da filosofia platônica, os guardiões dispostos na cidade tomariam conta de toda elite de seleção dos “bons” e os *inferiores* com o qual se refere aos indivíduos fora do padrão proposto, ficariam excluídos e postos em segredo. A figura abaixo representa de forma sustentável que a escolha era puramente física e estética para os gregos:

Figura 03. Ilustrações dos degenerados



Fonte: autoria própria. Referência: (Atlas de XII planches, *Traité des dégénérescences*, 1857)⁵

⁵ Imagem contida na obra de Lília Ferreira Lobo em “Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil”, de 2023.

Esse recorte, configurado pela invisibilidade e pela omissão, o plano de Platão em manter a ordem pública antecipa uma possível biopolítica primitiva pois ainda que não inclua todos os indivíduos indiscriminadamente em seu pensamento de organização civil, o integra somente com aqueles cujos quais possuem aptidão física, moral e intelectual. Assim como Platão, Aristóteles no Livro IV em “*A política*” participou de maneira mais branda evidenciando seu pensamento para a organização política da cidade através de leis de modo a centralizar os interesses da comunidade. Aristóteles no capítulo 14 apresenta o seguinte:

Se a classe popular for excessivamente superior à massa dos notáveis, convém não atribuir uma remuneração a todos os cidadãos, mas apenas ao número suficiente para restabelecer o equilíbrio com a massa dos notáveis, ou então **excluir** por sorteio os que excedem o número adequado a esse equilíbrio. Grifo nosso (Aristóteles, 1998, 1299a p. 331)

Percebe-se no discurso aristotélico a promoção em priorizar politicamente que diferente de Platão, propõe através de leis democráticas estabelecer uma oligarquia na comunidade e gerar participação civil na construção dos interesses em comum. Contudo, (Stiker, 1999) afirma que a Antiguidade conseguiu diferenciar corpos deformados, anormais, retardos mentais e doença. Juntou nesse arcabouço crenças, heresia ao cristianismo, idolatria aos deuses e mais tarde contribuiu para a criação de novas instituições religiosas que assumiram a eufêmica função da caridade para a deficiência, revelando ainda essa fase de reconhecimento da deficiência escondeu as deficiências ocultas não marcadas pela deformidade como cegos, surdos e deficientes intelectuais.

Com isso, a sociedade passou a ser organizada pelas famílias começando pelos indivíduos que pudessem prosperar e angariar mais bens às suas famílias, o que exclui notadamente as pessoas com deficiência e, como já vimos, eliminadas desde o seu nascimento ou subdesenvolvidas estando a ser proibidas de se apresentarem em sociedade, pois um corpo sem funcionalidade não portaria a capacidade necessária de ocupar espaços no mercado.

Já nos povoados de índios brasileiros (Lobo, 2023) revela que haveria entre costumes de convivência, especialmente a forma como o índio lidava com a vida e sua relação com o ritual místico de mortes e desapareço ao imperfeito, culminando em práticas canibais onde o corpo, era apenas um pedaço de carne. Não haveria, nesse momento um saber científico no qual pudesse distinguir a anormalidade da monstruosidade. De acordo com (Piccolo, 2022):

A complexidade da Antiguidade se relaciona ao fato de ela denotar um tempo em que se valia de deuses para explicar o clima, a fertilidade, o poder, as enfermidades, entre

outras coisas. [...] valiam-se de relações dúbias com suas divindades, o que era perfeitamente compreensível em uma geografia não governada pela empiria ou pela racionalidade enquanto princípio ordenador. (Piccolo, 2022, p. 64)

Nesse contexto, a ciência e o saber estavam no lugar dos deuses, apresentando uma possível métrica de saberes que começou a aparecer logo após a compreensão da deficiência pelo viés bíblico. Com o passar do tempo e a diminuição das dificuldades para a sobrevivência, abriu-se espaço para que o abandono deixasse de ser a norma, mesmo em relação a corpos cujos modos de funcionamento não oferecessem vantagens diretas ao Estado, como ocorria nas deficiências congênitas e passassem a serem assistidas pelos dispositivos de controle.

Outras práticas de exclusão a partir da deficiência se tratava dos trabalhos análogos à escravidão, por remeter as atividades de força física que não demandassem serviços intelectuais, de uso das tecnologias e/ou aqueles que eram mais vistos em sociedade. Essa lógica abonaria a necessidade de educá-los e não progredirem intelectualmente. A figura abaixo apresenta uma materialidade da escravidão no contexto da deficiência:

Figura 04: Escravos deficientes



Fonte: autoria própria. Disponível em: Escravos deficientes no Rio de Janeiro (Thomas Ewbank)⁶

⁶ Figura retirada da obra “Os infames da História: escravos, pobres e deficientes no Brasil” de Lilian Ferreira Lobo, 2023.

Segundo Nascimento (2013, p. 167), “o saber vigente defendia um princípio de normalização, com regras de controle e seleção dos indivíduos que atendessem às demandas do poder”. Essa lógica justificou o surgimento de diversas ciências voltadas a responder à incógnita da deficiência nos chamados corpos anormais. Nesse contexto, o foco já não estava mais na eliminação desses sujeitos, mas em uma tentativa de enquadrá-los sob a ótica da remissão dos pecados e da representação simbólica de uma salvação vinculada ao divino.

Nesse cenário, compreende-se que os discursos de normalização não surgem de forma isolada, mas encontram na religião uma de suas bases mais antigas como vimos no presságio da Antiguidade. Antes mesmo da sistematização científica, já era no campo do sagrado que se estabeleciam regras de pureza e imperfeição, determinando quem poderia ou não ocupar determinados lugares sociais e espirituais. É justamente nessa lógica que os textos bíblicos se tornam fundamentais para compreender como a deficiência foi inscrita em práticas discursivas que, ao mesmo tempo em que reconheciam a existência desses corpos, delimitavam funções, papéis e acessos, marcando um percurso de exclusão que se atualizou ao longo da história.

2.2 Entre a salvação da alma e a razão iluminista

Ao que vemos anteriormente sobre a deficiência na Antiguidade e como esse fenômeno não fora exclusivamente de eliminação no sentido monstruoso da palavra e da ação, debruçamo-nos na era cristã. Acometidos pela ausência da medicina e de especialistas que pudessem explicar a disformidade dos corpos que nasciam, a deficiência passa agora pelo púlpito da religião como uma estranheza e superstição. Uma pessoa com deficiência era vista “marcada” por Deus, marginalizando-a sob a condição de seu corpo ser prova de alma límpida e em caso contrário, seria corrompida pela diferença.

Alguns dos textos bíblicos profetizados em templos religiosos, a deficiência aparece em meio à práticas de caridade, penitência e salvação sendo ao mesmo tempo compreendida pela compaixão e estigmatizada na anormalidade caminhando, pois, para atos de remissão dos pecados e purificação espiritual. Nesses termos, o “coitado” foi longamente empregado no tratamento aos “fiéis” com deficiência. Junto a (Stiker, 1999) :

Temos, em primeiro lugar, um conflito nos métodos de análise textual, que foram inúmeros ao longo da história da teologia e ainda hoje muito diversificados após o aparecimento da psicanálise, do marxismo, do estruturalismo e das múltiplas formas

de semiótica. Em segundo lugar, como consequência, temos um conflito de interpretação no que diz respeito ao significado dos textos e às suas implicações religiosas ou filosóficas. (STIKER, 1999, p. 23)

As implicações de interpretação notáveis dos textos bíblicos e de como a deficiência aparece, por exemplo, no Antigo Testamento é um dos grandes debates deste tópico. Sugere-se no estudo que os entraves quanto à observância do indivíduo/sujeito pecador e com anomalia estejam concernentes aos discursos da época e não somente pelo pensamento hegemônico da deficiência. Em Levítico do livro da Bíblia Sagrada, pertencente ao Pentateuco composto pelos cinco livros antes do nascimento de Cristo (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) apresentam mensagens confusas sobre o entendimento da deficiência, onde:

O Senhor disse a Moisés: “Dize a Aarão o seguinte: Homem algum de tua linhagem, por todas as gerações, que tenha algum defeito físico, oferecerá o pão de seu Deus. Desse modo, serão excluídos todos aqueles que tiverem uma deformidade: **cegos, coxos, mutilados, pessoas de membros desproporcionais** ou tenha uma fratura no pé ou na mão [...] Sendo vítima de uma deformidade, não poderá apresentar-se para oferecer o pão de seu Deus. Mas poderá comer o pão de seu Deus provenientes das ofertas santíssimas e das ofertas santas. Não se aproximará, porém, do véu nem do altar, porque é deformado. Não profanará meus santuários, porque eu sou o Senhor que os santifico”. Tais foram as palavras de Moisés e Aarão e a seus filhos, bem como a todos os israelitas. *Grifo nosso* (BÍBLIA SAGRADA, Levítico, 21, 16-24).

A passagem explícita com as caracterizações da deficiência em nossos grifos, coadunam com a sumária percepção de proibição aos eventos e presenças nos templos religiosos sendo o indivíduo que carregava suas deformidades. Os cegos, coxos e mutilados aparecem em muitos outros textos bíblicos e ao que podemos extrair dessas menções é que a deficiência tratada no Antigo Testamento, fora vista em primeiro lugar com a marcação no corpo, detonando a ausência do não saber médico da época.

Nos textos bíblicos, a presença de pessoas com deficiência ou deformidades era frequentemente associada à noção de impureza no serviço a Deus. Apenas aqueles considerados sem qualquer “defeito” poderiam desempenhar determinadas funções sagradas. No entanto, conforme registrado no livro de Levítico, a existência de uma deformidade não impedia o indivíduo de se aproximar de sua fé ou manter sua relação com o divino. Nesse sentido, a exclusão, embora presente, assumia um caráter distinto da eliminação observada em períodos da Antiguidade, suavizando práticas e posturas adotadas por muitos homens e mulheres de fé.

Esse mesmo dispositivo aparece em outros livros do pentateuco, quando a integridade do animal sacrificado é posta como condição para a aceitação divina. Ao associar pureza a perfeição física, o discurso bíblico não apenas descreve uma norma, mas produz um campo de

visibilidade no qual a deficiência se torna marca de exceção, não de regra, e por isso deve ser controlada por meio da separação ritual. Nesse sentido, em Deuteronômio capítulo 15 temos:

Se ele tiver um defeito, se for coxo ou cego, e se tiver uma deformidade qualquer, tu não o oferecerás em sacrifício ao Senhor, teu Deus. Poderá comê-lo em tua cidade tanto o homem impuro como o puro poderão comer dele, como se come a gazela ou o veado. Somente não sorverás o sangue, que derramarás por terra como água.
(BÍBLIA SAGRADA, Deuteronômio 15, 21-22)

Destarte, a exclusão dos corpos com deformidades não tivera nas passagens bíblicas menção aos cuidados e observância de médicos, mas foram intrinsicamente ligados ao saber do mérito dos clérigos sendo costumeiramente delegado aos sacerdotes a autoridade de permissão a determinadas atividades e funções realizadas à pessoas com deficiência. Nesses termos, a lepra tão bem conhecida como a grande manifestação de impureza, entrou na mesma carruagem de preconceito, escárnio e marginalização do corpo. Stiker (1999) afirma que:

É importante sublinhar que desta forma se situa a deficiência – de todos os tipos. Participa da divisão social: na oposição entre o sagrado e o profano, está do lado do profano. Mas a deficiência não está de forma alguma sozinha aí. Impede a participação na função sacerdotal, entendida essencialmente como mediadora entre Deus e o povo.
(STIKER, 1999, p.26)

A dicotomia sagrado e profano relaciona-se com o atestado de pureza delegada aos sacerdotes, que por sua vez eram considerados os homens mais puros da igreja e mesmo que seus pecados os impurificassem mediante a doutrina, estes eram perdoados em virtude do seu corpo permanecer sem deformidade alguma. O defeito é fortemente vinculado ao pecado e, portanto, entende-se que o homem é responsável por seus atos. De acordo com Courtine (2008) tal pensamento oriunda da monstruosidade até a filosofia da vida sacra. “A deformidade corporal tornou-se um dos sinais mais evidentes do pecado e o monstro um terrível cúmplice do diabo ou um enviado miraculoso de Deus, funesto presságio de sua cólera. Testemunha da onipotência dos céus e mensageiro da desgraça na terra.” (p. 489)

Por essa razão, o trabalho no âmbito social presumiu a separação de pessoas sadias e não sadias com a intenção de manter em ordem os espaços sob o risco de comprometer àqueles nomeados impuros, como fora o caso da lepra. Assim, o Cristianismo fora e ainda ocupa o posto de uma das maiores religiões influentes do mundo, no qual a deficiência alcançou/alcança maior notoriedade em seus textos. Obviamente, há uma riqueza em seus enunciados e lacunas que produzem diversos efeitos de sentidos que por ora apresentadas pode influenciar em práticas sociais segregadoras.

Em Números no capítulo 5, versículo 2, a passagem que diz “*Ordena aos israelitas que expulsem do acampamento todo leproso, todo homem atacado de gonorreia, todo o que está imundo por ter tocado num cadáver*” denuncia a exposição da lepra como um subsídio da sobrevivência desumana pela isolamento e a falta de interação com outros povos, ocasionando em um entendimento aterrorizador e veementemente seletista.

O livro do pentateuco refere-se a lepra como uma limpeza social a fim de prevenir qualquer contaminação com os acometidos pela moléstia. Ainda assim, o terceiro livro do pentateuco na passagem do capítulo 19, 14 cita outras condições de deficiência, a saber “*não amaldiçoarás um surdo, não porás algo como tropeço diante do cego; mas temerás o teu Deus. Eu sou o Senhor*” aqui de forma mais branda mostra o caminho da deficiência até chegar na Idade Contemporânea. A utopia da deficiência no Antigo Testamento é vista como uma ordem e seu descumprimento gera concupiscência a Deus, resultando na ira e desprezo divino.

Cabe destacar “*Não amaldiçoarás um surdo*” denota ainda uma interpretação da surdez como uma dificuldade de aproximação a Deus, através da língua. Isso vem a ser abordado de maneira negativa para os sujeitos surdos, uma vez que na Bíblia a linguagem é ferramenta essencial para construir uma intimidade divina. Outrossim, tais citações emblemáticas da deficiência associada a impureza, pecado e afastamento espiritual contribuem para a necessidade de contar o lado da história narrada pelas falsas interpretações e/ou pelas narrativas que ocultam a deficiência mobilizada no contexto bíblico como obras de Deus.

Nesse contexto, nosso propósito ao abordar a deficiência em textos bíblicos é evidenciar como, na Antiguidade, ela se constituiu como um marcador de exclusão, sustentado por práticas discursivas de caráter religioso que definiam os limites de participação e pertencimento. A ausência de um conceito elaborado de deficiência e a invisibilidade social desses sujeitos contribuíam para que o corpo disforme fosse inscrito em um regime de sentido que o colocava entre a impureza e a marginalidade. Ao mesmo tempo, é justamente a partir dessa condição de escuridão que emerge a possibilidade de visibilidade: o corpo marcado pela diferença interpela a sociedade, exigindo que se reconfigurem significados e que se ressignifique a presença desses sujeitos historicamente relegados às margens.

Contudo, a forte influência da espiritualidade em aglutinar deficiência/pecado, pecado/mal fez com na Idade Média dividida em Alta Idade Média e Baixa Idade Média fortalecesse a crença da Igreja Católica como liderança do pensamento hegemônico desfavorecendo a deficiência na área da política e das ciências cultas como Matemática, Física, Astronomia, bastante ligadas a religião ocupando grandes posições na sociedade pelos estrangeiros denotando assim um período de grande escuridão para os menos favorecidos.

Dito isto, a deficiência merece ser estudada não apenas como um enunciado linguístico, semântico e pragmático pertencente a uma língua, mas como instituição que carrega um andarilho de marginalização dos povos sejam escravos, deformados, cegos, mancos e surdos e suas classificações se transformam numa tentativa de reparar o passado. Contudo, mesmo que na era do fim da Antiguidade, a deficiência possui uma identidade no passado, consumida por muitos séculos e agora passa a ser vista pela medicina sem a intenção de eliminação de antes mas com a regra da normalização. De acordo com (Dias, 2018):

Assim como se apropriou da convulsão, antes circunscrita à religião, a Medicina também se ocupou da deficiência que agora de forma mais notória ampliava seus limites de sentidos, abandonando formalmente o signo diabólico. Com isso, a deficiência passa a ser definida, circunscrita e problematizada como uma dimensão orgânica, palpável, e sobre a qual o médico tem o estatuto legitimado para construir sua verdade.
(DIAS, 2018, p. 63)

Nesses termos, há de se pensar que os discursos da inclusão se mantêm nas relações de saber/poder atualmente. As possíveis respostas para que os enunciados se repitam ou ressignifiquem talvez estejam adormecidos pelo tempo em que somente se tinha um saber: o religioso. Agora, não apenas pelo viés da igreja, o poder se expande na medicina com o objetivo de regular e classificar as vidas infames, termo utilizado por Michel Foucault ao analisar arquivos do internamento Hospital Geral e da Bastilha em 1777 antes de sua publicação da *História da Loucura* (1979). Com isso, a deficiência precisou ser constatada, isto é, documentada para que a pessoa que a ela estaria acometido pudesse seguir em sociedade.

Com esse entendimento, no século XVIII os comprometimentos pelo corpo especialmente a surdez e a epilepsia estiveram ligadas a questões sobrenaturais, ainda arraigado nos costumes da Idade Média que professava sobre teorias da bufonaria e superstições. É questionável pela definição da normalidade, obter um atestado das deficiências para que estas não sofressem a exposição na qual se submeteram durante a Antiguidade Clássica. Contudo, o surgimento da medicina como um novo saber, motivou a igreja para algumas ações que incluíssem a pessoa com deficiência a produzir novos sentidos sobre a deficiência, como é o caso das campanhas de fraternidade conclamadas anualmente com o intuito de prover ações de conduta aos fiéis:



Fonte: autoria própria. Disponível em: - <https://campanhas.cnbb.org.br>

As figuras apresentam dois acontecimentos em épocas distintas e revelam uma nova compreensão da deficiência que será debatida logo mais a frente do nosso trabalho. Na campanha da Fraternidade de 2006 alicerçada ao Novo Testamento (Mc 3,3) em que Jesus curou um homem com alguma deformidade na mão, detonando o não abandono daqueles que o buscam em busca de corrigir seus corpos. Ainda em seu cartaz de campanha, um jovem com deficiência e uma jovem aparentemente sem deficiência marcada no corpo. O efeito de sentido no cartaz apresenta uma reconciliação da igreja através do Novo Testamento com a acolhida desses povos “apesar” de suas diferenças.

Interpelados pela vontade de verdade e dos saberes do discurso da inclusão, os cartazes se afunilam em um mesmo propósito mesmo em períodos diferentes, observamos que a caridade no âmbito de acolhida e remissão dos pecados permanecem nas diversas ações religiosas. A campanha da fraternidade de 2024, ano recente ao atual, revisitam muitos enunciados quanto a proposta da igreja, onde o cartaz mostra em desenhos a figura de um idoso, uma mulher índia, uma mulher negra, um jovem, uma pessoa com deficiência física e uma criança e até um cachorro. O que a campanha mostra a respeito da regularidade discursiva da inclusão em que o acontecimento emerge das lutas e das resistências no qual a instituição agora com um cartaz sugestivo de mais elementos inclusivos e que reafirmam a vontade de verdade na história da igreja muito presente na Idade Média.

Concordando com (Dias, 2018) a transição da Idade Média até chegar na Idade Moderna, os pobres e outros grupos de minorias passaram a fazer parte do chamado

assistencialismo e alguma obra de ajuda. Tais ações podem ser interpretadas como um marco de aceitação da deficiência após ter sido pouco estudada no período que Foucault adotou de “confinamento”, pois nele haveriam de estar os cegos, surdos e pessoas com deficiência intelectual. Nesse contexto, (Piccolo, 2022) assinala que:

É somente a partir de intenções decorrentes de doações feita pelas elites dominantes e coordenadas pela Igreja Católica, a qual controlava organicamente o mundo dos ricos e se encarregava de pensar o mundo dos pobres a partir da transformação de uma economia da dádiva em direção a uma economia de troca, que se origina a prática da construção de espaços físicos longínquos para abrigar pessoas acometidas pela lepra, tida como a diferença jamais acomodável ao ordenamento social.
(Piccolo, 2022, p. 90)

Em outros momentos desse tópico, já mencionamos que o objeto da deficiência se aproxima do objeto da loucura estudado por Foucault em 1978. Os espaços físicos mencionados pelo autor acima, refere-se aos chamados leprosários, que na época da Idade Média, aplicada também às pessoas com deficiência. E, por isso, podemos compreender melhor quando olhamos a deficiência estruturada em igual espaço de tempo, sendo algoz da sociedade medieval.

Ainda que apresentem pontos de contato, deficiência e loucura não podem ser tomadas como instituições sinônimas. Ambas se aproximam pela forma como organizam espaços, delimitam sujeitos, impõem coerções sociais e produzem práticas de subjetivação atravessadas por regimes de verdade e condutas normativas. Contudo, enquanto a deficiência permanece como uma leitura em aberto, constantemente reelaborada pelos discursos sociais e políticos, a loucura se consolidou historicamente em um campo mais diretamente vinculado ao saber médico ainda que este seja amplamente problematizado pelos estudos foucaultianos.

Se, no Antigo Testamento, a exclusão era regulada por normas de separação litúrgica, na Idade Média ela assume feições mais amplas, associando o corpo deficiente à ameaça, ao estigma e, portanto, vai dando lugar às classificações e aos dispositivos de poder para nomeá-la como normativas jurídicas e de assistência social, associações, normas educativas que passam a atender as pessoas com deficiência de forma enclausurada e com abstenções de interações sociais originando assim, a segregação.

Porém, para compreendermos como os discursos da Idade Média articulam com o fenômeno da deficiência, precisamos antes tomar conhecimento do prelúdio da lepra e é sobre isso que o tópico seguinte tratará desses atravessamentos da loucura como desvio relacionando-os com a descontinuidade do discurso, pois como sinaliza (Piccolo, 2022) esse ritual de organização social através da lepra, produziu sentidos e saberes durante muitos anos e tende a se repetir pelos séculos.

2.3 A razão que isola: deficiência e loucura como figuras de desvio

A Idade Média marcou não só pela forma com que tratou os grupos minoritários, mas sim por favorecer o surgimento das instituições de higiene social. Famigerada pela peste que assolou as populações na época da guerra, este período utilizou-se de mecanismos humanizadores, selecionando as populações desviantes como (loucos, vagabundos, bandidos, prostitutas, corpos disformes) que conforme (Piccolo, 2022) inauguram os “asilos, manicômios, prisões, hospícios, hospitais psiquiátricos). O primeiro hospital psiquiátrico e conhecido por tratar violentamente pacientes com comprometimentos mentais foi Bethem Royal Hospital, em 1247 na cidade de Londres:

Figura 05. Hospital Psiquiátrico Bethem Royal



Fonte: autoria própria. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bethlem_Royal_Hospital

No entanto, o hospital fora famoso pelo tratamento intensivo aos doentes mentais baseado no método da tortura em forma de espetáculo, permitindo que visitantes assistissem os “lunáticos” nome dado aos doentes na época presos em jaulas, nus e sendo muitas vezes tocados pela população através de objetos. Com isso, se pensarmos a condição dos leprosários entendida como uma doença altamente contagiosa que necessitava de isolamento, veremos que esse comportamento reforçou a segregação de outras condições físicas e psicológicas, como a loucura pesquisada a fundo por Foucault em 1978.

O estudo foucaultiano evidencia que a problemática da loucura está inscrita na relação tensa entre subjetividade e verdade, atravessada pelas produções de sentido em torno da sexualidade e pelos enunciados que, sustentados pela linguagem, adquirem força no interior das relações de poder. São justamente essas relações que disciplinam, vigiam e controlam os corpos considerados em desvio. Em paralelo, durante a Idade Média (séculos V a XV), enquanto a lepra marcava o imaginário social como doença a ser isolada, a loucura emergia como uma “invenção” discursiva, sendo progressivamente capturada pelo saber médico e pelo saber criminal.

De modo semelhante, não é difícil reconhecer que a deficiência também se inscreve nesse mesmo arcabouço de horrores em que a loucura foi historicamente narrada e reproduzida. Diferentemente da loucura, porém, a deficiência não se constitui como invenção, mas como condição interpretada e atravessada por diferentes regimes de verdade, equiparada à pobreza, à como afirma (Stiker, 1999, p. 72) “o mendigo, o monstro, o criminoso – está a silhueta do deficiente, emprestando características das outras três, todas ao mesmo tempo ou sucessivamente [...] levando para as profundezas de ideias sociais ainda impensadas”.

Nessa conjuntura de grupos prejudiciais para a sociedade e então completamente misturados em um determinado espaço, a deficiência já alcançara seu ardiloso lugar dos loucos e dos doentes, nos hospícios. Conforme continua Stiker (1999),

[...] Os hospícios ainda não são semelhantes às instituições correcionais que serão mais tarde. O tempo do Grande Internamento do período clássico ainda não chegou. A prática do isolamento é acentuada e tende a se difundir. No entanto, ainda existe uma flexibilidade considerável nestes acordos no final do período medieval. (STIKER, 1999, p. 86)

Esses hospícios, lugares nos quais serviam de depósito de indigentes ocorreram como vimos na citação anterior, antes do Grande Internamento da Idade Clássica. Sabendo disso, o hospital não era uma alternativa de tratamento, isto é, para tratar alguma anomalia naquele período. Eram, pois, um tipo de alternativa imediata sem prescrição, sem tratamento prévio e sem conhecimento médico especializado. Eram ainda dispostos ao menor sinal de desordem social que direcionavam as condições da lepra e da peste negra a um único diagnóstico: a loucura. Assim, cabe-nos refletir em como a deficiência encontrou espaço na loucura, uma vez que foi amparada e moralizada pelo Cristianismo, mas é intrigante pensar nas condições as quais surgiram pelas lentes da exclusão e mais tarde percebida em um grande espetáculo de bondade e caridade assistencialista. Nesse sentido, esclarece (Vieira, 2007) que:

Foucault aponta uma situação: ao final da Idade Média, por volta do século XV, o problema da lepra desaparece e, com isso, um vazio aparece no espaço do confinamento. [...] Foucault afirma que esse acontecimento não representa o efeito da cura exercido pelas práticas médicas, mas uma ruptura que ocorreu no modo de entender e de se relacionar com a lepra e o confinamento.
(VIEIRA, 2007, p. 2-3)

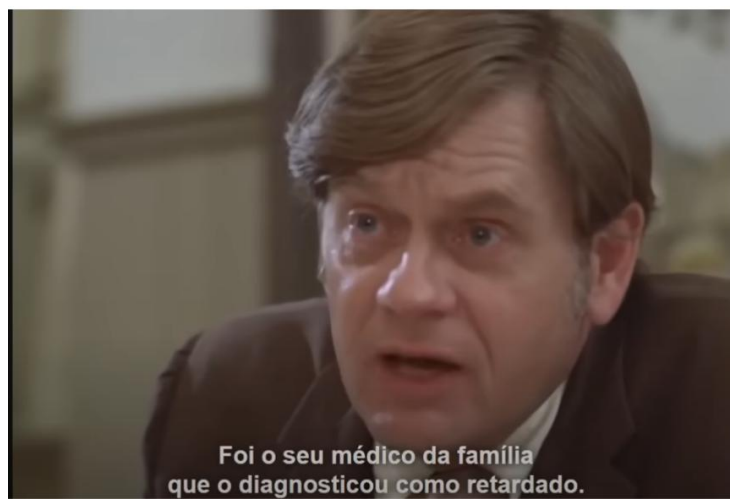
Aqui, podemos perceber que a concepção da lepra não foi somente por ser uma doença perigosa e que isolando todos os acometidos, acabaria com a manifestação da contaminação, mas que esse mesmo comportamento reforça a segregação e o preconceito que contribuem para que os discursos sobre o corpo pudessem ser cada vez mais interpretados pelo eixo da medicina. Portanto, deixa de ser um corpo contaminado para ser um corpo excluído tomado pela incapacidade e impotência da civilidade exercida em lugares públicos, por exemplo.

Há, contudo, duas questões a serem destacadas. A primeira diz respeito ao fato de que, na obra de Foucault, a loucura constituiu-se como objeto privilegiado de análise, recebendo atenção sistemática em suas investigações, especialmente no que concerne às práticas e aos métodos de correção aplicados ao sujeito louco. A deficiência, por sua vez, não aparece marcada de forma explícita em seus manuscritos, tampouco foi definida como objeto de estudo. Diferentemente da loucura, não houve, portanto, um exame crítico aprofundado acerca da deficiência, o que faz com que suas formas de inscrição e de movimentação nos discursos permaneçam ainda hoje em constante reelaboração. Não obstante, como já apontado anteriormente e vale reiterar, a deficiência só foi reconhecida historicamente a partir daquilo que se tornava visível ao poder, isto é, daquilo que podia ser capturado, regulado e administrado pelos dispositivos sociais de sua época.

A exemplo da marcação da deficiência pelo corpo e não sendo constatada em primeiro contato, a surdez foi uma das condições que mais se aproximou da loucura. Isto porque, associado às narrativas médicas de que a ausência da fala remetia a um comprometimento mental que prejudicava fortemente o desenvolvimento intelectual do sujeito surdo. Notadamente, o discurso da surdez na história passou a ser um arco de resistência pelo direito à diferença linguística.

Estendemos a discussão da surdez aqui neste tópico por compreender a necessidade de levantar reflexões acerca da polemização em torno do conceito de deficiência, doença mental e loucura. Com muitas discussões ao longo dos anos que emergem principalmente, na Idade Média, apresentamos como materialidade discursiva o documentário “E seu nome é Jonas” veiculado nos anos 70, já quando o Grande Internamento havia abaixado a cortina dos doentes mentais nos hospícios, mas que denunciam a deficiência também no contexto das internações. Vejamos o trecho abaixo:

Figura 07. Enunciado sobre a internação



Fonte: autoria própria, captura de tela. Disponível em: "E seu nome é Jonas" - Youtube

Excerto 01:

Foi o seu médico da família

Que o diagnosticou como retardado. (grifo nosso)

No excerto acima trata-se do diálogo dos pais de Jonas, protagonista surdo do documentário que se passa no final da década de 1970, onde foi internado em um hospital psiquiátrico pelo pai após Jonas não apresentar fala audível e nem desenvolvimento em sua linguagem na infância. A tentativa primeira do pai de Jonas era de tentar “curá-lo” da ausência da fala, não se falava no diagnóstico da surdez. O enunciado emerge da condição no qual a pessoa com surdez esteve no mesmo saber da loucura, levada para instituições corretivas que também abrigavam outras crianças com Síndrome de Down e diversas outras deficiências não especificadas pela medicina, mas que continham um único diagnóstico: doença mental.

Assim, a surdez é construída em um discurso que atravessa a deficiência até chegar na compreensão de uma identidade, uma diferença. Tem sido, portanto, estudada por fonoaudiólogos, psicólogos, educadores em como as suas características não marcadas no corpo a fizeram de massa de manobra para a internação, medicalização e desmoralização cultural com a qual se constitui a cultura dos surdos e surdas na e pela história. Outrossim, é impossível falar de deficiência e o laço vizinho com a loucura, e não lembrar do disciplinamento do corpo através do internamento e especialmente as pessoas com surdez colocava em xeque todos esses

saberes mencionados anteriormente. O sujeito que não fala, não ouve, não tem visível o que é palpável e não transmite seus pensamentos, adotando modelos de exclusão mais contundentes.

Dada a Tomada da Constantinopla em 1453, a deficiência passa a ser observada pelo saber médico, em virtude da trégua da lepra e da peste na Idade Média e a chegada do Iluminismo, nas quais as áreas de conhecimento filosófico e científico tornaram destaque através do capitalismo. Isso, porém, a deficiência ainda se mantém na ordem do discurso da loucura. A exemplo da surdez (Lopes, 2011) nos mostra que

A surdez é uma grande invenção. Não estou me referindo aqui à surdez como materialidade inscrita em um corpo, mas à surdez como construção de um olhar sobre aquele que não ouve. Para além da materialidade do corpo, construímos culturalmente a surdez dentro de distintas narrativas associadas e produzidas no interior (mas não fechadas em si mesmas) de campos discursivos distintos – clínicos, linguísticos, religiosos, educacionais, jurídicos, filosóficos etc.)
(LOPES, 2011, p. 7)

Assim, as relações de saber/poder estiveram ativamente presentes nas chamadas comunidades surdas, formadas pelos nativos surdos, familiares, educadores e pesquisadores. A regularidade discursiva da surdez é conhecida pelos traços de rupturas, insurreições que ao cabo de sua invisibilidade foi capaz de ser questionada por todos esses campos do saber, sendo assim denominada uma diferente da outra, sem um conceito concreto ou uma descrição válida de sua existência. Portanto, frequentemente o sujeito que é surdo é tido como um indivíduo afásico e na época da Idade Moderna onde o burburinho da medicina começou de fato a acontecer, congelou por alguns anos a surdez como uma deficiência com classificações múltiplas, não considerando a sua evolução cultural e identitária.

Em contrapartida, é no período do Iluminismo que se observa o avanço da ciência como instância legitimadora do conhecimento, em um momento em que se buscava a resposta exata e objetiva para os fenômenos. A deficiência, que até então era compreendida sobretudo a partir de explicações religiosas e de práticas assistenciais restritas a grupos que exerciam a caridade de forma muitas vezes extremada, o que contribuía para a pouca visibilidade pública desses sujeitos, passa a ser abordada sob novas perspectivas científicas. Nesse processo, a ciência desempenha papel central ao classificar e esclarecer diferentes formas de deficiência, produzindo efeitos de sentido que demarcaram os limites entre o normal e o anormal, como aponta Canguilhem (2022). Tais mudanças dialogaram diretamente com transformações políticas, sociais e culturais da época, que passaram a exigir não apenas inteligência, mas também agilidade e eficiência na produção. Consequentemente, o mercado de trabalho

reforçou mecanismos de exclusão, privilegiando corpos aptos e produtivos, em detrimento daqueles marcados por limitações físicas ou mentais. Assim, nos diz (Foucault, 2010):

A substituição do modelo da lepra pelo modelo da peste corresponde a um processo histórico importantíssimo que chamarei, numa palavra, de invenção das tecnologias positivas de poder. [...] Passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que é enfim um poder positivo, um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos.

Essa análise de Foucault discute ainda a conduta dos hospitais e abre espaço para a loucura ser investigada pela perspectiva da Psiquiatria, desmitificando a dicotomia religião e a ciência, o misticismo, a bruxaria e o empirismo. Havia, no entanto, uma necessidade em organizar a sociedade e com o mercantilismo, com a fabricação de massas produtivas, formas de governar distintas. O trabalho foucaultiano aponta os poderes pelos quais a loucura passou para ser legitimada e consagrada à exclusão escancarada do poder. (Nascimento, 2013) aponta que os estudos sobre a loucura deram lugar para a Psicologia, reafirmando os corpos pela óptica da patologia e se construindo pela heterotopia da deficiência na história.

A deficiência, então, torna-se objeto de uma racionalidade que combina medicina, estatística e políticas de higiene social, reforçando a exclusão ao mesmo tempo em que cria novas formas de controle e vigilância. Sobre isso, podemos citar algumas instituições que marcam a história pelo seu aprisionamento e que pelo discorrer dos movimentos de luta, ressignificaram seus modos de ensino e de tratar a pessoa com deficiência, como Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, criado em 1857 durante o século XIX com a intenção primeira de educar os surdos com ordens rigorosas baseadas na aprendizagem oralizada da fala e que se fez contrária à cultura e identidade surda e com a evolução desse pensamento passou a mudar de nome para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1957; O Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1850), tendo sido nomeado por Instituto Nacional dos Cegos e o atual Instituto Benjamin Constant.

A contribuição da história da deficiência é movente, e estas instituições abriram novas portas para outros espaços de educação e reabilitação da pessoa com deficiência como conhecemos a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), reconhecida por acolher prioritariamente crianças com síndrome de Down e deficiências intelectuais severas como paralisia cerebral. Assim, no tópico seguinte abordaremos como os novos saberes após a Idade Média, se construíram na ordem do discurso da deficiência e seus deslocamentos para tantas classificações e denominações que repetem as práticas de exclusão mas que reafirmam as lutas e os efeitos discursivos de resistência e modos de subjetivação.

2.4 Governar a deficiência: os modelos médico e social sob a óptica dos dispositivos de poder

Ao observar a constituição histórica da deficiência, nota-se que ela não é apenas um dado biológico ou uma condição de saúde individual, mas atravessa um conjunto de práticas sociais, jurídicas e médicas que produzem modos específicos de ver e governar os corpos. É nesse ponto que os estudos foucaultianos se mostram fecundos, pois permitem compreender como, em diferentes momentos, a deficiência foi inscrita em dispositivos de poder que ora a capturaram como objeto de intervenção médica, ora a situaram como questão social.

A noção de dispositivo discutida em Agamben (2005, p. 09) como “um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo no mesmo título: discursos, instituições, edifícios leis, medidas de segurança [...]” aponta para um arranjo heterogêneo de discursividade, saberes, instituições e normas que se articulam para gerir a vida e ordenar os sujeitos. Assim, tanto o modelo médico quanto o modelo social da deficiência podem ser lidos como expressões de racionalidades de governo: no primeiro, prevalece a centralidade do diagnóstico, da terapêutica e da reabilitação, situando o corpo deficiente como algo a ser corrigido; no segundo, desloca-se o foco para as barreiras ambientais e para a participação social, mas ainda sob um regime normativo que regula quem pode ou não ser incluído.

Isto posto, a Revolução Industrial alavancou o conhecimento da Ciência, da Educação e do Campo Jurídico além de várias Instituições que foram originárias de processos políticos compreendendo saberes em direitos humanos devido ao capitalismo em grande fervor e à produção armamentista durante a Guerra, dando à deficiência uma formação discursiva hegemônica do modelo cínico e seu modelo social aconteceria um pouco mais tarde.

O modelo médico foi fortemente predominante por conceituar a deficiência pelo corpo mas outro lado, através da necessidade de marcação, serviu para entendermos como este processo coadunou com as práticas discursivas para com os sujeitos com deficiência. As rupturas que a exterminação e o isolamento dos sujeitos, transformaram as instituições em grandes centros de reabilitação que emergiram das relações de força e poder fazendo aparecer os deslocamentos no discurso da deficiência, do sujeito e no modo como é visto socialmente.

Assim, o propósito do modelo médico é o da reabilitação do corpo numa perspectiva de cura e de apagamento, pois a sua interpretação inicial era de que a deformidade física e sensorial denotaria uma doença e por isso precisava ser diagnosticada e corrigida. Como

afirma Foucault “fazer morrer ou deixar viver” referindo á prática do biopoder sobre o controle dos corpos, a medicina toma-se então a grande protagonista do saber no século XIX, como afirma o filósofo em *Nascimento da Clínica* :

A Medicina não deve mais ser apenas o corpus de técnica da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do homem não doente e uma definição do homem modelo. [...] é importante determinar como e de que maneiras as diversas formas do saber médico se referem às noções positivas de saúde e de normalidade.
(FOUCAULT, 1977, p. 39)

Por conseguinte, quando saímos do conceito de extermínio da Antiguidade, da monstruosidade e da deformidade na Idade Média, o corpo passou por uma revalidação social que antes permanecia no campo da piedade e condição de divindade. Nessa possível lacuna, que a Medicina chega nos anos 70 para descobrir não mais o homem torto, louco e com desvio, mas sim o homem normal e anormal. Esta dicotomia, por ora, difícil de ser conduzida apenas por um único saber, pois a anormalidade parte também das práticas sociais nas quais os sujeitos participam e por isso não seria um conceito com alicerce firme por entender os múltiplos desdobramentos no limiar da história.

De acordo com (França, 2013) o modelo médico ou biomédico possui um documento que concretiza a conceituação de deficiência, trata-se da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, isto é, uma espécie de manual de várias doenças que tem como seqüela, a deficiência (CIDID) em conjunto com outro documento e que é o mais conhecido: Classificação Internacional de Deficiência (CID), da Organização Mundial de Saúde (OMS). A concepção marcada por esses modelos, o objetivo era sistematizar a deficiência dentro da mesma bagagem das doenças e vice-versa. Nisso, Diniz (2007) apresenta as definições baseadas nesse documento para definir a pessoa com deficiência e com lesão:

Segundo a ICIDH (**Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap**) – grifo nosso. Deveriam ser entendidos como:

- 1) Lesão: é qualquer perda ou anormalidade psicológica, fisiológica ou anatômica de estrutura ou função;
 - 2) Deficiência: é qualquer restrição ou falta resultante de uma lesão na habilidade de executar uma atividade da maneira ou da forma considerada normal para os seres humanos;
 - 3) *Handicap*: é a desvantagem individual, resultante de uma lesão ou deficiência, que limita ou dificulta o cumprimento do papel considerado normal.⁷⁷
- (DINIZ, 2007, p. 40)

⁷⁷ Classificação Internacional “World Health Organization International Classification of Impairments, Disabilities, and Handcaps (ICIDH), 1980.

Com esta premissa do ICDH, fica claro que a deficiência resulta de uma anormalidade e é controlada de forma exclusiva pelo saber médico. Essa organização conceitual permitiu por muitos anos que o modelo médico se ancorasse na falta, na ausência de algum membro ou na inabilidade produzida por ela, produzindo sentidos de anormalidade. No entanto, este modelo está em desuso dando lugar ao intitulado CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade) que prevê a deficiência baseada em práticas de funcionamento e interação em sociedade dando origem ao Modelo Social. Conforme continua Diniz (2007, p. 9)) “Opor-se à ideia de deficiência como algo anormal não significa ignorar que um corpo com lesão medular necessite de recursos médicos ou de reabilitação” trata-se, portanto, de que as pessoas com deficiência necessitam de acompanhamento médico que estejam no campo biológico das práticas mas não sejam visibilizadas pela métrica da patologia e sim pela identidade que a carregam e pelas resistências desmitificando a norma pelo corpo.

Se observarmos alguns documentos políticos que tratam do Modelo Médico, constataremos que a ordem se propõe pelo saber jurídico. É pelo dispositivo jurídico que se tem/teve a base das políticas públicas e por elas puderam ser formadas instituições e novas regularidades discursivas tanto da deficiência quanto da pessoa com e sem deficiência.

Em memória, o primeiro documento jurídico que assinala o conceito de deficiência foi o decreto 914/1993 instituído como “Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência” e se assegurava os direitos humanos aos sujeitos desde que obedecidos as normas de outros regimentos legais quanto à operacionalidade das atividades sociais. Destarte, com a Convenção da Guatemala ocorrida em 2001, a definição de deficiência apresenta-se mais sensibilizada com as questões socioambientais e identitárias, conforme:

Artigo 1

1. [...] O termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

(BRASIL, Decreto 3956/2001)

Notamos que essa definição está menos ancorada ao olhar clínico e compreende a deficiência também associada a questões sociais como miséria, estigma, preconceito racial e de gênero (pessoas com deficiência que sejam homossexuais ou travestis ou negros, pretos e pardos). Nesse sentido, a pessoa com deficiência é atravessada pelas barreiras por ser diferente

da norma, e por isso, os entraves de acessibilidade permitem que sejam levadas em consideração os limites de sua condição corporal e mental.

E mesmo com a sutil diferença com que trata os corpos, com o passar dos anos o modelo médico permanece como um aparato legal de consistência para reconhecimento da marcação da deficiência no corpo e aquelas que não são visivelmente marcadas como a surdez, por exemplo, que por muitos anos esteve no subjugo do olhar clínico e de correção ocasionando que métodos de ensino priorizassem exclusivamente a fala, considerada como única expressão do pensamento e de decodificação do mundo. Concordamos com Lopes (2011) ao afirmar:

Durante anos, a surdez ocupou o centro das atenções de *experts* de diferentes campos do saber. Grande parte de tais *experts* era fortemente atravessada por discursos clínicos que se impunham na forma de descrever e classificar a surdez e os seus “portadores”. A maioria deles produziu saberes que orientaram grupos a olhar os sujeitos com surdez como capazes de serem “tratados”, “corrigidos” e “normalizados” através de terapias, treinamentos orofaciais, protetização, implantes cocleares e outras tecnologias avançadas que buscam, pela ciborguização do corpo, a condição de normalidade.
(LOPES, 2011, p. 9)

A análise do modelo médico da surdez aqui é crucial para desconstruir as mitificações que permeiam a identidade e a alteridade das pessoas surdas. Esse modelo desempenhou um papel determinante na construção dos discursos de classificação da surdez e na consequente formação dos processos de subjetivação do sujeito surdo. A relevância deste estudo é ainda maior ao considerar a invisibilidade dessa condição, que, apesar de não ser visível no corpo, é profundamente marcada pela clínica em seu olhar corretivo e normalizador.

Nesse interim, o Modelo Médico vai perdendo forças quando sua interpretação hegemônica só faz sentido para a criação de instituições de reabilitação médica do corpo, havendo a necessidade de organizar, dar nomes para os corpos com defeito. Desse modo, as políticas públicas e os movimentos sociais dos direitos humanos, iniciaram uma reflexão sobre a conduta do Modelo Médico, no qual não respeitava as condições ambientais e culturais onde a pessoa com deficiência estaria inserida em seu lócus e de que modo essas condições apresentavam barreiras de locomoção e acesso a diversos tipos de serviços, principalmente no que diz respeito à educação e saúde.

2.4.1 O Modelo Social e o discurso da deficiência

O Modelo Social foi inaugurado em 1960 pelo sociólogo Paulo Hunt, também pessoa com deficiência física. (Diniz, 2007). A filosofia de Hunt era de que a deficiência sofria transformações sociais acentuadamente pelo estigma carregado de desconhecimento e a absoluta visão da deficiência pelo corpo. O Modelo Social aponta para questões marginalizadas, caracterizando-se como um movimento de cunho político com posição contrária ao Modelo Biomédico, sendo citado pela primeira vez por Miker Oliver em 1983 no Reino Unido (Diniz, 2007, p.14), em resposta a uma carta de Hunt propondo a criação de um grupo formado por pessoas com deficiência.

Com Hunt ao lado de Oliver, fortaleceram os movimentos e políticas da pessoa com deficiência, criando as chamadas UPIAS (*The Union of the Physically Impaired Against Segregation* – Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação). As Upias também apoiadas por Oliver, propunha uma mudança social quanto ao tratamento alicerçado em dois grandes pensamentos: mudança nas práticas sociais e a vivência da própria deficiência.

Colin Barnes também um dos percussores do Modelo Social em entrevista à Débora Diniz em 2013 para a revista Ser Social, defende que “as pessoas deficientes são qualquer pessoa e todas as pessoas”, portanto, essa afirmação de Barns revela um deslocamento na etimologia da deficiência originado pela causalidade do corpo (causador da deficiência) para as relações sociais acompanhada da diversidade social. Nessa mesma entrevista, Barns diz ainda: “as maiores causas dos impedimentos são pobreza, violência, poluição, envelhecimento, ou seja, eles são criados socialmente. Poderíamos eliminar, por exemplo, muitos impedimentos se as pessoas não fossem pobres.” (Diniz, 2013, p. 238).

A premissa de Barnes nesse diálogo responsivo é de que a deficiência precisa ser vista, precisa de meios para que ela apareça considerando quaisquer condições sejam elas de impedimento físico, sensorial, intelectual, mas principalmente de ordem social. É a grande questão que se repete no Modelo Social, os fatores socioeconômicos tendem a definir quem é uma pessoa com deficiência, diferentemente do Modelo Médico que já possui uma classificação exata separando os grupos de menos ou mais dificuldade de vivências.

Com isso, o Modelo Social majoritariamente político desloca a problemática da deficiência para a sociedade, afastando-a da lesão do corpo e consequentemente do afastamento ao campo da saúde, motivando ainda mais que pessoas com deficiência ascendam o ativismo como forte resistência à intervenção médica. Nesse sentido, a deficiência é aquela que interage com o seu meio ambiente, tornando-a independente e contrariando os cuidados da família. Concordamos com França (2013) quando aponta que:

As críticas ao Modelo Social indicam que, sua intenção inicial de ser uma ferramenta para o desenvolvimento da deficiência, como uma questão política poderia ser interpelada pela falta de robustez. Nesse sentido, é importante distinguir o Modelo Social da deficiência como uma maneira de pensar a deficiência (e os problemas a ela atrelados) dos constructos teóricos baseados no Modelo Social.
(FRANÇA, 2013, p. 64)

Esse ruído do Modelo Social presente na constituição política e sua aplicabilidade na prática denota a participação mais integral dos problemas sociais, delegando como dito anteriormente a sua ordenação para o Estado. Contudo, a deficiência sofre uma gangorra nesse tipo de modelo, pois há a necessidade de esclarecer as razões pelas quais a deficiência é desenhada pela desigualdade e em que relações de poder estão presentes as lacunas que excluem e coisificam a pessoa que a possui?

Tais desdobramentos estiveram em paralelo com outras frentes teóricas como a abordagem marxista entendendo o corpo como produto e serventia ao capitalismo e pela perspectiva dos estudos de gênero que separam o sexo (biológico) e o gênero (produção social e cultural), esta última advinda dos estudos de Michel Foucault ao discutir sexualidade em suas mais diversas denominações nas quais ao longo da história marcaram por um nome, um domínio social para ser usado pelo poder e dele ser constituído as suas subjetividades.

Destarte, é notável que no Modelo Social haja um apagamento da visibilidade do corpo e da lesão, o que para alguns estudos críticos como o de Robert McRuer, sugere uma outra discussão através de um olhar mais político, como por exemplo, a Teoria Crip que “defende um *modelo cultural* da deficiência que rejeita a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado ou dado natural de todo ser humano” (McRuer, 2024, p. 10). O termo *Crip* significa “aleijado” e representa uma dominância de resistência dos corpos assujeitados pela normatividade, na qual estão no mesmo patamar de lutas das pessoas *queer* e que se revelam tal qual são representados na sociedade, soando assim como um grito que confronta o discurso hegemônico do corpo.

Pensando nessa cartografia da deficiência, de um lado encontram-se modelos que buscam determinar os sujeitos, definindo seu lugar na sociedade; de outro, estudiosos que problematizam as práticas sociais, refletindo sobre como os Modelos ‘médico e social’ se inscrevem de maneira marcada ou não nos corpos. Conforme aponta Stiker (1999), as associações e demais espaços políticos foram criados para as pessoas com deficiência, e não pelas próprias pessoas com deficiência. Essa crítica se evidencia na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em 2009 pelo Decreto nº 6.949, cujo preâmbulo, no item “o”, confirma: “Considerando que as pessoas com deficiência devem ter

a oportunidade de participar das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aquelas que elas dizem respeito diretamente”.

Isso contribuiu para que, mesmo sob os efeitos da docilização produzida pela governamentalidade do corpo, as pessoas com deficiência buscassem afirmar seu lugar de fala e propusessem, elas próprias, ações sociais e políticas. Nesse movimento, passou a ocupar espaços garantidos à formação cidadã, à garantia de acessibilidade e de recursos adaptados para a prática pedagógica nas escolas, bem como à valorização do desenvolvimento profissional, melhorando a ampliação de oportunidades no mercado de trabalho.

Destacamos ainda que a Convenção de 2009 fora consideravelmente influenciado pelo Modelo Social e sua emenda Constitucional não traz uma definição da deficiência, abrindo mais uma vez o debate de seu discurso na história sobre a problemática do diagnóstico e os fatores ambientais tidos como barreiras para a avaliação da deficiência como restrição na interação social.

2.5 Deficiência oculta e seus deslocamentos em práticas de normatização

No início deste capítulo, percorremos um longo caminho da Antiguidade até a Modernidade com a formação dos modelos que elaboram os enunciados no trajeto discursivo da deficiência. Percebemos, portanto, repetições, relações de força, formas de governo e percepções sociais bastante flutuantes, o que dificulta chegar em uma conclusão teórica aprofundada de nosso objeto de estudo que é a deficiência oculta. A inquietação de nossa investigação com a delimitação desse efeito de sentido no discurso pela linguagem e pelas práticas discursivas do termo “oculta” dar-se principalmente no campo da surdez, um dos tipos de deficiência oculta.

É no campo da surdez, por exemplo, que a deficiência oculta pode ser entendida como uma categoria em processo de constituição, que emerge das tensões entre os dispositivos de visibilidade e invisibilidade que atravessam o corpo e o sujeito na modernidade. Diferentemente das deficiências perceptíveis, a deficiência oculta como no caso da surdez, de transtornos cognitivos leves ou de condições que não se manifestam imediatamente ao olhar escapa à lógica disciplinar que se construiu historicamente sobre a classificação e o controle dos corpos. Trata-se, portanto, de um campo de saber e poder, no qual a ausência de marcas corporais explícitas desafia as técnicas de normatização que operam pela distinção clara entre o “normal” e o “anormal”.

Quando problematizada pelo estudo da genealogia, essa categoria não corresponde apenas a uma condição médica ou patológica, mas se inscreve em um jogo discursivo que produz efeitos sobre os modos de subjetivação. O não visível, nesse sentido, desestabiliza as práticas de vigilância que se apoiam na exposição dos corpos, colocando em evidência as estratégias de classificação que precisam reinventar-se para enquadrar sujeitos que não cabem instalados nos modelos normativos. A deficiência oculta, então, evidencia um deslocamento: de uma normatização vinculada ao visível para uma normatização que se expande para os domínios da linguagem, dos diagnósticos e das expectativas sociais, instaurando novas formas de controle e exclusão, conforme percebemos na página da Secretaria da Pessoa com Deficiência que é o órgão responsável pela elaboração de políticas públicas no Distrito Federal, a notícia sobre as deficiências ocultas:

Figura 08. Postagem sobre a Deficiência Oculta



Fonte: autoria própria, captura de tela. Disponível em @sepd_df, Instagram.

Na postagem com a informação sobre a simbologia e o dispositivo classificador da deficiência oculta, vemos o comentário de uma pessoa indagando sobre a validade do laudo questionando ao administrador da página sobre a mudança nas classificações médicas da deficiência. Nos termos foucaultianos, o poder consegue atribuir muitos outros conceitos e com isso surgir novas formações discursivas a respeito da inclusão.

A elaboração de um símbolo, uma fita ou uma bandeira são determinantes para os movimentos de luta das pessoas com deficiência. São esses dispositivos que legitimam as suas formas de existir frente as barreiras da exclusão. A movência com que a palavra “oculta”

reverbera diz muito sobre a necessidade de um corpo se fazer visível, por isso, a deficiência oculta por assim dizer, já existia desde a Antiguidade quando a exclusão por extermínio se dava pelo corpo visível e notável de deformidade deixando que outros corpos continuassem marginalizados e sendo comparados aos desviantes loucos e doentes mentais.

O discurso da deficiência oculta ainda é bastante embrionário na sociedade contemporânea, tendo em vista apresenta-se a priori através de um dispositivo de controle, que busca identificar e subjetivar o sujeito para um processo de organização social. Quando recorremos a Deleuze (2005, p. 62) concordamos ao dizer-nos: “é preciso extrair das palavras e da língua os enunciados correspondentes a cada extrato e a seus limiares, mas também extrair [...] ‘as evidências’ próprias de cada extrato”. Deleuze nos ensina sobre perscrutar sobre os enunciados intrínsecos da deficiência quando esta já existia porém não era proclamada por ninguém, apenas por autoridades da igreja e do poder público.

Destarte, os dispositivos presentes no discurso da deficiência ocultam atualmente utilizam-se de suas estratégias de poder para serem visíveis e enunciáveis, daí os muitos termos que surgem na mídia como uma espécie de gramática inclusiva que possui uma verdade e um nome certo para cada especificidade e necessidade da pessoa com deficiência. Um exemplo dessas transformações pode ser observado na materialidade abaixo:

Figura 09. Captura da tela Transição do símbolo da deficiência



Fonte: autoria própria. Disponível em perfil Instagram @movimentoautista

A marcação do corpo sempre foi uma representação óbvia do discurso da deficiência, onde todas as outras deficiências não marcadas no corpo foram interpretadas e assistidas no

mesmo conjunto de símbolos que enfatizam a falta de capacidade tão emblemática através de uma cadeira de rodas. Podemos dizer que no *domínio da memória* no qual cita Foucault em Arqueologia do Saber, os enunciados que não são mais usados ou discutidos e que perderam suas definições permanecem intrinsecamente ligados à história e à memória em toda a sua descontinuidade, é o que acontece com a deficiência.

As rupturas, os acontecimentos pelos quais a deficiência vivencia colocam os enunciados da deficiência oculta em uma cultura de espetacularização da inclusão, ordenando as pessoas e controlando de tal maneira que o seu significado é construído no percurso da história, não se revela em concretude, mas em experiências políticas, sociais e educacionais.

O próprio documento da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) alterado pela Lei do Cordão Girassol, é inferido pela biopolítica dos corpos com deficiência oculta ao tratar a visibilidade como algo indispensável para o acolhimento e socialização da pessoa com deficiência em diversos espaços públicos que exijam a comprovação de sua condição.

Do ponto de vista dos dispositivos jurídicos houve muitas modificações no conceito da deficiência e que ainda há muitas lacunas, justamente porque no passado a marcação do corpo era a prova de assistência social para a população. A exemplo, do decreto 3298/1999 trazia o conceito como sendo a perda de um membro ou a falta de funções psicológicas no corpo. Isso, vem a cabo do quanto a desigualdade e a inclusão foram amplamente atravessada pela reabilitação e as deficiências ocultas existentes à época como a surdez e o autismo não teriam maior alcance de visibilidade.

No entanto, a deficiência hoje possui uma base mais sustentável pela sua diferença e pelas resistências quanto as barreiras colocadas para o pleno exercício de cidadania. As barreiras, são o fio condutor para a garantia de direitos da pessoa com deficiência, pois tratando as barreiras está aí a efetivação da inclusão, como prevê as leis e os decretos que beneficiam a pessoa com deficiência. Coelho (2024) explica que “o conceito de pessoa com deficiência é profundamente dinâmico, se amoldando a cada momento de cada mudança social” (p. 15) o que explica também as diversas classificações que surgiram durante a pandemia com o surto na saúde mental como ansiedade, depressão, dificuldade de atenção no enfrentamento da COVID-19.

Tais mudanças trouxeram inúmeras barreiras de comunicação devido ao aumento de serviços online na área da educação, provocando uma reflexão sobre as práticas pedagógicas de ensino e o governo quanto a condução nas políticas públicas de acessibilidade e inclusão. Todavia, talvez possa se explicar como a pandemia favoreceu a produção de enunciados de informações diretas e indiretas acerca dos impactos que as pessoas com

deficiência enfrentaram nesse período, a exemplo do uso obrigatório de máscaras deixando a esmo a dificuldade das pessoas surdas em se comunicarem através dos olhos, resultando na invisibilidade do corpo e em como a comunicação teve que adaptada para sobreviver ao colapso mundial. Então, foi após a pandemia que a Lei do Cordão Girassol surgiu em 2023, muito provavelmente como resultado dessas mudanças sociais que atingiu milhares de pessoas que se construíram e (re)construíram para serem vistas e lembradas pela sociedade.

Por fim, compreendemos que as condições de emergência do discurso da inclusão compreendem o período pós-pandêmico e que ganhou força nas redes sociais revelando os sujeitos por meio das práticas discursivas que se legitimam por um saber/poder constituindo também suas formas de resistência e de subjetividade. Nesse sentido, a deficiência invisível aos olhos chamada de oculta, busca seu espaço na descontinuidade histórica e nos convida a investigar os saberes e de que maneira se faz necessário deslocá-los para um campo enunciativo de resistências do corpo com deficiência.

3. GESTOS DE ANÁLISES: CAMINHOS PELOS ESTUDOS FOUCAULTIANOS

“Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”.

(Foucault, 2016, p.30)

Este capítulo propõe-se a apresentar as discussões analíticas dos Estudos Foucaultianos onde serão apresentadas as principais ferramentas metodológicas que possibilitam compreender de onde vem a teoria da análise do discurso de vertente foucaultiana, sobre as formações discursivas como ponto de chegada para investigar as falésias do que foi falado e reproduzido na teia do acontecimento e suas práticas biopolíticas de governamentalidade e seus atravessamentos com o saber/poder.

Estende-se a isso, as inquietações acerca dos discursos que circulam sejam como verdade, sejam como formas de controle, dos saberes e dos sujeitos que resultam das práticas sociais de resistência mobilizadas pelas técnicas do poder e dos micropoderes. No que diz respeito aos conceitos de poder, biopoder, a pesquisa com base foucaultiana nos mostra as fendas investigativas nos discursos que através de um olhar arqueológico e genealógico nos ajudará não a responder perguntas, mas problematizá-las junto ao arquivo do objeto de estudo da deficiência. Dessa maneira, convém citar que Foucault em uma entrevista a Rabinow em 1984 intitulada *Polêmica, Política e Problematizações* descreve:

Por muito tempo procurei saber se seria possível caracterizar a história do pensamento, distinguindo-a da história das ideias – ou seja, da análise dos sistemas de representações – e da história das mentalidades – isto é, da análise das atitudes e dos esquemas de comportamento. [...]era o que se poderia chamar de problemas ou, mais exatamente, de problematizações.

(FOUCAULT, 2017, p. 225)

Essa afirmação de Foucault nos conduz a realizar um trabalho pelas trilhas do olhar investigativo, sem a necessidade acadêmica dos procedimentos metodológicos a fim de obter um produto. A questão desse capítulo, apresenta as pistas de análise baseando-se na costura

dos títulos pertencentes à arqueologia e genealogia na construção e elaboração da problemática de nosso objeto de estudo não de modo cronológico, mas na descontinuidade.

A primeira sessão discorrerá sobre a análise do discurso como jogo estratégico para o trabalho do analista foucaultiano; o tópico seguinte descreve a formação discursiva como ferramenta importante para entender os retalhos, as frestas, as dobras discursivas da deficiência; por conseguinte, os conceitos de enunciado, arquivo abrirão reflexões norteadoras da vontade de saber no tocante a dominação das classificações do corpo com deficiência; as noções de governamentalidade, poder e biopoder na esteira do estudo da genealogia descreverão as práticas sociais, políticas e jurídicas nos estudos de Foucault, mostrando como esses domínios concernem a problemática do já dito e o não dito na história.

3.1 Análise do discurso como jogo estratégico à luz de Foucault

A leitura aqui apresentada sobre o discurso retrata não apenas a produção dos enunciados na descontinuidade, mas discute principalmente o jogo estratégico das relações em busca de uma definição da verdade e como esta se constituem os sujeitos. A concepção de discurso trazida por Foucault como um lugar que pode ser dito e problematizado por quem fala e de onde se fala, é, pois, a delimitação das regras de formação, das práticas discursivas e dos mecanismos de poder atravessados pelo saber.

A análise do discurso inaugurada em 1960 na França, trouxe através de Althusser, Pêcheux e Foucault diversas disciplinas que provêm das inquietações do que é falado e proferido, ampliando os estudos do discurso com temáticas da História e Filosofia. A negação de Foucault de ter criado uma teoria outra para analisar os problemas sociais e as relações postas pelo poder nos sujeitos, Gregolin (2006, p. 54) aponta que Foucault “buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” na sua fase chamada de “arqueológica”; investigou como os poderes e os micropoderes se manifestaram no objeto da loucura e da sexualidade; bem como analisou os atravessamentos da arqueologia e da genealogia nas quais o mesmo se refere na constituição da ética e dos modos de subjetivação dos sujeitos. Nesse interim, Foucault no *College de France (1970)* cita:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade.
(FOUCAULT, 2014, p. 8-9)

O discurso para Foucault não está apenas no campo da comunicação, ele argumenta sobre este perigo da materialidade por tratar do possível risco da criação de novas verdades, e, conseqüentemente novas formas de poder. A proibição, a separação e a configuração das instituições como forma de manutenção do ordenamento social se estabelecem nas relações de força. Portanto, o discurso é previsível e com intenções premeditadas para circularem na sociedade, pois cada enunciado tem um propósito de controlar como o discurso médico, jurídico que tende a proteger ou criminalizar um determinado grupo de pessoas.

Nesse sentido, os Estudos Foucaultianos permitem que se possam esclarecer ou timidamente identificar as condições primeiras de existência considerando a história não como uma análise do passado, mas como uma construção dos acontecimentos de enunciados já ditos. Essas articulações com o estudo do discurso geraram alguns conflitos com a Linguística, uma vez que a preocupação de Foucault era com a história e não com a origem dela.

A clássica frase icônica “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar” fortalece a análise do discurso que se depara com o extraordinário do discurso, pois não são mais apenas o dito que é avaliado, mas sim o que fizeram dele e como o fizeram a partir do dito. Talvez, um nó racional se instale em nossas mentes na tentativa de descobrir se Foucault criticou por muitas décadas o sujeito que se manifesta, ou se fora apenas o poder sobre o sujeito ascendendo críticas quanto às formas de governar os grupos minoritários.

O jogo discursivo através da linguagem, é um campo polêmico para o analista do discurso, uma vez que a unidade principal de análise de uma materialidade é o enunciado, considerada a peça-chave de chegada para Foucault, quando persistiu o seu estudo nas micro unidades do dito bem como o seu aparecimento e apagamento na história. Sobre isto, Piovezani; Curcino e Sargentini (2014) reforçam que:

Ante a dispersão de textos, de gêneros, de instituições, de práticas e de sujeitos ou diante do advento de dizeres suscitados pela emergência de um acontecimento, impõe-se ao analista do discurso a tarefa de depreender as unidades, as regularidades e as posições do que fora efetivamente dito.
(PIOVEZANI, CURCINO e SARGENTINI, 2014, p. 08)

Os autores indagam que as materialidades discursivas presentes em diferentes lugares, apontam para a necessidade de outros espaços a serem investigados como leis, reportagens, campanhas institucionais e postagens em redes sociais, dentre outros elementos contemporâneos que compõem a caixa de ferramentas de Foucault. É válido lembrar que as unidades do discurso como análise primária da arqueologia não se fazem apenas em um

enunciado ou uma materialidade de um só campo, mas as suas múltiplas produções em um campo enunciativo.

Desse modo, o discurso pode ser interpretado de várias maneiras pois circula não apenas na linguagem, mas resulta da interação social entre os sujeitos, isto é, as regularidades são assim identificadas na história não em sua origem, mas na relevância de cada acontecimento. Na análise discursiva pela língua, que não é o foco dos Estudos Foucaultianos, a palavra continua sendo palavra em algumas áreas da Linguística, esse manejo não dá conta das particularidades do enunciado pois é preciso perceber o lugar e o autor do discurso.

A Linguística antes da tomada dos estudos pelo discurso, sustentam a separação do verbo e do corpo, a palavra da imagem, ou estas estando juntas representariam uma mensagem, um enunciado que não se dedica a pesquisar o sujeito, apenas a linguagem em uso com regras semânticas e sintáticas.

Courtine⁸ descreve que o discurso não é apenas texto, ele é um elemento essencial da história e, portanto, decifrável para além da língua. Nesse sentido, enfatiza que “analisar discursos não podia mais se limitar a caracterizar um *corpus* a diferentes níveis de funcionamento linguístico, mas a pensar e a descrever a maneira com a qual se entrecruzam – na materialidade do arquivo quanto no suporte “psíquico” das memórias individuais e coletivas” compreendendo assim que não são as palavras que constroem sentidos, mas o contexto histórico o qual o discurso emerge. Gregolin (2006) explica que:

A “arqueologia” de Foucault permite captar os vestígios da rachadura, o momento primeiro em que o Ocidente deixa que se desenvolvam os germes de sua própria destruição. Os dois primeiros livros dessa fase (1962;1963) exprimem a vontade de voltar às fontes do momento racional, apoderando-se dele em seu movimento de oposição ao irracional.
(GREGOLIN, 2006, p. 57)

Neste momento da História entre os séculos XVI e XVII, houve uma grande revolução na medicina onde a pesquisa de Foucault impulsionou que os estudos sobre a saúde mental pudessem ser discutidos nas diversas ciências, em especial na Psicologia e Psiquiatria. A grande sacada foucaultiana foi questionar a separatividade do objeto da loucura na dicotomia do positivo e negativo, do anormal e normal, produzindo assim outros saberes que segundo ainda Gregolin (2006) continua “tudo o que escapa ao racional foi submetido a um amplo movimento de enclausuramento (o louco no hospício, o doente no hospital, o a-social na prisão)” denotando a inferência com que a análise de discurso atravessa os saberes outros na história.

⁸ Courtine (2013, p. 31)

Voltando-se um pouco para a genealogia da deficiência e em como os seus discursos foram cronológica e vagamente expostos na sociedade, assistimos a sua evolução nas áreas da saúde mental, principalmente para a psiquiatria na qual a deficiência emerge como diagnóstico e nas ciências humanas como docilização do corpo obediente das políticas públicas sociais e de seus manejos nas relações de poder e suas movências que conceituam/conceituaram o sujeito nas escolas e no mercado de trabalho.

Portanto, na descrição arqueológica dos Estudos Foucaultianos, essa análise da discursividade atravessada pela história se constrói a partir de quatro elementos que compõem a função enunciativa, sendo este um elemento que está ligado às formações discursivas e ao arquivo enquanto conjunto de tudo que foi dito e enunciado em uma dada época.

Nesse contexto, a história da deficiência nos dirá através do referencial enunciativo o lugar e as condições de emergência, que definem os seus aparecimentos e deslocamentos que estes provocam como produção da vontade de verdade. Usaremos como exemplo dessa descrição arqueológica uma propaganda divulgada na tv aberta⁹ sobre o jogo da verdade da palavra *pessoa* na sigla PCD (Pessoa Com Deficiência) para compreendermos que o discurso como jogo estratégico na teoria dos Estudos Foucaultianos revela na função enunciativa elementos que o discurso sozinho tomado apenas pelo olhar da Linguística, não daria conta:

Figura 10. Propaganda “Você sabe o que é o P de PCD?”



Globo lança campanha de combate ao preconceito contra Pessoas com Deficiência

Fonte: Autoria própria. Captura de tela do computador. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ezFeJTXUky8>

Nesta materialidade, podemos brevemente explicar a relevância da teoria dos Estudos Discursivos Foucaultianos inicialmente articulando com o nosso objeto em questão, em que se

⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ezFeJTXUky8>

trata de descrever a inscrição enunciativa da classificação da deficiência em sua discursividade histórica na qual a palavra ‘deficiente’ fora tomada por vários saberes nas quais denominam o sujeito na sociedade. A propaganda busca conscientizar a sociedade sobre o termo *pessoa* na sigla PCD e com isso promove o debate contra o capacitismo e a falta de informação, fazendo aparecer no vídeo as próprias pessoas com deficiência para corroborar com o conhecimento e criticar o discurso de exclusão e de incapacidade quando se refere à pessoa estar inserida no mercado de trabalho, por exemplo.

O vídeo conta com a participação de uma pessoa cega, uma com síndrome de Down e uma mulher negra cadeirante onde a principal função enunciativa está nos jogos de linguagem com a letra *p* destacando as palavras *[p]reconceito*, pelo não reconhecimento da capacidade em ser produtivo no mercado de trabalho; *[p]unição* pela falta de liberdade de ir e vir mesmo com limitações; *[p]avoroso* pelo mito de que construir uma família não está ao alcance de uma pessoa com deficiência, principalmente as mulheres; e por fim *[p]rioridade* como vontade de verdade, palavra bem presente em leis, decretos e documentos de políticas públicas que emergem com uma necessidade para a visibilidade da deficiência. Conforme Witzel (2025):

[...]a instância principal do poder é o olhar do outro, a opinião do outro, sem regiões de “escuridão”, que compreendemos a *web*, de um modo geral, e as redes sociais, de modo específico, como espaços de enunciação atravessados e constituídos por redes de poder-saber possibilitando ainda mais concretude para o sonho de uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em cada uma das suas partes.
(WITZEL, 2025, p. 144)

A produção de saberes a partir de um recurso audiovisual é atualmente um importante elemento do arquivo quando se trata de uma análise de discurso com base arqueológica e foucaultiana. Isto porque, como vimos, a esfera da função enunciativa não está apenas ligada à uma constituição puramente linguística, mas sim ao um compilado de discursos desde a uma imagem, o enunciado e a sua repercussão através dos comentários, no caso de postagens em plataformas digitais.

Desse modo, a ideia de Foucault em *Arqueologia do Saber* como plano sugestivo das pesquisas em discurso, é muito contemporâneo se pensarmos a gama de possibilidades de uma propaganda de trinta segundos como a que apresentamos por propor um referencial que define o lugar de aparecimento, quem fala e de onde; o sujeito do enunciado, a posição-sujeito responsável pelo dito, em suas intenções da prática de poder e da biopolítica presente numa determinada ação; pelo domínio associado a essa prática discursiva, qual memória na história

fez-se referência no dito? Qual saber insurge/insurgiu a partir do que foi enunciado? E por último a materialidade com jogos bastante específicos de linguagem, isto é, há uma intencionalidade no discurso, pois este não haverá de ser dito em qualquer hora ou qualquer lugar ou por qualquer pessoa, ele aparece a partir da ordem do discurso onde a vontade de verdade irá produzir um sujeito ético que se posiciona como manifestação de sua resistência.

3.2 O discurso e a formação discursiva como ferramenta de investigação da deficiência

A formação discursiva, doravante FD, é um conceito estudado por Foucault que remonta os enunciados já ditos ao longo da história, consiste em estabelecer relações com os enunciados e o momento em que aparecem, silenciam e/ou retornam na ordem do discurso. As quatro hipóteses postas por Foucault são inicialmente uma possível resposta para a problemática da descrição dos enunciados, como inquietação à formação das unidades do discurso e sua relação com o objeto.

Na primeira hipótese, Foucault tenta decifrar o conjunto de enunciados de um mesmo objeto, ou se os discursos originados dele se modificam em outros objetos deixando de serem apenas considerados por sua permanência e singularidade. A exemplo disso, o filósofo cita o objeto da loucura, descrito na psiquiatria e no âmbito jurídico. Foucault (2016) questiona:

A relação característica que permitiria individualizar um conjunto de enunciados referentes à loucura não seria, então, a regra da emergência simultânea ou sucessiva dos diversos objetos que aí são nomeados, descritos, analisados, apreciados ou julgados? [...] Seria esse o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos: objetos que são recordados por medidas de discriminação e de repressão, objetos que se diferenciam na prática cotidiana, na jurisprudência, na casuística religiosa, no diagnóstico dos médicos, objetos que são limitados por códigos ou receitas de modificação, de tratamento, de cuidados. (FOUCAULT, 2016, p. 40)

Nessa assertiva, Foucault nos mostra que a “loucura” estudada por ele durante anos, não é um objeto tratado dela ao longo dos tempos, mas composto de um jogo de regras que o fazem nomear, analisar e ser julgado de diversas formas. Ao mostrar que a “loucura” em seus recortes (o louco, o demente, o desviante, o doente mental) esteve regulado e controlado pelas instituições da medicina, do jurídico através das leis, pela religião e pelas práticas sociais. Nessa direção, articulamos com a deficiência nos moldes dessa primeira hipótese de Foucault da FD, em que os objetos outros “aleijadinho”, “manco”, “mudinho”, “surdo-mudo”, “portador” foram recortados de leis, documentos educacionais, discursos disseminados na sociedade que tanto o “louco” como o “deficiente” ainda permanecem conforme Foucault citou “por medidas de

discriminação e repressão. Para exemplificar essa primeira hipótese, tomando o seguinte exemplo de uma postagem do influenciador digital Ivan Baron, na sua plataforma digital *Instagram*:

Figura 11: Postagem do Perfil @ivanbaron



Fonte: Autoria própria, captura de tela de computador. Disponível em Instagram, @ivanbaron.

SE 1: “Não queremos babás em escolas”

O influenciador que também possui deficiência, Ivan Baron, fez referência à divulgação de um Programa Educacional da prefeitura Municipal de Mossoró-RN com o objetivo de atender a extensa demanda de pessoas com deficiência em sala de aula regular. O projeto destina-se à ocupação de vagas para auxiliares de turmas do ensino infantil ao fundamental que estejam com o curso em nível superior em andamento ou concluído.

Desse modo, o edital¹⁰ para preenchimento das vagas ao atendimento de alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e deficiência não prevê uma formação específica na área de educação inclusiva, o que reforça o enunciado de Ivan Baron em lembrar que na

¹⁰ <https://prefeiturademossoro.com.br/noticias/inscricoes-para-selecao-no-programa-incluir-2026-encerramse-nesta-segunda-feira/15518>

história da deficiência no âmbito da escola onde a escola servira de um espaço de acolhimento mascarado pela caridade sem observar as especificidades de cada sujeito que por muitos anos teve seu lugar em uma única conta, a dos degenerados. Este enunciado de Ivan Baron anuncia uma nova representação da deficiência não mais naquela ordem do discurso como “coitados” “rejeitados” e sim pela autonomia e pelo direito à inclusão com qualidade e atendimento individualizado respeitando as diferenças sejam sensoriais, físicas ou intelectuais.

Na segunda hipótese da FD, revela-se uma aproximação do discurso médico investigado por Foucault como sendo uma série enunciativa de descrições das instituições que regulamentaram a loucura e a colocaram num posto de deslocamento móvel como afirma Foucault, ao alertar para a necessidade de compreender as movências do discurso. Ele diz:

Mas, ainda aí, foi preciso abandonar essa hipótese inicial e reconhecer que o discurso clínico era só um conjunto de descrições: que este não podia, de forma alguma, ser abstraído daqueles, e que a enunciação descritiva não passava de uma das formulações presentes no discurso médico.
(FOUCAULT, p. 41)

O discurso sobre a loucura não esteve somente na alçada clínica como mostra a tese de Foucault, esteve ancorada nas escolas, nas prisões, nas igrejas. Fazendo uma analogia a este objeto com a materialidade anterior que apresentamos, retomamos para uma segunda análise que condiz com a discussão da segunda hipótese da FD:

SE2: “O que você acha da ausência de previsão **do professor de apoio** em sala de aula comum no Decreto n. 12.686/25? Há somente a previsão de um profissional do ensino médio com curso de 180h. Apenas um profissional de nível superior habilitado dispõe das condições de garantir acessibilidade pedagógica aos estudantes com deficiência intelectual que não conseguem aprender sozinhos.” (grifo nosso)

Nesta SE que é o comentário de uma seguidora do perfil de Ivan Baron, ela questiona sobre a oferta de um profissional de apoio para a sala de aula regular, conforme o documento da Política Nacional de Educação Inclusiva, divulgada em 2025¹¹. Essa normativa reflete as novas configurações do ensino e atendimento ao aluno com deficiência, o que também reverbera na emergência do discurso médico, em que o documento prevê o acesso ao profissional de apoio sem a prerrogativa de um laudo médico.

¹¹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html>

A não exigência de um laudo prévio para atender alunos com deficiência recai à classificação da deficiência tão fortemente questionada e que coadunam com a orientação de Foucault ao prescrever nessa segunda hipótese: “seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos”, Se por muito tempo, laudar um sujeito e oferecer acessibilidade e inclusão a partir de uma marcação, por que o documento da Política Nacional em Educação Especial, subtrai a participação da prática do discurso médico e com isso emerge uma nova discussão que infere na constituição ética desse sujeito?

Talvez, para responder essa inquietação, a terceira hipótese da FD devolve com outra pergunta: “não se poderiam estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes os sistemas dos conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo?” para se falar de um estudo da gramática em sua sintaxe, a unidade verbal de um discurso não entra em consenso por sua formulação conceitual. A redação do documento traz a emergência de um conceito para a deficiência através de um laudo e sua ocultação levanta o debate dessa necessidade explícita, onde aparece enunciados que retornam a discussão de segregação e exclusão:

SE3: “[...] se a **escola especial é exceção**, deveria haver a previsão legal de acompanhamento das matrículas nessa modalidade por um órgão imparcial. Do jeito que está no Decreto, vamos voltar ao modelo segregatório. [...]” (grifo nosso)

Em razão da história da deficiência ser marcada por uma organização estatal em que a área da educação foi predominada por escolas especiais com regime de ensino voltado mais ao assistencialismo do que para uma proposta transformadora respeitando as diferenças e compreendendo a capacidade de cada sujeito, essa premissa retorna ao debate na postagem de Ivan Baron sob o julgo de que a classificação e o controle através de salas específicas para alunos com deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais (NEE) não contemplaria a evolução do ensino pedagógico, as novas dinâmicas diante do surgimento de várias denominações em prol da aprendizagem e do desenvolvimento.

No entanto, Foucault atribui o aparecimento dos conceitos como uma unidade a ser investigada na FD. É salutar que as dispersões e suas emergências possam revelar o jogo estratégico dos discursos, isso porque nessa terceira hipótese da FD a atenção se voltam para o enunciado que se repete e se organiza na trilha dos acontecimentos. Deleuze (2017) chamaria as práticas discursivas e não-discursivas, de Formação Histórica que coaduna com premissa foucaultiana em desligar-se dos conceitos e destacar os enunciados na história. Sobre isto, Deleuze (2017) explica que:

Uma formação histórica se definirá com base em suas próprias evidências, ou seja, [com base] no seu regime de luz e em suas discursividades. Um regime de enunciados será chamado por Foucault de “discursividade” [discursivité]. Evidência e discursividade.

(DELEUZE, 2017, p. 25)

Por esse caminho, Deleuze explica que as formações históricas são características do que Foucault conceitua de discurso, ou discursividade. Nesta direção, a *Arqueologia do Saber* propõe analisar e compreender os enunciados não como manifestações isoladas, mas que se apresentam como Formações Discursivas e Não-discursivas. Nesse sentido, a postagem do influenciador Ivan Baron tensiona uma rede de enunciados que circulam e se repetem evidenciando a participação massiva do objeto da deficiência na história.

Por conseguinte, esse conjunto de enunciados não isolados levam à quarta hipótese de Michel Foucault, onde se apontam “a identidade e a persistência dos temas” (Foucault, 2016, p. 43) a repetição de um determinado tema na superfície do enunciado, é um elemento peculiar dessa proposta de investigação, uma vez que os temas não aparecem por acaso, eles se aproveitam de um jogo de saberes que emergem do acontecimento. Assim, a SE abaixo encontramos alguns determinantes da formação histórica:

SE4: “Se quisessem ajudar de verdade **criariam escolas só de inclusão**, mas tem **APAE** só que o problema que APAE vive de **doação, os governantes** tem é que criarem vergonha na cara e criar escolas próprias pra isso...” (grifo nosso)

A criação de escolas especiais para abarcar somente pessoas/alunos com deficiência já foi amplamente discutida na história. Esse debate se deteve a um modelo de ensino sem muitas adaptações à época, não prevalecendo as especificidades de cada diferença de aprendizagem. Com essa assertiva de criar uma nova escola, sob o julgo do novo cenário com muitas crianças atípicas, algumas com laudos e outras em investigação, esse tema volta a percorrer o conjunto de enunciados que compõem o sujeito, as políticas públicas e a responsabilidade do Estado.

Por esse caminho da proposta de Foucault, caberia perguntar: qual o jogo de estratégias para classificar a deficiência e conseqüentemente, o sujeito? Onde estaria a verdade frente ao que se prepara para o sujeito, sem dele saber de sua subjetividade? Caberia ainda dizer que tenhamos um sistema de dispersão onde um documento, uma normativa no que tange a orientar, nortear e dirimir a problemática da exclusão das escolas, torna-se dispersa no seu sentido reflexivo em que o preconceito retorna parece sempre apresentar uma linha tênue entre

acolher e controlar e que a formação do professor é insuficiente e infere em outras questões na constituição cidadã do aluno com deficiência. Segundo Foucault (2016) conclui:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção que se trata de uma *formação discursiva*. – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”.

(FOUCAULT, 2016, p. 47)

Com a ordem discursiva, correlações e funcionamentos de como estão nos discursos, bem como as transformações como afirma Foucault, é que podemos analisar os temas da deficiência atravessados pela sua relação com a história e com os modos de constituição do sujeito ao longo desse percurso. Nas séries enunciativas que mostramos, percebemos a inferência do jurídico e da participação da medicina nas lacunas da marcação da deficiência, razão no qual a partir desse conceito de FD, entendemos que os seus enunciados não são vãos e pousam num regime de saber, poder e ainda despertam para a ludicidade com que é colocado em discussão no campo midiático: o que é a deficiência? quem irá definir isso?

Por fim, no construto do exemplo abordado, sendo um recorte do *corpus* deste trabalho, deduzimos que a análise na FD, é infinita. Poderemos aqui, retomar as séries enunciativas e reagrupá-las em seu aparecimento, veremos que as frechas, produto das inquietações da discursividade, revivem facilmente a história, como se ela não fosse apagada e se apagada, mal vivida e remontada como um discurso movente que se apoia às práticas sociais e aos documentos normativos da deficiência.

3.3 O enunciado e o arquivo na esteira da vontade de saber como sistemas de dominação

Contudo, este tópico dedica-se a transcorrer os conceitos de *enunciado* e *arquivo* propostos na *Arqueologia do Saber* (2016) com o intuito de discuti-los relacionando-os com nosso objeto de estudo.

Ao tentar definir sobre a FD destacando a emergência do aparecimento de temas na esteira discursiva, Foucault apresenta uma continuidade em sua investigação. O enunciado, é portanto, um elemento peculiar no discurso e tomado como intrigante no que se propõe o método arqueológico. Isto porque no enunciado podemos perceber as suas dispersões, o

ressurgimento no qual o discurso pertence de certa maneira às manifestações das ciências do saber e das intrínsecas relações de poder onde se propagam por meio de diversos veículos como as materialidades midiáticas, presentes no arquivo.

Foucault inicia o capítulo sobre Enunciado justificando as quatro hipóteses que utilizou para descrever a FD, estaria assim posta agora em sequência uma série de conceitos chaves para alcançar seu objetivo com o método arqueológico. Tal sequência a que ele chama de enunciado, é questionado pelo próprio quando menciona sobre o que é o discurso e os dois vocábulos formariam o mesmo conceito ou se complementariam.

Desse modo, em um primeiro momento pode parecer confuso pensar no discurso e só então caracterizá-lo como enunciado. Contudo, para Foucault, essas dimensões não ocorrem de maneira sistemática, ou seja, não são lineares e nem obedecem a alguma hierarquia, mas operam no interior das práticas discursivas e não-discursivas.

Assim, é pelo discurso que o enunciado emerge e circula em várias áreas do saber, pois não corresponde somente ao que é dito, mas às condições que torna possível determinado dizer, permitindo que certos temas sejam retomados e reformulados em diferentes materialidades. No entanto, Foucault questiona: “se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer?” (Foucault, 2016, p. 97) tais inquietações levam a verificar a aplicabilidade do enunciado em uma frase, qual seria a semelhança gramatical de seu uso em um determinado grupo de enunciados.

Essa indagação parte da confusão entre enunciado e frase como sendo partes analisantes de um discurso. Foucault considera que a frase por si só não corresponde a um enunciado que resulte de um acontecimento discursivo, mas sim apenas de uma frase falada, concreta e com elementos limitados. Outrossim, opõe-se quanto a esses elementos e polemiza:

Será preciso finalmente admitir que o enunciado não pode ter caráter próprio e que não é suscetível de definição adequada, na medida em que é, para todas as análises da linguagem, a matéria extrínseca a partir da qual elas determinaram seu objeto? Será preciso admitir que qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para constituir um enunciado, e que cabe à gramática dizer se se trata ou não de uma frase [...] (FOUCAULT, 2016, p. 102)

O enunciado constituído por signos, com figuras e grafismos não será analisado de maneira isolada e estrutural da língua, mas que esses elementos detonam uma outra análise que é sugerida por Foucault: as estruturas do conhecimento. Em um enunciado, podemos

problematizar as suas emergências, suas superfícies e com quais outros enunciados se relacionam, resultando assim na sua função enunciativa. Vejamos a figura¹²:

Figura 12. Tirinha sobre deficiência



Fonte: Pinterest

Nesse exemplo da tirinha, podemos compreender que Foucault assume a existência de signos em uma frase, mas observa com veemência que a língua não se apresenta em sua totalidade como única e concreta mesmo com a presença dos signos que compõem uma frase. Ou seja, o enunciado pode existir sem a estrutura gramatical e estruturalista, como também as frases podem não ser um enunciado.

No diálogo acima quando se pergunta: “como devo chamá-lo? Deficiente, aleijado, ou pessoa especial?” denota-se a construção histórica com o conceito de pessoa com deficiência atravessou até os dias atuais, ora temos aqui uma nuance no discurso nesta frase que não mais identifica-se por elementos léxicos e /ou sintáticos e por isso é denominada de enunciado. No enunciado, nunca irá ser somente uma frase dita, alguma coisa decodificada faz parte de sua característica, seja uma memória, uma referência a um acontecimento ou a uma nova formação discursiva, pois alguns temas emergem do dito e são perpetuados na sociedade servindo de estratégia para as relações de saber e poder. Assim, Foucault não define o enunciado, ele busca problematizá-lo segundo o seu aparecimento na frase, portanto, ele diz:

¹² Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/39125090509375981/> acesso em 11 de maio de 2025.

[...]o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem. Não se apoia nos mesmos critérios: mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. [...] trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não.

(FOUCAULT, 2016, p. 104-105)

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault cita o exemplo da sequência alfabética das máquinas francesas, isto é, as unidades e a análise pelo óptica da gramática, não estão alinhados à proposta do filósofo para investigar os discursos presentes em um enunciado.

Não podemos pensar o enunciado apenas aos atos de fala (*speech acts*) como sendo frases isoladas, mas com conjuntos de outros enunciados complexos por sua estrutura proposicional que ocorrem no uso da linguagem. Ainda assim, o enunciado é dado pela sua existência, por sua intenção nos atos linguísticos e por isso para que haja uma frase, é necessário, que haja um enunciado, como afirma Perencini (2015):

A existência de um ato de fala completo procede a execução de vários enunciados. E, sobretudo, arqueologia de um saber, não se pode restringir às histórias das ideias ou à epistemologia, posto que o próprio saber não se circunscreve à busca da origem de uma disciplina e/ou conhecimento, nem a ciência.

(PERENCINI, 2015, p. 140)

O enunciado acontece na discursividade, é pela movência das séries enunciativas, que podemos como analistas identificar a intenção de sua inscrição em uma determinada materialidade. Concordamos com a óptica de Perencini quando o saber que por vezes, aparece em algum enunciado e nem sempre estará ligado à ciência, à medicina como Foucault alertou sobre a psiquiatria, economia e nas ciências humanas.

Já comentamos em sessões anteriores que Foucault não se interessa pela origem das coisas, até porque não é na origem da história com cronologia demarcada que as regularidades dos enunciados produzem sentidos concretos ao que é dito e reproduzido. Outrossim, cabe esse ponto ao estudo estrutural da gramática, algo que para a arqueologia não é tão significante, pois não revela as formações dos objetos, dos conceitos e as práticas que envolvem o saber, poder e subjetividade. Assim, Perencini (2015, p. 137) continua: “O saber não se restringe à *ciência*. Não é uma soma de critérios científicos em que se pode dizer sempre se um conhecimento é verdadeiro ou falso, exato ou não, aproximado ou definido, contraditório ou coerente.” pois o saber não se faz de um discurso da verdade, mas sim da vontade de verdade, como afirmou Foucault (1979) ao pronunciar que o arquivo da loucura,

não se limitava ao conceito, mas sim ao modo como os discursos interferiram na constituição ética do sujeito louco.

Isto posto, o enunciado precisa passar por uma descrição para analisar a sua existência seja pela memória ou pela repetição do seu surgimento como já mostramos no início deste capítulo um breve exemplo mostrando o funcionamento do discurso e como ocorre a análise na descrição enunciativa.

Após a discussão acima sobre o enunciado, podemos dizer que Foucault apresentou quatro proposições em seguimento à explicação das formações discursivas e das regras que coadunam com a observância dos sistemas de dominação a partir do discurso. A primeira diz respeito à legitimidade do enunciado a partir da sua descrição e a sua relação com a FD; A segunda faz uma analogia da frase pertencente ao texto com o enunciado pertencente à FD, desse modo só existirá enunciado quando houver FD e esta será definida por sua regularidade.

A terceira proposição, segundo Foucault (2016, p. 143) aparece com uma definição de discurso: “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, isto é, a FD tem como principal fonte dos construtos de sentido, a história, e por ela os enunciados em seu conjunto passam a ser identificados em sua regularidade. A quarta proposição, remetida à prática social está associada com as materialidades, com o que Foucault passa a chamar de ‘prática discursiva’ em que se trata de: “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (Foucault, 2016, p. 144).

Por fim, Foucault assume que a descrição arqueológica do enunciado se restringiu à história das ciências, mas o autor ainda persiste na objeção da descrição dos enunciados como argumento para desvendar a descontinuidade das formações discursivas e, portanto, revelar em como o saber e o poder constituem a ética e a estética do sujeito. Sobre isto, o capítulo seguinte discute o pensamento foucaultiano ao estudar o poder soberano, disciplinar e pastoral e suas relações de força no discurso da deficiência.

4. AS RELAÇÕES DE FORÇA: ATRAVESSAMENTOS DA LEI E A NORMA NO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

O objetivo deste capítulo está em compreender a constituição da deficiência investigando as condições históricas de emergência sobre o saber, a intervenção e a regulação. É nesse exercício de debate que buscamos apresentar o poder não apenas como elemento de autoridade ou de coerção, mas de produção da subjetividade, como as leis, normas e instituições podem inferir no cuidado de si, no governo de si e dos outros e de que modo a constituição ética dos sujeitos com deficiência se definem por meio desses documentos. Embora a lei e a norma apareçam em nosso texto sob o julgo de semelhança, elas são inteiramente distintas. A lei direciona, obriga, proíbe, organiza; enquanto a norma é mais difusa classificando, nomeando, comparando, corrigindo e regulando.

É nesse entrecruzamento que aparece o discurso da deficiência oculta que se perpetua nos espaços físicos e digitais sob a representação de uma semiologia, fruto das relações de poder que atravessam a rede discursiva da deficiência e por isso, faremos nas próximas linhas a discussão sobre o poder de acordo com a concepção de Michel Foucault.

4.1 Relações de poder na constituição da deficiência

Michel Foucault ao fazer o diagnóstico dos discursos pelos caminhos da arqueologia trouxe em seus trabalhos a maneira minuciosa de estudar o poder implicado nas condições históricas e as irrupções nos enunciados que se apresentavam no objeto da loucura, por exemplo, assim também como o fez com o dispositivo da sexualidade ao escrever *A vontade do Saber em História da Sexualidade*. Nessa direção, a Arqueologia do Saber, como sendo uma caixa de ferramentas para analisar discursos, dá conta da formação do saber, do conceito e de sua formação de modo que o poder está aí envolvido como vontade da verdade sobre o dito.

Nesse sentido, o conceito de deficiência não comporta a tese que gostaríamos de apresentar sobre ela, considerando a óptica foucaultiana de não nos prendermos à origem, mas sim para a problematização do objeto. A pergunta de partida para discutir sobre as relações de poder é: como a deficiência se tornou um objeto de conhecimento, classificação e intervenção?

Longe de criarmos uma categoria fixa sobre a deficiência, almejamos levantar o debate para as práticas que produzem verdades, isto é, discursos que multiplicam saberes e consequentemente constituem modos de subjetivação e compreender como os regimes que controlavam/controlam a deficiência buscam legitimar o corpo. Essa premissa reforça o pensamento de Foucault de que o poder não produz somente coisas danosas, mas sim possui a intenção de dar visibilidade e de classificar para organizar a sociedade.

Em *História da Sexualidade I*, Foucault discute o conceito de poder de maneira a tentar esclarecer que o princípio institucional de autoridade e repressão não se aplica ao dispositivo da sexualidade, mas sim de mostrar o seu funcionamento através das transformações, das lutas, das repetições e formação de sistemas de forças que tomam o corpo como alvo das leis e do discurso hegemônico dos saberes. Por isso, Foucault nesta obra descreve o poder como uma instância movente que não se fixa em um único saber, mas que se refaz a todo momento, portanto, corroboramos:

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob a invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autor reproduzidor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las.
(FOUCAULT, 2017)

O poder articula-se de modo indissociável a um saber historicamente mutável, cuja validação ocorre sob as condições impostas pela ordem do discurso vigente. É no interior dessa dinâmica que se constrói e institucionaliza uma "verdade". Assim, o conjunto de estratégias discursivas e não discursivas voltadas à permanência, repetição e reprodução dos saberes constitui o regime de verdade de uma determinada época. Esse regime sustenta a aplicação de normas e leis que operam por meio da assimetria e do adestramento, visando à docilização dos corpos e à sua subsequente conformação às exigências governamentais.

No tratado da deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão, especialmente o art. 2º em que se conceitua e reconhece a pessoa com deficiência formam um conjunto de estratégias que mobilizam o discurso médico e jurídico e o entendimento social sobre o conceito de deficiência. Todavia, este conceito já vinha sendo construído desde a Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência realizada em 2007, conforme:

e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efectiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas.

(Texto Original em português – Portugal, 2007)

O inciso acima reforça que a definição para a deficiência é movida pelas práticas em sociedade e é nesse ponto que concerne as relações de poder sejam elas pelo discurso que se expande através das ações governamentais e não governamentais ou que sejam pelas vivências como cidadãos comuns na escola, na família e no lazer. Devemos lembrar que este documento permite que sua modificação seja editada a partir de cada realidade do país, visto que se apresenta como principal instrumento para garantir o respeito e a dignidade às pessoas com deficiência.

O documento ainda enfatiza que sua circulação nos meios oficiais jurídicos ou filantrópicos estejam de acordo com a identidade linguística e cultural dos povos com deficiência e isto refere-se por exemplo, às comunidades surdas e indígenas que possuem língua materna e cultura própria dos seus falantes. Isto significa muito para o que Foucault aponta que o poder não se exerce como algo que pode concretizar-se, mas sim que é exercido através de pontos-chaves móveis.

A importância de se destacar as comunidades surdas e indígenas, bem como mulheres e crianças com deficiência no documento da Convenção legitima a condição desses sujeitos à época para que se reportasse um instrumento jurídico conceituando as suas necessidades como objeto de garantia para o acesso à qualidade de vida com menor índice de segregação e exclusão dos órgãos públicos e privados. Destarte, Foucault (2017, p. 102) descreve que:

Deve-se ao contrário, supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e nas instituições servem de suporte a amplos efeitos da clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes, formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si.

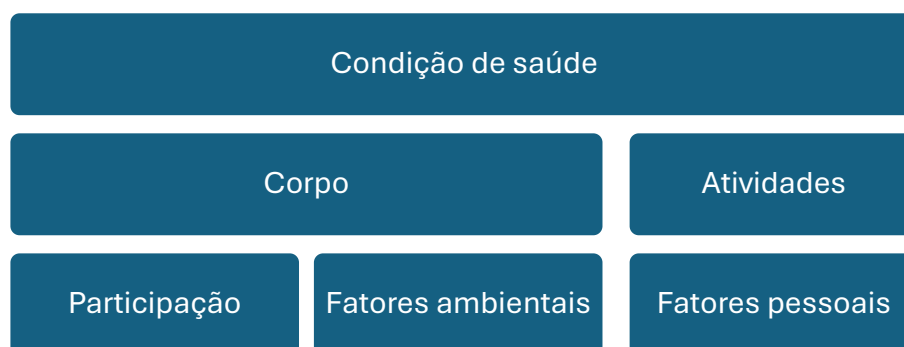
A Convenção seria neste caso o que sustentaria as linhas de força que atuam sobre o corpo com deficiência e que derivam o surgimento de movimentos sociais e de luta confrontando ao que está estabelecido no dispositivo jurídico que sofreu alterações no texto da LBI, em 2015 conforme dito anteriormente.

No entanto, a LBI passa a ser um novo instrumento de consulta para o significado da deficiência e ainda assim observamos que não é possível dizer quem é o sujeito com deficiência pois as relações de poder o modificam, o subjetivam e o fazem obedecer a regras e condutas sociais.

A LBI também explica de modo prático em como o poder transforma e faz surgir outros micropoderes a partir de seu entendimento legal: “*considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação **com uma ou mais barreiras** [...]*” grifo nosso (Brasil, Art.º2 LBI). Observa-se uma mudança no conceito de deficiência comparando-se ao documento anteriormente apresentado da Convenção Internacional do Direito da Pessoa com Deficiência em que a marcação do corpo está associada às lacunas de acessibilidade.

A partir desse grifo sobre as “barreiras” que atuam como marcador do corpo com deficiência, o poder atua como um conjunto de estratégias médicas para (re)elaborar a condição social do cidadão em decorrência de suas limitações e diferenças linguísticas. Por isso, antes da LBI, em 2004 a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) padronizou a linguagem utilizada para classificar a deficiência sendo um documento essencial na produção da verdade sobre a funcionalidade do corpo com deficiência. Vejamos alguns elementos da CIF e como esta se aplica às relações de poder e saber:

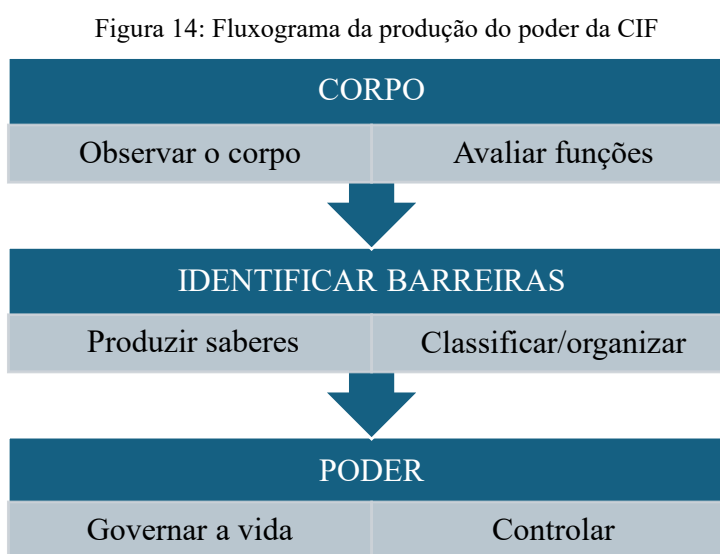
Figura 13: Fluxograma da CIF



Fonte: Elaboração própria.

A CIF organiza um modo de ver, descrever e classificar o corpo com deficiência e não podemos designar que o documento é somente um procedimento de controle, mas sim que é utilizado para novas interpretações da deficiência nas áreas da medicina, do jurídico, da família e dos próprios sujeitos.

Em cada categoria como mostra a Fig. 13, o corpo passa a ser um objeto de observação; as atividades sendo avaliadas com aquilo que o sujeito consegue realizar; a participação na vida social é mensurada a partir dos discursos, dos modos de subjetivação concebidas pelo saber; E por fim, o ambiente como grande produtor de barreiras arquitetônicas e atitudinais que emerge nas políticas públicas de acessibilidade. Podemos visualizar uma outra análise desse processo pelas lentes de Foucault em que as relações de poder sobre a deficiência são sem dúvidas, um grande depósito dos saberes outros. Assim:



Fonte: Elaboração própria.

Nessa direção, Foucault (2017, p. 104) se questiona: “Deve-se afirmar que estamos necessariamente “no” poder, que dele não se escapa, que que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto, por estarmos inelutavelmente submetidos à lei?” Se no processo de observação do corpo, avaliação do corpo que se diferencia do normal e é captado pela singularidade de suas limitações, há aí uma resistência embasada na constituição do saber da deficiência oculta que não é visibilizada *a priori* tornando-a visível através das linhas de força que regulam os discursos sobre as barreiras de acesso à igualdade de direitos.

As resistências fazem parte do manifesto das relações de poder e atuam como elemento que busca compreender as estratégias, as rupturas e as fissuras presentes nos discursos em suas práticas sociais, no campo da subjetividade, em como está atrelado em sua constituição ética pelo cuidado e governo de si. As resistências são um novo saber a partir de uma relação de poder que lhe foi dada como verdade, conforme afirma (Foucault, 2017):

Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento.
(FOUCAULT, 2017, p. 104-105)

São nessas lacunas que se observam o surgimento das instituições e grupos sociais como movimento de luta que reorganizam os discursos de poder e fazendo com que o saber possa ser estudado, analisado e investigado a partir do sujeito que o diz, revela e subscreve a verdade. “Onde há poder, há resistência”, afirma Foucault e desta afirmação é que as lutas de classes de minoria, constroem suas identidades e os seus discursos passam a ter como pauta reivindicar ao Estado pelo direito de participar da construção política refazendo o jurídico, rediscutindo o saber médico e a forma de ver a deficiência.

Os movimentos de resistência resultantes das relações de forças parecem apresentar à sociedade uma espécie de manual para classificar a deficiência e dirigir-se ao sujeito. Somente o documento que discutimos até aqui da CIF é possível perceber em como os critérios estabelecidos para reconhecimento da deficiência afunilam-se em uma avaliação para concessão de um benefício com apoio financeiro, por exemplo o BPC (Benefício de Prestação Continuada) que é legalmente oferecido para as pessoas com deficiência.

O poder, encontrado nos dicionários comuns cuja denominação é “a capacidade de deliberar arbitrariamente, agir, mandar, exercer a autoridade e a soberania, o império”¹³ vai além da grande discussão levantada em *Vigiar e Punir* que se detém em primeiro momento a apresentar o funcionamento do poder ao suplício e a espetacularização da violência, tido como uma “apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível” (Foucault, 2014, p. 25). A punição como forma de controle e reabilitação no âmbito penal, possibilitou aos campos jurídicos, médicos e institucionais colocando o poder como produção do saber.

¹³ Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder>

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** In: Revista Outra Travessia, n.5, 2009.

BÍBLIA SAGRADA. **Antigo Testamento**. Edição Claretiana, Editora Ave Maria, 2011.

BRASIL. **Manual de Atuação do Ministério Público em Defesa da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Conselho Nacional do Ministério Público, 1ª Ed. Brasília, 2024.

AMIRALIAN, Maria; PINTO, Elizabeth B.; GHIRARDI, Maria IG.; LICHTIG, Ida.; MASINI, Elsa FS.; PASQUALIN, Luiz (2000). Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1.

ARISTÓTELES. Aristóteles. **Política**. Tradução: Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Editora Vega, 1998.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

COELHO, André. **LBI comentada em linguagem acessível: interpretação sobre a prática da Lei Brasileira de Inclusão**. Curitiba: Juruá, 2024.

COURTINI, Jean-Jaques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins; Revisão da Tradução Renato Ribeiro; São Paulo: Brasiliense, 2005.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Débora. Deficiência e Políticas Sociais – Entrevista com Colins Barns/*Disabilities and Social Policy – Interview with Colins Barns – Débora Diniz*. In: **Ser Social**. Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-25, jan./jun. 2013.

DIAS, Viviane Ferreira. **Discursos sobre a deficiência: enunciados e práticas de (in/ex)clusão**. Tese de Doutorado do Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2018.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Michel Foucault, Uma trajetória para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª edição. Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF, 2010. v. 2

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política/Michel Foucault**; organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade do Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque – 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura: Na Idade Clássica**. 1ª ed. Perspectiva, 2019.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social *The Social Model of Disability: a sociological tool for social emancipation*. In: **Lutas Sociais**. São Paulo, vol. 17, n. 31, p. 59-73, jul/dez 2013.

LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2023.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2 edição, 2006.

MARCELLO, Fabiana de Amorim; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Cuidar de si, dizer a verdade: arte, pensamento e ética do sujeito. In: **Pro-Posições**, vol. 25, n. 2 (74), p. 157-175, maio-ago. 2014.

MACHADO, Roberto. **A ciência e o saber: a trajetória arqueológica de Foucault**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2007.

MACHADO, Roberto. **A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas**. Revista Discurso, v. 5, p. 8 – p. 18, 1974.

MARTINS, Bruno Sena. A reinvenção da deficiência: novas metáforas na natureza dos corpos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 264–271, dez. 2015.

MCRUER, Robert. **Teoria Crip: signos culturais entre o queer e a deficiência**. Tradução Anahi Guedes de Mello, Olívia von der Weid. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2024.

MENDONÇA, Ana Abadia Dos Santos. Platão e as crianças com deficiência. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 2, n. 3, p. e233849, 1 set. 2020.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **Pedagogia do Sorriso**. Tese de Doutorado em Linguística da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa: 2013.

NETO, Izaías Serafim de Lima; SILVA, Francisco Vieira da. “Sou branca, tenho olho azul, não tô acima do peso, mas, gente, talvez você não me conheça”: Ética e estética trans no

youtube. In: **Diagnósticos do presente: pensar a atualidade com Michel Foucault**. Douglas de Oliveira Domingos; Francisco Vieira da Silva; Luciana Fernandes Nery (Orgs.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. In: **Revista Moara/Estudos Linguísticos**. Edição 57, Vol.1/ago.-dez. 2020.

OLIVER, Mike. **The Politics of Disablement**. Basingstoke: Macmillan, 1990.

PERENCINI, Tiago Brentam. **O enunciado no pensamento arqueológico de Michel Foucault**. Kinesis, Vol. 136 VII, nº 15, dezembro 2015, p. 135-150.

PICCOLO, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2022.

PIOVEZANI, Carlos.; CURCINO, Luzmara.; SARGENTINI, Vanice. Introdução: Michel Foucault na Análise do discurso. In: **Presenças de Foucault na Análise do discurso**. Organizadores: Carlos Piovezani, Luzmara Curcino, Vanice Sargentini. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PLATÃO. **A República**. Tradução e notas: Edson Bini, Editora Edipro. v. 1, 2019.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. **Há em Foucault um gesto inaugural nos estudos do discurso?** In: Revista Heterotópica, v. 1; n. 1, jan.-jun., 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16

SCHIPPER, Carla Maria de; WITZEL, Denise Gabriel. Discurso e mídia: construção de concepções da pessoa com deficiência intelectual em propagandas. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, p. 295–310, 11 maio 2015.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability Rights And Wrongs Routledge**. London: 2006.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STIKER, Henri-Jacques. **The History of Disability**. Tradução: William Sayers. v. II, 1999.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. Reflexões sobre A História da Loucura de Michel Foucault *Reflection about Madness and Civilization-A History of Insanity in the Age of the Reason by Michel Foucault*. **Revista Aulas Dossiê Foucault**, v. 3, mar. 2007.

WITZEL, Denise Gabriel. Corpos (in)dóceis e as novas armadilhas das visibilidades. In: **Discurso, poder e vigilância: cartografar com Foucault**. Dorne, Vinícius Durval; Sá, Israel de; Fernandes, Cleudemar Alves (org.). 1 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH)**, Geneva, 1980.

(DECRETOS)

BRASIL. **Decreto 914 de 6 de setembro de 1993**. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL, **Decreto 3956 de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Brasília, DF, 2001.

BRASIL, **Decreto 6949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

(LEIS)

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. LEI Nº 14.624, DE 17 DE JULHO DE 2023. **Institui o cordão de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas**, Brasília, DF, 2023.

(DOCUMENTOS E PORTARIAS)

BRASIL, **Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência**. Adotada a 13 de dezembro de 2006 (resolução A/RES/61/106) e aberta à assinatura em Nova Iorque a 30 de março de 2007. Ministério Público de Portugal, Procuradoria-Geral da República, Gabinete de documentação e direito comparado, 2007.

LISBOA, **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Organização Mundial de Saúde, Direcção Geral da Saúde, Lisboa, 2004.

ATESTADO DE MATRÍCULA

Período Letivo: **2026.2** (07/08/2026 à 19/12/2026) Nível: **DOUTORADO**
Matrícula: **[REDACTED]** Vínculo: **REGULAR**
Nome: **SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES**
Programa: **CAPF - PPGL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**
Nível: **DOUTORADO**
Área de
Concentração: **ESTUDOS DO DISCURSO E DO TEXTO**
Linha de Pesquisa: **DISCURSO, MEMORIA E IDENTIDADE**
Orientador: **MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO**

TURMAS MATRICULADAS: 2

Cód.	Componentes Curriculares/Docentes	Turma	Status	Horário
LET3011	PESQUISA E ESCRITA DE TESE I MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO Tipo: MÓDULO (05/09 a 17/10) Local: Definido pela orientação	03	MATRICULADO	7M123456 (05/09/2026 - 17/10/2026)
LET2074	SEMINÁRIOS DE TESE II MANOEL FREIRE RODRIGUES Tipo: MÓDULO (29/10 a 12/11) Local: PPGL/UERN - Campus Avançado de Pau dos Ferros	01	MATRICULADO	5M23456 (29/10/2026 - 12/11/2026)

TABELA DE HORÁRIOS:

Horários	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
07:00 - 07:50	---	---	---	---	---	---	LET3011
07:50 - 08:40	---	---	---	---	LET2074	---	LET3011
08:55 - 09:45	---	---	---	---	LET2074	---	LET3011
09:45 - 10:35	---	---	---	---	LET2074	---	LET3011
10:50 - 11:40	---	---	---	---	LET2074	---	LET3011
11:40 - 12:30	---	---	---	---	LET2074	---	LET3011

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sigaa.uern.br/sigaa/documentos/> informando a matrícula, a data de emissão e o código de verificação **6e5cf9c98d**

Matrícula:

Local de Nascimento: **IGUATU/CE**

██████████

114

RN

Índices Acadêmicos

CAPF - PPGL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DOUTORADO

CR: 10.0

Curso: **DOUTORADO EM LETRAS**

Currículo: **18004D** Status: **ATIVO**

Área de Concentração: **ESTUDOS DO DISCURSO E DO TEXTO**

Linha de Pesquisa: **DISCURSO, MEMORIA E IDENTIDADE**

Orientador: **5364 - MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO**

Forma de Ingresso: **SELEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**Mês/Ano Inicial: **ABR/2024**

Mês Atual: 29º

Suspensões: 0 meses

Prazo para Conclusão (Padrão / Máximo):MAR/2028

Prorrogações: 0 meses

Tipo Saída:

Mês/Ano de Saída:

Data da Defesa:

Início	Fim	Componente Curricular		Turma	CH	Freq %	Nota	Situação
04/2023	08/2023	LET1874	DISCURSO, HISTÓRIA E MEMÓRIA	--	60	100,0	A	CUMPRIU
09/2023	01/2024	LET2129	TÓPICOS AVANÇADOS EM ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO	--	30	100,0	A	CUMPRIU
08/2024	08/2024	LET2142	TÓPICOS EM ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO: A PESQUISA NOS ESTUDOS DA LÍNGUA (GEM) <i>Dr. WELLINGTON VIEIRA MENDES (30h)</i>	01	30	100,0	A	APROVADO
07/2024	07/2024	LET2201	EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESPANHOLA	--	0	--	--	APROVADO
05/2024	12/2024	LET8670	SEMINÁRIOS DE TESE I <i>Dr. MANOEL FREIRE RODRIGUES (45h)</i>	01	45	100,0	A	APROVADO
12/2024	12/2024	LET1221	ENSINO DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO <i>Dr. WELLINGTON VIEIRA MENDES (30h)</i>	01	30	100,0	A	APROVADO
09/2024	07/2025	LET1222	ESTUDOS ORIENTADOS I <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (15h)</i>	04	15	100,0	A	APROVADO
09/2024	05/2025	LET2071	LINGUAGEM E DISCURSO <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (20h), Dr. JOSÉ CEZINALDO ROCHA BESSA (20h), Dr. FRANCISCO VIEIRA DA SILVA (20h)</i>	01	60	100,0	A	APROVADO
09/2024	04/2025	LET2153	TÓPICOS AVANÇADOS EM ESTUDO DO TEXTO: REPRESENTAÇÕES DA LOUCURA NO TEXTO LITERÁRIO: UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA <i>Dr. RONIE RODRIGUES DA SILVA (30h)</i>	01	30	100,0	A	APROVADO
12/2024	12/2024	LET2200	EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA	--	0	--	--	APROVADO
05/2025	12/2025	LET2124	ESTUDOS ORIENTADOS II <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (15h)</i>	03	15	100,0	A	APROVADO
06/2025	08/2025	LET2135	TÓPICOS AVANÇADOS EM ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO: INTRODUÇÃO AOS SISTEMAS SEMÂNTICO-DISCURSIVOS (OPTATIVA) <i>Dr. FRANCISCO ROBERTO DA SILVA SANTOS (15h), Dra. ANA PAULA SANTOS DE SOUZA (15h)</i>	01	30	100,0	A	APROVADO
12/2025	12/2025	LET2600	PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA	--	0	--	--	APROVADO
12/2025	12/2025	LET2601	PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA II	--	0	--	--	APROVADO
09/2025	03/2026	LET3007	ESTUDOS ORIENTADOS III <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (30h)</i>	02	30	100,0	A	APROVADO
11/2025	02/2026	LET3108	DISCURSOS MÍDIÁTICOS <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (30h)</i>	01	30	100,0	A	APROVADO
04/2026	08/2026	LET3008	ESTUDOS ORIENTADOS IV <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (30h)</i>	04	30	100,0	A	APROVADO
05/2026	07/2026	LET3111	TÓPICOS EM ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO: DISCURSO, ENUNCIADO E FORMAÇÃO DISCURSIVA EM FOCO <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (30h)</i>	01	30	100,0	A	APROVADO
10/2026	--	LET2074	SEMINÁRIOS DE TESE II <i>Dr. MANOEL FREIRE RODRIGUES (15h)</i>	01	15	100,0	-	MATRICULADO
09/2026	--	LET3011	PESQUISA E ESCRITA DE TESE I <i>Dra. MARIA ELIZA FREITAS DO NASCIMENTO (30h)</i>	03	30	100,0	-	MATRICULADO
--	--		APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA	--	60	--	---	CUMPRIU

Histórico Escolar - Emitido em: 20/08/2026 às 22:35

Nome: SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES

Matrícula: 20241004098

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando <<<

Início	Fim	Componente Curricular	Turma	CH	Freq %	Nota	Situação
--	--	APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA	--	60	--	---	CUMPRIU

Carga Horária Integralizada/Pendente

	Obrigatórias	Optativos	Total
Exigido	120 h	420 h	540 h
Integralizado	105 h	480 h	585 h
Pendente*	15 h	0 h	15 h

*Contabilizado com base no valor estabelecido no mínimo exigido da estrutura curricular.

Componentes Curriculares Obrigatórios Pendentes:3

Código	Componente Curricular	CH
LET2500	TESE DE DOUTORADO	0 h
LET2074	SEMINÁRIOS DE TESE II Matriculado	15 h
LET2450	EXAME DE QUALIFICAÇÃO	0 h

- SEMINÁRIOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, código: SLING0050, carga horária: 60h, créditos: 4, cursada em 2021.2, no Programa de Pós-Graduação em Linguística/UFPB, com conceito B e 100% de frequência.

- METODOLOGIA DA PESQUISA, código: PPCL01-01, carga horária: 60h, créditos: 4, cursada em 2023.2, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem/UERN, com conceito C e 100% de frequência.

Atenção, agora o histórico possui uma verificação automática de autenticidade e consistência, sendo portanto dispensável a assinatura da coordenação do curso ou PROPEG. Favor, ler instruções no rodapé.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA

(Anexo VIII)
(Obrigatório)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, Sara Cristina dos Santos Freires, portador do [REDACTED] devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA para realizar o curso de Doutorado em Letras, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFRSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFRSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFRSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 18 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br SARA CRISTINA DOS SANTOS FREIRES
Data: 18/08/2026 20:54:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sara Cristina dos Santos Freires
(Obrigatória)

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO BEZERRA DA SILVA
Data: 18/08/2026 20:48:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leonardo Bezerra da Silva **(Obrigatório)**
CPF: [REDACTED]

Documento assinado digitalmente
gov.br MICASSIO FERNANDES DE ANDRADE
Data: 18/08/2026 17:59:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Micassio Fernandes de Andrade **(Obrigatório)**
CPF: [REDACTED]



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
UNIDADE CORRECIONAL**

DECLARAÇÃO Nº 64 / 2026 - UC (11.01.00.19)

Nº do Protocolo: 23091.010814/2026-67

Mossoró-RN , 18 de agosto de 2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que o(a) servidor(a) **Sara Cristina dos Santos Freire**, matrícula Siape nº [REDACTED] ocupante do cargo de **Professor do Magistério Superior**, não sofreu penalidades administrativas nos últimos 5 (cinco) anos e não possui, até a presente data, registro de ter respondido a Processo Administrativo Disciplinar no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

(Assinado digitalmente em 18/08/2026 10:54)

MARIA DA GLORIA DA SILVA

ASSESSOR ESPECIAL

ASESP (11.01.14)

Matrícula: ###609#0

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **64**, ano: **2026**, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **18/08/2026** e o código de verificação: [REDACTED]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SETOR DE CADASTRO

DECLARAÇÃO Nº 190 / 2026 - SEC (11.01.04.05.02)

Nº do Protocolo: 23091.010923/2026-34

Mossoró-RN, 19 de agosto de 2026.

DECLARAÇÃO DE LICENÇAS E AFASTAMENTOS

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **Sara Cristina dos Santos Freires**, Matrícula SIAPE nº [REDACTED] com início do exercício nesta Universidade em **04 de novembro de 2015**, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei nº 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	Sem registro
Licença-Paternidade (Art. 208)	Sem registro
Licença à Adotante (Art. 210)	Sem registro
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	Sem registro
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	Sem registro
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	Sem registro
Licença para capacitação (Art. 81 V)	Sem registro
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	Sem registro
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	Sem registro
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	Sem registro
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	Sem registro
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	Sem registro
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	Sem registro
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	13/11/2024 a 12/11/2026

A presente declaração foi emitida conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

(Assinado digitalmente em 19/08/2026 09:37)
MARCUS VINICIUS HERCULANO ROCHA
AUXILIAR EM ADMINISTRACAO
SEC (11.01.04.05.02)
Matrícula: [REDACTED]

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **190**, ano: **2026**, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **19/08/2026** e o código de verificação: [REDACTED]



NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO QUALIFICAÇÃO

65	Cursos de qualificação vinculados à Grande Área do Conhecimento CIÊNCIAS HUMANAS;
66	Cursos de qualificação vinculados à Grande Área do Conhecimento MULTIDISCIPLINAR;
67	Ampliar conhecimentos relacionados à grande área LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES;
68	Ampliar conhecimentos relacionados à grande área CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;
69	Ampliar conhecimentos relacionados à grande área CIÊNCIAS AGRÁRIAS;
70	Ampliar conhecimentos relacionados à grande área CIÊNCIAS DA SAÚDE;
71	Ampliar conhecimentos relacionados à grande área ENGENHARIAS;
72	Ampliar conhecimentos relacionados à grande área CIÊNCIAS BIOLÓGICAS;
73	Ampliar conhecimentos relacionados à grande área CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA;
74	Aprimorar a capacidade de realização de pesquisas científicas aplicadas as CIÊNCIAS VETERINÁRIAS, com a utilização de novas técnicas e metodologias;
75	Aprimorar o meu conhecimento sobre Ciência da Computação;
76	ENSINO DE FÍSICA.



REQUERIMENTO Nº 3/2026 - DCH-MOS (11.01.00.09.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/08/2026 18:37)

WILKSON DARTHAYAN CAMARA LIMA ALVES DE SENA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CCSAH (11.01.00.09)

Matrícula: ###753#7

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/> informando seu número: 3, ano: 2026, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **28/08/2026** e o código de verificação: **4f66d79f7e**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

DESPACHO Nº 8/2026 - DCH-MOS (11.01.00.09.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 03 de setembro de 2026.

DESPACHO

Processo n. 23091.005110/2024-45

1. Trata-se de requerimento de renovação de afastamento para doutorado da docente Sara Cristina dos Santos Freires, lotada no Departamento de Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas.
2. A solicitação ocorreu dentro do prazo estabelecido em resolução da Ufersa e está devidamente instruído.
3. O requerimento de renovação de afastamento foi submetido à apreciação durante a 5ª Assembleia Ordinária do Departamento de Ciências Humanas do ano de 2026, realizada no dia 03 de setembro de 2026;
4. E considerando a decisão da Assembleia Departamental, o DCH se manifestou de forma favorável a renovação do afastamento para doutorado da professora Sara Cristina dos Santos Freires, no período entre 13/11/2026 e 12/11/2027;
5. Informamos, também, que não haverá prejuízo institucional, em decorrência da disponibilidade de código de vaga de professor substituto para ocupação da vaga;
6. Ato contínuo, encaminhamos os autos para o Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, para fins de apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 04/09/2026 10:53)

MARA BETANIA JALES DOS SANTOS

PROFESSOR 3 GRAU

DCH-MOS (11.01.00.09.03)

Matrícula: ###462#4

Processo Associado: 23091.005110/2024-45

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
8, ano: **2026**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **03/09/2026** e o código de verificação: **63bd53440f**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS

DESPACHO

Processo nº 23091.005110/2024-45

Interessada: Sara Cristina dos Santos Freires

Assunto: Renovação de afastamento para qualificação em nível de Doutorado

Versam os autos sobre requerimento de renovação de afastamento para qualificação em nível de Doutorado formulado pela docente **Sara Cristina dos Santos Freires**, lotada no Departamento de Ciências Humanas, DCH, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, CCSAH.

Considerando a manifestação exarada pelo Departamento de Ciências Humanas, segundo a qual o requerimento foi apresentado tempestivamente e encontra-se devidamente instruído, em conformidade com a regulamentação institucional aplicável;

Considerando que o pleito foi submetido à apreciação da 5ª Assembleia Ordinária do Departamento de Ciências Humanas do ano de 2026, realizada em 03 de setembro de 2026, ocasião em que aquela instância colegiada deliberou favoravelmente à renovação do afastamento da docente para o período compreendido entre 13 de novembro de 2026 e 12 de novembro de 2027;

Considerando a informação expressamente consignada pela chefia do DCH de que a renovação pretendida **não acarretará prejuízo às atividades acadêmicas e institucionais**, tendo em vista a disponibilidade de código de vaga destinado à contratação de professor substituto;

Considerando que esta Direção corrobora o entendimento manifestado pelo Departamento de Ciências Humanas quanto à inexistência de prejuízo institucional decorrente da renovação do afastamento, uma vez que a docente afastada poderá ter suas atividades acadêmicas supridas mediante a

UFERSA

Campus Sede / Lado Leste - Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva. Mossoró/RN | CEP: 59625-900

E-mail: ccsah@ufersa.edu.br | www.ccsah.ufersa.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS

contratação de professor substituto, assegurando-se, assim, a continuidade da oferta dos componentes curriculares e o regular desenvolvimento das atividades de ensino sob responsabilidade do Departamento;

Considerando que a renovação do afastamento ora pleiteada não compromete o limite máximo de 30% (trinta por cento) de docentes afastados dentro do grupo de docentes que atuam em um mesmo curso de graduação ou área de conhecimento, previsto no art. 9º, § 2º, da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018;

Considerando, ainda, que a matéria foi submetida à apreciação do Conselho de Centro do CCSAH, em sua 7ª Reunião Ordinária do ano de 2026, realizada em 15 de setembro de 2026, tendo o colegiado deliberado, por unanimidade, pela aprovação da renovação do afastamento da docente;

Diante do exposto, esta Direção, em consonância com a manifestação favorável do Departamento de Ciências Humanas e com a deliberação unânime do Conselho de Centro, manifesta-se favoravelmente à renovação do afastamento da professora Sara Cristina dos Santos Freires, para fins de continuidade de sua qualificação em nível de Doutorado, no período de 13 de novembro de 2026 a 12 de novembro de 2027.

Registra-se, expressamente, que, no âmbito deste Centro, não se vislumbra prejuízo acadêmico ou institucional decorrente da renovação do afastamento, considerando a existência de concurso, com candidatos aprovados, e a possibilidade de contratação para suprir as atividades acadêmicas da docente durante o período de afastamento, preservando-se a continuidade e a regularidade das atividades de ensino do Departamento.

Ante o exposto, encaminhem-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, PROPPG, para conhecimento, análise e regular prosseguimento do feito, com a adoção das providências subsequentes cabíveis, nos termos da regulamentação institucional vigente.

José Albenes Bezerra Júnior

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas

UFERSA

Campus Sede / Lado Leste - Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva. Mossoró/RN | CEP: 59625-900

E-mail: ccsah@ufersa.edu.br | www.ccsah.ufersa.edu.br



DESPACHO N° 22/2026 - CCSAH (11.01.00.09)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/09/2026 18:44)

JOSE ALBENES BEZERRA JUNIOR

DIRETOR DE CENTRO

CCSAH (11.01.00.09)

Matrícula: ###802#7

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/> informando seu número: 22, ano: 2026, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: 16/09/2026 e o código de verificação: **cc091e94d9**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DESPACHO Nº 52/2026 - PROPPG (11.01.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 17 de setembro de 2026.

Tendo em vista o art. 3º, o art. 15 e o art. 21 da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, e considerando os pareceres favoráveis do Centro e do Departamento ao qual o(a) servidor(a) **Sara Cristina dos Santos Freires** faz parte, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação emite **parecer favorável** após a análise do mérito. Encaminhe-se o processo à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 17/09/2026 10:46)

ALEXSANDRA FERNANDES PEREIRA

PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)

PROPPG (11.01.03)

Matrícula: ###280#0

Processo Associado: 23091.005110/2024-45

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 52, ano: 2026, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: 17/09/2026 e o código de verificação: **88437d80aa**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SETOR DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

DESPACHO Nº 253/2026 - SCA (11.01.04.04.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 22 de setembro de 2026.

1.

Trata-se do pedido de renovação do afastamento total do(a) servidor(a) docente **Sara Cristina dos Santos Freires**, SIAPE nº [REDACTED] ocupante do cargo de Professora do Magistério Superior, lotado(a) no Departamento de Ciências Humanas – DCHU, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH, com a finalidade de dar continuidade ao **Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**, em Pau dos Ferros/RN, pelo período de **13 de novembro de 2026 e 12 de novembro de 2027**.

2.

Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne à concessão do afastamento total ao servidor(a) para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Lei nº 8.112/1990. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

3.

Em consonância com a Lei nº 8.112/1990, a Resolução Consuni/Ufersa nº 03, de 25 de junho de 2018, dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral.

4.

Cumpre-nos informar que, conforme informado pelo DCHU, existe vaga disponível para contratação de professor substituto para ministrar as disciplinas da docente afastada.

5.

Nesse sentido, o DCHU, bem como o CCSAH e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, aprovam o afastamento da docente.

6.

Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito.

7.

Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 23/09/2026 11:59)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
CHEFE DE SETOR
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###420#8

(Assinado digitalmente em 22/09/2026 11:50)
PRISCCILA SOUZA DE MENEZES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: ###182#6

Processo Associado: 23091.005110/2024-45

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 253, ano: 2026, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: 22/09/2026 e o código de verificação: XXXXXXXXXX



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 134/2026 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 25 de setembro de 2026.

Analizando a solicitação constante neste processo administrativo feita pela servidora docente **Sara Cristina dos Santos Freires**, SIAPE nº [REDACTED], ocupante do cargo de Professora do Magistério Superior, lotado(a) no Departamento de Ciências Humanas – DCHU, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH, com a finalidade de dar continuidade ao **Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**, em Pau dos Ferros/RN, pelo período de **13 de novembro de 2026 e 12 de novembro de 2027**, e considerando:

A documentação anexa, que comprova o atendimento aos requisitos legais e institucionais;

O **DESPACHO Nº 8 / 2026 - DCH-MOS**, que deliberou **favoravelmente ao afastamento do servidor** na 5ª Assembleia Ordinária do Departamento de Ciências Humanas do ano de 2026, realizada no dia 03 de setembro de 2026;

O **DESPACHO 2026 - CCSAH**, que, em sua 7ª Reunião Ordinária de 2026, realizada em 15 de setembro de 2026, **APROVOU o requerimento formulado**.

O **DESPACHO Nº 52 / 2026 - PROPPG**, que emitiu parecer favorável após análise do mérito acadêmico;

O **DESPACHO Nº 253 / 2026 - SCA**, que confirmou o atendimento à legislação vigente (Lei nº 8.112/1990 e Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018) e opinou pelo deferimento;

Considerando ainda:

A garantia de substituição docente sem prejuízo às atividades acadêmicas, mediante contratação de professor substituto;

O cumprimento do limite máximo de 30% de afastamentos por área de conhecimento;

A relevância da qualificação para a instituição e para a formação discente;

Esta Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) posiciona-se, também, **FAVORÁVEL** a referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 25/09/2026 09:57)

JAILMA SUERDA SILVA DE LIMA

PROFESSOR 3 GRAU

DCAF (11.01.00.11.03)

Matrícula: ###783#5

Processo Associado: 23091.005110/2024-45

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **134**, ano: **2026**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **25/09/2026** e o código de verificação: **6eabfba619**